

Isadora Cristina de Melo Coan

**AS BASES FILOSÓFICAS DA METODOLOGIA DE QUENTIN
SKINNER PARA A HISTÓRIA INTELECTUAL**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-graduação em Sociologia Política
da Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Sociologia Política
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Silva

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Coan, Isadora Cristina de Melo
As bases filosóficas da metodologia de Quentin Skinner
para a história intelectual / Isadora Cristina de Melo Coan
; orientador, Ricardo Silva - Florianópolis, SC, 2013.
126 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. História intelectual. I.
Silva, Ricardo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.
III. Título.

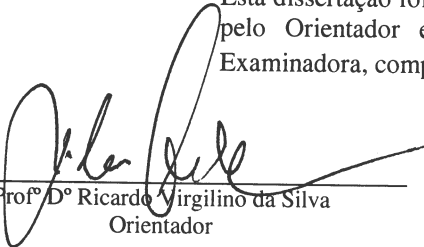


Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política
Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Campus Universitário - Trindade
Caixa Postal 476
Cep: 88040-900 - Florianópolis - SC - Brasil
E-mail: ppgsp@cfh.ufsc.br

As bases filosóficas da metodologia de Quentin Skinner para a história intelectual.

Isadora Cristina de Melo Coan

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pelos demais membros da Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores.



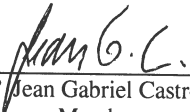
Profº Dº Ricardo Virgilino da Silva
Orientador



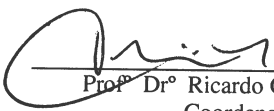
Profº Drº Luiz Felipe Falcão
Membro



Profº Drº Tiago Bahia Losso
Membro



Profº Drº Jean Gabriel Castro da Costa
Membro



Profº Drº Ricardo Gaspar Müller
Coordenador

FLORIANÓPOLIS, (SC) JULHO, DE 2013.

Em memória de minha avó, Judite.

I feel that you cannot be too clear
[...] the fundamental duty is to try
to make complex things clear.
That's the task. Not to leave them
complex; they are complex.

(Quentin Skinner, 2011b)

RESUMO

Esta dissertação tem como foco as bases filosóficas que dão suporte à metodologia de Quentin para a história intelectual. Seu objetivo é a análise da filosofia da linguagem desenvolvida por L. Wittgenstein e J. L. Austin e da filosofia da história de R. G. Collingwood, examinando pontos concordantes, aspectos similares entre estas teorias, bem como possíveis contradições e desajustes originários do uso feito por Skinner. Tal pesquisa poderá auxiliar na avaliação da abordagem metodológica do historiador, bem como na ponderação de algumas críticas mais comumente direcionadas à mesma. Também pretendo considerar algumas hipóteses de alteração das posições de Skinner no decorrer de sua obra, comparando o uso de conceitos e argumentos filosóficos recuperados na primeira parte desta pesquisa no que comentadores de Skinner designam como suas diferentes fases.

Palavras-chave: Quentin Skinner; bases filosóficas; filosofia da linguagem ordinária; R. G. Collingwood; alteração metodológica.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the philosophical foundations that support Quentin Skinner's methodology for intellectual history. Its goal is to examine the philosophy of language developed by L. Wittgenstein and J. L. Austin and the philosophy of history of R. G. Collingwood, examining concordant or simply similar aspects as well as possible contradictions and disagreements between these theories, arising from Skinner's specific use. This research may assist in the evaluation of his methodological approach as well as in the consideration of some of the criticism most often directed to it. I also intend to consider some hypotheses of methodological change in the course of Skinner's work, comparing the use of concepts and philosophical arguments retrieved in the first part of this research in the discussion of what some commentators designate as his different phases.

Keywords: Quentin Skinner; philosophical bases; ordinary language philosophy; R. G. Collingwood; methodological change.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	15
1.1. PROBLEMÁTICA.....	15
1.2. JUSTIFICATIVA.....	19
1.3. METODOLOGIA.....	20
2. BASES FILOSÓFICAS DA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DE QUENTIN SKINNER.....	23
2.1. CONCEPÇÕES PRAGMÁTICAS DA LINGUAGEM: L. WITTGENSTEIN E J. L. AUSTIN.....	24
2.2. ACESSO AO PASSADO: R. G. COLLINGWOOD.....	50
2.3. INTENÇÃO E DISTÂNCIA TEMPORAL.....	67
3. LEITURAS PANORÂMICAS DA METODOLOGIA SKINNERIANA.....	77
3.1. KARI PALONEN.....	77
3.2. MELISSA LANE.....	89
3.3. HIPÓTESE DE CONTINUIDADE METODOLÓGICA: NA FRONTEIRA ENTRE FILOSOFIA E HISTÓRIA.....	97
4. APONTAMENTOS FINAIS: O LUGAR DA METODOLOGIA SKINNERIANA NAS CIÊNCIAS HUMANAS.....	109
5. REFERÊNCIAS.....	117

1. APRESENTAÇÃO DO TEMA

A proposta metodológica desenvolvida por Quentin Skinner desde meados da década de 1960 tornou-se um ponto incontornável, se não para todos os envolvidos com filosofia ou teoria política, ao menos para todos os que pesquisam filões de pensamento político do passado.

A profusão de críticas, reformulações e elogios à proposta metodológica de Skinner para a história intelectual criou um rico e vasto debate no campo e não faltam competentes trabalhos de mapeamento do mesmo. Assim, a presente pesquisa não pretende ser um mapeamento exaustivo destas discussões acerca do tema proposto. Mesmo porque Skinner está vivo e trabalhando, o que faz com que suas posições ainda sejam passíveis de revisão.

Partindo do pressuposto que diferentes matrizes filosóficas implicam diferentes corolários epistemológicos, pretendo ler os textos metodológicos de Skinner à luz de suas duas inspirações filosóficas basilares: a filosofia (pragmática) da linguagem ordinária tal como desenvolvida por L. Wittgenstein e J. L. Austin, e a filosofia da história do neoidealista britânico R. G. Collingwood. Perceber como Skinner mescla estas duas fontes, traduzindo-as numa metodologia para a história intelectual, modificando-as ou não, compatibilizando possíveis contradições entre as mesmas, são os objetivos da minha investigação.

Assim, o tema da pesquisa não é a metodologia skinneriana em si, mas as concepções filosóficas sobre linguagem e história que a informam e seus corolários tais como estabelecidos por Skinner quanto à maneira de nos debruçarmos sobre o pensamento de autores do passado.

1.1. PROBLEMÁTICA

Muito embora em seus textos metodológicos Skinner cite a obra do segundo Wittgenstein em sua sugestão filosófica de que “o significado da palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 2009, p.38), é apenas a partir da obra de outro filósofo, J. L. Austin, que ele consegue instrumentalizar tais intuições na composição de uma metodologia para a história intelectual.

A partir da ideia de que a função principal da linguagem é a comunicação e não a descrição do mundo, premissa a partir da qual ele desenvolve sua teoria dos atos performativos. Esta teoria atesta que existem dois tipos de proferimentos, os constatativos (que são os atos de dizer algo, sendo verdadeiros ou falsos), e os performativos, com os quais realizamos ações (não são necessariamente verdadeiros ou falsos,

mas, na terminologia de Austin, felizes ou infelizes). Esta teoria foi modificada por Austin evidenciar que proferimentos constatativos também contém aspectos performativos e vive-versa, servindo, não obstante, de base para o estabelecimento da teoria pela qual é mais conhecido: a teoria das forças ilocucionárias ou dos atos de fala.

Sempre que somos eficientes em dizer algo, afirma o autor, realizamos três atos: o primeiro é ato *de* dizer algo (locucionário) que é composto de outros três atos: o fonético, que é a emissão de sons propriamente dita; o fático, que supõe um vocabulário e uma gramática, ou seja, a emissão de uma sequência organizada de palavras; e o rético, que implica a emissão de uma sequência de palavras dizendo algo sobre alguma coisa (supondo assim, sentido e referência). O segundo é o ato *ao* dizer algo, que se relaciona à intenção da pessoa ao proferir algo – ela pode prometer, ameaçar, alertar, etc.: este é o ato ilocucionário. E o terceiro, perlocucionário, é o ato *por* dizer algo, o efeito do ato: uma ameaça pode causar intimidação ou um surto de risos, por exemplo. Este ato, diferente do segundo, não depende de convenções nas quais está inserido para que o apreendamos, mas é o resultado final propriamente dito.

Segundo Costa (2007, p.48), “os três atos descritos são abstrações que analisam um fato único; o fato de que o falante, ao dizer alguma coisa, o faz com certa ‘força ilocucionária’ e com a intenção de produzir no ouvinte um certo efeito”. Skinner explicita em vários artigos (notadamente nos artigos compilados ou citados em Skinner (2002)), sua dívida para com a filosofia da linguagem ordinária austiniana na definição do que seria uma metodologia adequada para a história intelectual: interessada nos textos não como a soma de suas proposições somente, mas como manifestações de ação e luta políticas. O que os autores do passado estavam fazendo ao falar, escrever e publicar suas ideias, contra quem, a favor de que ideias empunhavam suas canetas?

Esta dimensão pragmática da linguagem encontra, aparentemente, consonância nos preceitos da filosofia da história collingwoodiana, a segunda fonte filosófica de Skinner.

In Collingwood's understanding, history is a science of the mind or a *geisteswissenschaft* and as such it is to be contrasted with the sciences of nature. The fundamental assumption which governs history, understood as a science of the mind, is the view that what occurs is an expression of rational rather than causal processes

and that historical explanations must take the form of rational reconstructions rather than inductive generalizations. Historians are thus committed to the view that “mind exists” in the very specific sense that reality, when viewed from an historical perspective, comprises actions and is to be explained rationally rather than causally (D’ORO, 2012).

É esse foco na mente a fonte das influências de Collingwood em Skinner, pois insinua que a recuperação da intenção (ação) autoral é essencial para a efetiva compreensão dos (textos de) autores do passado, visto que toda história pode ser definida como história do pensamento. Porém, é importante ressaltar que quando falo aqui em *mente*, não estou falando de ideais aparentemente desincorporados que pairam no mundo, sendo a preocupação do historiador identificar suas manifestações em diferentes épocas históricas. Para Collingwood, afirmar que toda história é história do pensamento é depositar a mais profunda confiança no impulso criativo das *mentes humanas*, é atestar que artefatos acumulados em museus não são por si só história. O que faz deles história é a recuperação de seu significado, do fato de terem sido pensados, criados e utilizados por seres humanos, de terem tido um propósito que conseguimos apreender.

A história é um processo aberto ao intelecto humano tanto no sentido de que nós, habitantes da contemporaneidade, podemos acessar o significado elaborado por antigos habitantes do mundo, como no sentido de que também nós criamos significados, não seguindo necessariamente ideias passadas. Não existem ideias eternas: cada ideia criada, modificada, ampliada, é datada pela situação em que vem ao mundo. Vem como resposta do intelecto humano às questões dispostas no mundo (sendo estas também respostas a questões anteriores).

Assim, a mobilização das teses do neoidealismo collingwoodiano¹ e da teoria dos atos de fala de Austin torna a metodologia de Skinner uma proposta sensível à dimensão dialógica, conflituosa, que subjaz os textos de que se ocupa a história intelectual:

¹ Apesar do consenso na classificação de Collingwood como neoidealista, o próprio Collingwood rejeita esta classificação, afirmando que seria mais correto designá-lo como um antirrealista fraco do que como idealista, visto que seu comprometimento com o idealismo não é um comprometimento com o imaterialismo, e sim com a alegação de que não existe acesso epistemológico direto à realidade. (D’ORO, 2012).

“The sort of texts in which historians and philosophers are interested usually embody – indeed consist of – arguments. But to argue is always to argue for or against some particular assumption or conclusion or course of action” (SKINNER, 2001, p.183).

De certa forma, o próprio Skinner qualifica sua obra como um lance de uma batalha intelectual ao contrapor-se a duas outras abordagens de história das ideias. Sugerindo uma história do pensamento político que não é vazia de filosofia ele alude à explicação sociológica de cunho marxista. Tal vertente, segundo Skinner, reforça a visão de que “o papel das ideias na sociedade e na política é desprovido de autonomia e eficácia” tornando, conseqüentemente, as ideias reflexos de uma “‘realidade material’ ontologicamente anterior ao – e determinante do – mundo da linguagem” (Silva, 2010, p.305) e falhando, por exemplo, na explicação destes textos ao ignorar o fato de que de uma mesma situação socioeconômica podem surgir as mais diversas e contrastantes ideias.

Mas o historiador rejeita mais enfaticamente outra abordagem, a “textualista”, na qual a história da filosofia parece, ao contrário, completamente vazia de história, onde o pensamento passado é tratado como uma fonte de conhecimento eterno e comum à humanidade, um estoque de preceitos cívicos, éticos e morais com os quais podemos aprender a lidar com nossos problemas do presente (SKINNER, 2002, cap. 4).

A recuperação de debates históricos via intervenção de atores (autores) políticos pretende mover-se entre os dois polos da análise histórica, sem cair em nenhum. Preocupado com o contexto linguístico, Skinner afirma que existe uma intenção interna ao texto, mas que o ultrapassa. As convenções linguísticas nas quais os autores se movem fornecem o meio a partir do qual escrevem, pensam; mas estas convenções são maleáveis, mobilizadas de diferentes formas pelos escritores (SKINNER, 2002, cap. 3).

Além destas tensões entre a intenção do autor e o contexto no qual escreve, entre metodologias centradas nas questões filosóficas dos textos e outras centradas nas questões sociopolíticas subjacentes aos textos, outra relação sempre presente na abordagem de Skinner e que precisa ser explorada é a que existe entre os campos da filosofia e da história (seja no *locus* de estudo da história intelectual – obras filosóficas de autores passados – seja entre os estudos históricos e seu emprego (ou não) na filosofia política contemporânea).

A utilidade da metodologia histórica de Skinner para a teoria política contemporânea encontrar-se-ia quase exclusivamente no

enriquecimento intelectual e ampliação de horizontes conceituais que poderíamos adquirir ao nos voltarmos para o passado e tentarmos compreendê-lo em seus próprios termos. A desnaturalização de nossos próprios conceitos políticos nos permite olhar para as questões que nos preocupam colocando-as em perspectiva, reaprendendo a pensar com relativo desprendimento da situação em que nos encontramos.

Entretanto, é crescente a identificação, por parte de comentadores como Melissa Lane (2012), do que seria uma gradativa ampliação da utilidade do conhecimento histórico para a filosofia contemporânea na abordagem skinneriana. A autora identifica três fases (a contextualista, a arqueológica e a genealógica) na passagem das quais haveria uma intensificação da relação entre o conhecimento que se obtém do passado e o uso que fazemos dele no presente derivada de certo arrefecimento do radicalismo histórico presente nos primeiros textos de Skinner.

Esta pesquisa é uma tentativa, em suma, de compreensão orgânica da estrutura metodológica desenvolvida por Skinner, investigando suas fontes filosóficas, as confluências e contradições entre elas e as alterações pelas quais passaram para enquadrar-se na proposta metodológica skinneriana. Aqui, a temática da relação entre história e filosofia servirá de instrumento heurístico da obra, na recuperação da metodologia skinneriana tanto em sua forma originária como panoramicamente (em suas supostas fases).

1.2. JUSTIFICATIVA

Dada a abundância de trabalhos sobre este tema, minha pesquisa justifica-se não pela precariedade ou escassez de discussões no campo, ou pela novidade das questões delineadas, mas sim, primeiro, porque dentre os vários enfoques dados ao debate relativo ao contextualismo linguístico de Skinner, o presente nesta pesquisa talvez seja o menos comum - relacionado à recuperação das bases filosóficas de Skinner e não aos preceitos metodológicos propriamente ditos ou ao debate de Skinner com as correntes de história das ideias hegemônicas no período em que escreveu *Meaning and understanding in the history of ideas* (1969) – artigo polêmico que constituiu um dos primeiros lances do historiador neste debate.

Em segundo lugar, acredito que as propostas metodológicas da chamada Escola de Cambridge podem ser consideradas exemplares de um movimento mais amplo nas disciplinas humanas que foi o da virada linguística e da virada interpretativa, apontando para uma concepção de indivíduo, de agência, que poderia transcender o campo específico da

história intelectual – tendo em comum com a vertente mais interpretativa das ciências sociais uma definição de sujeito (constituído histórico, político e culturalmente).

Assim sendo, a metodologia de Skinner é expressiva de um dos modos de pensar das ciências sociais. Afirmar isto não significa supor um núcleo constante a partir do qual todas as disciplinas humanas devem girar. Não se trata igualmente de acreditar que se possa generalizar uma metodologia de história das ideias (principalmente em sua concepção historicista radical característica dos primeiros escritos de Skinner) para todo o campo das humanidades – falhando em reconhecer a diversidade das ciências sociais. Trata-se, sim, de perceber as congruências entre este campo relativamente restrito de conhecimento (a história intelectual) e as ciências sociais ou algo mais geral que chamamos de humanidades. Observar como o modelo desta história da filosofia, do pensamento, das ideias, traz elementos que nos ajudam a deliberar sobre a tarefa dos cientistas sociais.

Destarte, este trabalho não se concebe apenas como de relativa importância para uma epistemologia da história intelectual skinneriana, mas também para a filosofia das ciências sociais. Aproximação esta insinuada pelo próprio Skinner, quando afirma que “makes little sense to speak of the approach I wish to consider as an approach specifically to the history of political thought”, pois apesar de grande parte das contribuições importantes deste debate ter sido feita por praticantes desta subdisciplina, as questões elencadas são no fim questões gerais de interpretação (SKINNER, 2001, p.175).

1.3. METODOLOGIA

Antes de explorar a estrutura da pesquisa em si e dos métodos empregados, gostaria de fazer alguns breves apontamentos com relação à premissa da qual parto e a qual delineei acima em uma de inúmeras formas possíveis: a de que diferentes matrizes filosóficas implicam diferentes corolários epistemológicos e, conseqüentemente, metodológicos.

Os autores com que trabalho se movem em áreas fronteiriças, o que é visível nos tópicos que estudam e nas disciplinas sobre e nas quais desenvolvem seus pensamentos, como é o caso exemplar de Skinner: a relação entre filosofia política e lutas políticas explorada no âmbito da história da filosofia política.

Isto fez com que eu cogitasse a necessidade de utilizar a metodologia de Skinner para estudar o próprio Skinner – perguntando-

me, caso decidisse afirmativamente, se isto implicaria alguma grande dificuldade no desenvolvimento da investigação.

Porém, nesta pesquisa não faço uso da metodologia skinneriana, pois, para fazê-lo, meu objeto de estudo deveria ser outro. Na academia atual, a profissionalização e o desenvolvimento de uma técnica intelectual (como padrões de citação, p.ex.) tornam uma análise skinneriana desnecessária em certo sentido. Os períodos com que o historiador trabalha normalmente são aqueles em que a distinção entre pensadores e políticos ainda não estava dada (razão pela qual talvez nos atraíam até hoje). Além do que, não sei se poderia enquadrar este estudo como um estudo histórico para seguir uma metodologia de *história* intelectual – mesmo que isto seja uma objeção apenas superficial².

Entretanto, as sensibilidades e sugestões do historicismo gestado no debate pela definição deste subcampo da histórica não deixam de me acompanhar. Entender que a proposta de Skinner surgiu em meio a um contexto específico de debate acadêmico, mesmo que a recuperação deste debate direto entre o historiador e seus críticos não seja o objetivo deste trabalho, é respeitar a qualificação da obra feita pelo próprio autor. Mas esta qualificação não deixa de ser compatível com a busca pelos instrumentos filosóficos a partir dos quais Skinner estabelece sua tarefa, o que pode inclusive auxiliar a apreciação de seus confrontos com críticos: se usa os instrumentos mais apropriados, se são contraditórios entre si, se são eficazes, etc.

O que pretendo fazer, portanto, é analisar os textos de Skinner, principalmente os de teor metodológico até a década de 1970 (pois englobariam algo como sua fase original), juntamente com os textos filosóficos seminais de suas influências filosóficas, para perceber o que ele absorve e o que rejeita ou modifica delas (como as ideias de *re-enactment* em Collingwood e de atos de fala em Austin).

A leitura dos estudos substantivos não vem exatamente para testar o emprego efetivo do método de Skinner em sua pesquisa histórica, mas sim para acompanhar o princípio heurístico da relação entre história e filosofia no que os comentadores do historiador inglês consideram como mudanças em sua perspectiva metodológica. Este panorama permitirá avaliar em que medida, e em que aspectos, uma mudança pode ou não ser observada na abordagem de Skinner.

² Para Collingwood (1978), por exemplo, qualquer tentativa de compreender o pensamento de outra pessoa, seguindo o método de perguntas e respostas, é pensar historicamente.

2. BASES FILOSÓFICAS DA CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DE QUENTIN SKINNER

O objetivo deste capítulo é trabalhar com as fontes filosóficas de Quentin Skinner, buscando clarificar os pontos que o metodólogo e historiador apreende de três autores em específico: Ludwig Wittgenstein e John L. Austin, no que consta seus trabalhos na área da filosofia da linguagem; e Robin George Collingwood, arqueólogo e filósofo, no âmbito de sua filosofia da história.

A premissa em torno da qual gira este capítulo é a de que a partir destes autores Skinner constrói seus argumentos tanto na crítica às formas até então hegemônicas de se escrever história das ideias³ em língua inglesa como em sua proposta para uma metodologia substituta e mais apropriada para o que o historiador caracteriza como o objetivo de sua disciplina.

Pretendo estruturar a recuperação das bases filosóficas de Skinner dividindo-as em *contradições* e *coerências/confluências*, em dois níveis: no estudo e comparação dos autores pertencentes à base filosófica, atentando para possíveis problemas de compatibilidade teórica que poderia fragilizar a abordagem metodológica de Skinner; e no estudo do uso feito por Skinner, ou seja, que conceitos e argumentos ele toma dos autores, que outros ignora ou modifica para que se adequem à sua estruturação teórico-metodológica.

Por certo que as fontes intelectuais acima mencionadas não são as únicas utilizadas pelo historiador. Peguemos o caso da filosofia da linguagem para exemplificar o que quero dizer. A grande teoria empregada por Skinner deste campo para a construção de seu projeto é a teoria de atos de fala desenvolvida por Austin nas *William James Lectures*, que ministrou em Harvard em 1955. Publicadas postumamente, as conferências demonstram a incipiência do tratamento que o autor dá às questões expostas: é um texto exploratório e, de certa

³ Para criar distinções que clarifiquem a compreensão do mapa disciplinar que esboço no decorrer do presente texto, sempre que escrevo *história das ideias*, o termo tradicional para a subdisciplina em torno da qual gira a minha pesquisa, refiro-me às contribuições anteriores aos trabalhos de Skinner. E quando escrevo *história intelectual* refiro-me aos desenvolvimentos teórico-metodológicos influenciados de algum modo pelas questões desenvolvidas pela Escola de Cambridge. Como toda distinção, esta também é uma arbitrariedade, mas apenas no que toca a artificialidade na delimitação temporal do uso de cada um dos nomes da subdisciplina, visto que existe certo consenso no campo de que o nome mais adequado no momento seja o de história intelectual.

forma, experimental (mesmo que tal palavra não seja familiar às disciplinas humanas), uma tentativa de esclarecer e justificar alguns tópicos aos quais o autor esperava se dedicar depois. Suas considerações foram, portanto, ampliadas (e certamente alteradas e rejeitadas em algum nível) no trabalho de outros autores da chamada filosofia da linguagem ordinária, como J. Searle e P. F. Strawson – a quem Skinner igualmente faz referência em sua elaboração metodológica.

Entretanto, apesar destes três filósofos da linguagem (Austin, Searle e Strawson) serem *instrumentos* na argumentação crítica e propositiva de Skinner para a metodologia da história intelectual, apenas Austin (seja por anterioridade no campo, seja pela importância substantiva de suas considerações em si) pode ser considerado base filosófica. Esta distinção entre *bases filosóficas* e autores filosóficos *instrumentais* na metodologia skinneriana é no que baseio e justifico minhas escolhas dos autores analisados na presente pesquisa. O que determina se um autor pode ou não ser considerado como *base filosófica* em Skinner é o caráter de sua presença nas obras do historiador.

Concebo como *instrumentalizados* os autores que aparecem pontualmente empregados na argumentação (p.ex., a mobilização de Strawson no refinamento da definição da força ilocucionária (SKINNER, 1970)), e como as *bases filosóficas* do historiador os autores que aparecem como guias mais abrangentes de argumentação (como é o caso das considerações sobre o uso da linguagem como ação presente tanto na teoria dos atos de fala como na concepção pragmática da linguagem em Wittgenstein). Enquanto a direção teórica que tais concepções sugerem é constante, o mesmo nem sempre se dá as linhas argumentativas utilizadas pelo historiador para apresentá-las. Assim, mesmo que a expressão “base filosófica” imprima uma ideia de permanência e anterioridade à influência destes autores em Skinner, não existe nesta influência nenhum tipo de rigidez. Isto ficará mais claro no terceiro capítulo, onde avaliarei hipóteses de alterações na abordagem de Skinner, mas primeiro passemos às suas influências filosóficas basilares.

2.1. CONCEPÇÕES PRAGMÁTICAS DA LINGUAGEM: L. WITTGENSTEIN E J. L. AUSTIN

Antes de passar para os autores propriamente ditos, gostaria de esclarecer o uso da expressão “concepções pragmáticas da linguagem” no título da seção. Vários estudos (BERNSTEIN (1990); RABINOW, SULLIVAN (1997)) atentaram para a conexão entre a problematização da linguagem baseada em preocupações wittgensteinianas e versões de

pragmatismo filosófico. Contudo, apesar da possibilidade destas conexões, e malgrado o lugar em que Austin proferiu suas conferências sobre atos de fala (afinal William James foi um proeminente pensador do pragmatismo norte-americano), o conteúdo da palavra *pragmático* na presente seção refere-se estritamente aquilo que é relativo à ação ou eficiência. Ou seja, não tenho em mente o desenvolvimento ulterior de vertentes que, partindo ou não da filosofia wittgensteiniana, se autodenominaram pragmáticas.

Tendo dito isso, volto-me aos autores vinculados à filosofia da linguagem. O primeiro ponto a ressaltar dessa fonte pragmática da abordagem de Skinner é que ambos os autores, Wittgenstein e Austin, estabelecem uma ruptura com a noção de *significado* via *figuração*, procurando então elucidar sobre o funcionamento da linguagem a partir da premissa do significado como *uso ou aplicação na linguagem* (COSTA, 2007; GRAYLING, 2001).

Tal ruptura assemelha-se à rejeição de Skinner de abordagens hegemônicas da história das ideias até a década de 1960, como a vertente textualista, que tratava os textos em si mesmos como fontes de verdade, apregoando a leitura contínua para a compreensão da filosofia contida nas palavras; ou mesmo o contextualismo de base marxista, que tratava a filosofia como mero epifenômeno do mundo social. As diferentes maneiras como a linguagem pode ser e é “divisível em um sem-número de sublinguagens, regiões e domínios mais ou menos específicos” (Costa, 2007, p.40), como as palavras têm funções diferentes em contextos diferentes, eram ignoradas por tais abordagens.

Em Wittgenstein, a premissa de que “a filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso intelecto pelos meios da nossa linguagem” (IF, p.71) é uma constante. Mesmo mobilizando a noção de significado como *figuração* no *Tractatus Logico-philosophicus*, ele estava convicto de que os problemas filosóficos não eram empíricos, mas se originavam através das *folgas* (IF, p.36) entre a linguagem (nossa maneira de apreender o mundo) e o mundo em si. Segundo o próprio autor, seu erro no *Tractatus* foi a tentativa de atomização do mundo (exemplificada logo no início de *Investigações Filosóficas* (IF) pela filosofia de Tomás de Aquino, e prontamente rejeitada), pois essa concepção ignorava o modo como a linguagem efetivamente funcionava⁴. E é na tentativa de

⁴ É preciso cautela na consideração desta conhecida diferença entre os trabalhos de Wittgenstein, pois apesar da completa rejeição que o autor mesmo sugere de sua obra anterior, ambas podem ser enquadradas em um movimento mais amplo que é o da virada linguística. Um primeiro arco desta virada pode ser

compreender esse funcionamento efetivo da linguagem, a linguagem cotidiana da qual não podemos escapar que ele desenvolve os conceitos de *jogos de linguagem* e de *formas de vida*.

Apesar de rejeitar qualquer tipo de sistematização na composição das *IF*, visto a impossibilidade de chegar a definições últimas e exemplos transparentes do funcionamento da linguagem – pois tudo é mediado por algum tipo de linguagem – o autor desenvolve uma compreensão da linguagem e de sua relação com o mundo relativamente simples ou sistematizável.

Partindo da ideia de que a linguagem não possui de fato um propósito lógico ou teórico de composição, mas se dá no mundo como uma atividade, diferenciando padrões de comportamento, modos de ser, Wittgenstein conclui que a linguagem nada mais é do que uma técnica em que somos treinados (*IF*, p.17). “Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições). Compreender uma frase significa compreender uma língua. Compreender uma língua significa dominar uma técnica” (*IF*, p.113). Tal afirmação insinua uma compreensão pragmática da linguagem (ressaltando seus aspectos ativos em definições como *treinamento*), e de sua relação com o mundo.

A ideia de que a linguagem é meramente aquilo que usamos para designar as coisas dadas no mundo, característica da teoria do significado como figuração e, portanto, opositora da teoria delineada em *IF*, é rechaçada pelo autor através do exemplo do ensino ostensivo. Quando aponto para um tijolo, p.ex., e digo “tijolo”, para aquele que sabe falar português e conhece a relação entre a palavra e o objeto que designo pela palavra “tijolo” esta parece nada mais que natural e óbvia. Mas para uma criança ou estrangeiro não é tão claro se com “tijolo” me refiro ao retângulo alaranjado, ao meu dedo ou ao chão. Ou se me refiro ao tijolo como todo, ou à sua cor, ou forma, ou furos, etc. Assim, o método de ensino da linguagem que a princípio evidenciaria a adequação da linguagem ao mundo é o que nos mostra a fragilidade desta noção, pois o nome mais simples é composto ainda de diversos

identificado no trabalho de filósofos empenhados em esclarecer de que forma os problemas da filosofia poderiam ser traduzidos ou compreendidos como problemas de linguagem (não necessariamente simpaticantes da filosofia wittgensteiniana – seja a primeira ou a segunda). Já o que nas disciplinas sociais estamos acostumados a nomear de virada linguística é apenas um segundo momento desta virada linguística mais ampla, e que trouxe conexões mais contundentes com a filosofia pragmática.

elementos, dependendo do contexto para ser compreendido (IF, p.18) ⁵. Além do que, palavras têm funções diferentes, mesmo que esta característica esteja disfarçada na uniformidade de sua manifestação (são todas faladas ou todas escritas, todas são componentes da linguagem), impedindo-nos de compreender seu verdadeiro funcionamento (IF, p.20-21). Com a mesma palavra eu posso realizar diferentes tarefas, por ex.: ao dizer “tijolo” eu posso meramente indicar o nome do objeto ou pedir que alguém o traga até mim.

Segundo o filósofo, a totalidade formada pela linguagem e pelas atividades da vida entrelaçadas à linguagem (as *formas de vida*) compõe aquilo que denomina como *jogos de linguagem* (IF, p.19). É a partir dos jogos de linguagem que conseguimos conectar a expressão ao contexto no qual ela é proferida, fixando convencionalmente seus critérios de aplicação. Ou seja, o sentido da expressão está no seu emprego (IF, p.25), emprego este balizado por regras⁶ (tácitas ou não) de coletividades no seio das quais se estabelecem formas de vida e nos jogos de linguagem com os quais estes coletivos humanos organizaram sua existência e atividades. Um exemplo recorrente na narrativa wittgensteiniana é o arquétipo da partida de xadrez. Nenhuma figura do xadrez basta por si só na estipulação do que é ou não considerado um lance válido; são as circunstâncias da partida que dão sentido às peças e aos movimentos (IF, p.33).

O modo como Wittgenstein relaciona estes aspectos (formas de vida, jogos de linguagem, etc.), é uma tentativa de elucidar a relação entre linguagem e o mundo a partir do funcionamento efetivo da linguagem e não por racionalizações lógico-ideais. Para pensar no pensamento, na linguagem, sem incorrer em erro devemos nos ater a pensar em coisas do cotidiano, para não confundir a linguagem ideal, lógica, com aquela real, que acontece. Assim não tentaremos purificar a

⁵ Este aspecto em específico da rejeição da teoria da figuração se relaciona ao abandono de Wittgenstein da estrutura filosófica do *Tractatus*, onde o esclarecimento dos problemas filosóficos através da linguagem se daria, ao contrário, na tentativa de correlação inequívoca entre aspectos da linguagem (divididos pelo autor em nomes, proposições elementares e proposições) e do mundo (objetos, casos [*state of affairs*] e fatos). (GRAYLING, 2001, cap.2)

⁶ “To grasp its full purport one has to understand something more of Wittgenstein’s discussion in the Investigations, specifically in connection with his views about the relation between meaning and understanding and his argument that understanding is not an inner mental state or process but “mastery of a technique” [...]; and that the technique in question consists in following the rules for the use of expressions.” (GRAYLING, 2001, p.86)

linguagem, “matando-a” (IF, p.69). Entretanto, tal movimento resulta em argumentos amplos e vagos demais.

Como nos indica Grayling (2001, p.86),

there is, deliberately, no systematic “use theory of meaning” in the Investigations. Wittgenstein's appeal to the concept of use is intentionally broad for the reason that uses of expressions are as various as the language-games in which they occur, and therefore no single formula can capture their variety. Indeed, there is nothing sacrosanct about the term “use” itself; Wittgenstein, in addition, talks of the functions of words and sentences [...], of their aims and purposes [...], their offices [...], and of their roles and employments [...], intending by these different locutions to capture a general notion of the part expressions play in language, the central idea being that mastery of a language consists in being able to employ its expressions in the many different language-games to which they belong. In view of the multiplicity of language-games it is inevitable that the concept of use should in this way be a broad one and that therefore no single formula can be found to encapsulate it. Nor, indeed, should it be treated as a formula itself; the slogan “meaning is use” is not, for Wittgenstein, a definition of meaning.

Porém, é justamente por serem vagos – se considerados em si – que os aforismos wittgensteinianos podem ser tão facilmente justapostos a argumentos filosóficos não completamente compatíveis⁷. O que não é

⁷ “It needs to be said that many reservations expressed about Wittgenstein's writings are prompted by the interpretational difficulties they generate. These arise because of Wittgenstein's conception of philosophy and his method of doing it. The conception and the method are intimately correlative. As we have seen, philosophy is in Wittgenstein's view a therapy; the point is to dissolve error, not to build explanatory systems. The style is accordingly tailored to the intention. It is vatic, oracular; it consists in short remarks intended to remedy, remind, disabuse. This gives the later writings a patchwork appearance. [...] The fact that almost anyone, including people working in subjects other than philosophy, can cull quotations from Wittgenstein's texts for a wide variety of purposes, sometimes opposed ones, should constitute a warning to would-be

o caso, não inteiramente pelo menos, com o uso feito de Wittgenstein por Skinner. Em seu artigo de 1969, Skinner faz uso de Wittgenstein apenas duas vezes: uma em sua menção da posição clássica de significado como uso e outra na problematização da intenção como causa de uma ação⁸. Essa referência restrita à teoria wittgensteiniana é algo que persiste nos artigos da década de 1970: geralmente o nome do filósofo austríaco aparece entre uma ou duas vezes, sempre conectado a um dos dois tópicos em que é mencionado no artigo de 1969.

Em *Conventions and the Understanding of Speech Acts* (1970), aparece em nota de rodapé como autor que tornou familiar o fato de que apenas se pode comunicar uma intenção que já seja convencionalmente compreensível (p.135). Em *On Performing and Explaining Linguistic Actions* (1971), há uma referência à psicologia filosófica wittgensteiniana contraposta à tese tradicional (aristotélico-hobbesiana) que determina que a relação entre razão e ação, quando a razão explica a ação, é apenas uma espécie de explicação causal comum (p.12). Em *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action* (1974), a referência feita é a seguidores de Wittgenstein apenas, novamente questionando a possibilidade de se tratar motivos como causas (p.291). E em *Hermeneutics and the Role of History* (1975), é citado logo nos primeiros parágrafos como autor cuja obra auxiliou no gradativo abandono (na teoria do significado) de disposições positivistas para as quais asserções devem se referir a fatos (método verificacionista de concessão de significado), através da sugestão de que não podemos questionar diretamente o significado de proposições, e sim o modo como proposições são usadas em jogos de linguagens específicos (p.209).

Entretanto, em trabalhos mais recentes, como a compilação de artigos metodológicos que resultou no livro *Visions of Politics I: Regarding Method* (2002), e também em entrevistas que vem concedendo desde meados da década de 1990, a presença de Wittgenstein na teoria de Skinner tem mudado relativamente de caráter.

imitators” (GRAYLING, 2001, p.132). Entretanto, é importante ressaltar que tal citação é uma crítica específica à influência do filósofo austríaco no campo da filosofia. Na realidade, o estilo vago do autor pode ser considerado como hipótese para explicar a grande extensão alcançada por seus argumentos nas ciências humanas em geral.

⁸ Sendo que a primeira citação de Wittgenstein é feita numa nota de rodapé (SKINNER, 1969, p.37/ nota 154) e a segunda faz menção apenas a uma noção wittgensteiniana que vincula logicamente intenção e ação (SKINNER, 1969, p.44).

Já na introdução de *Visions*, Skinner explicitamente menciona o nome do filósofo austríaco como o sumariador de sua abordagem⁹. E apesar do descontentamento de certos comentadores¹⁰, é no caráter de revisão e combinação de artigos deste livro, além do de compilação, que encontramos não só a figura de Wittgenstein muito mais presente como também mais conscientemente articulada com as demais fontes da teoria skinneriana.

Como vimos anteriormente, a filosofia wittgensteiniana possui certo tom vago que faz com que seja adequável a diversas filosofias e pontos de vista. Assim, vários dos aforismos de *IF* soam como versões incipientes ou intuições de questões levantadas por outros autores de base filosófica de Skinner ou mesmo de formulações do próprio historiador.

Permitam-me alguns exemplos. O aforismo 77, que afirma que uma palavra possui uma família de significados (*IF*, p.57) e o trecho em que o filósofo estabelece que palavras não têm uso fixo (*IF*, p.59), lembram consideravelmente a observação de Skinner (bem exemplificada em seus estudos sobre o uso da retórica na teoria hobbesiana) de que as palavras são disputadas politicamente. A existência de algo nomeado pela linguagem não fala da existência da coisa em si, mas do uso da palavra que a nomeia na linguagem (*IF*, p.47). A linguagem é um cálculo (de regras a partir das quais procedemos), mas que também podemos modificar *as we go along* (*IF*, p.60).

Também ao asseverar que perguntar significativamente por uma denominação só é possível para quem já sabe o que fazer com ela (*IF*, p.32), o filósofo ecoa em Skinner, pois mesmo considerando a filosofia política como lutas ideológicas, ou seja, da perspectiva ideal do teórico inovador, Skinner insiste no fato de que para se compreender a inovação é preciso recuperar primeiro as convenções linguísticas, os vocabulários no qual tais autores estão inseridos e que acabam por modificar. O que é outra forma de enunciar a premissa wittgensteiniana de que a palavra é

⁹ “One way of summarizing my approach would thus be to say that I try to take seriously the implications of the contention that, as Wittgenstein expresses it in his *Philosophical Investigations*, ‘words are also deeds’” (SKINNER, 2001, p.3-4).

¹⁰ João Feres Junior (2005, nota 2), por exemplo, em seu artigo sobre a escola de Cambridge e a abordagem skinneriana, trata do primeiro volume de *Visions of politics* como um tanto decepcionante para os que acompanhavam o trabalho de Skinner, por se tratar de uma compilação e não de artigos originais.

um fenômeno que ocorre no tempo e espaço, o que faz com que seu significado seja publicamente dado e passível de ser recuperado (IF, p.70-71)¹¹.

Além deste cotejamento entre proposições wittgensteinianas e a descrição geral da metodologia skinneriana, outra conexão, talvez mais claramente presente nos textos de Skinner, é a entre Wittgenstein e Austin. No decorrer de *IF* vários trechos lembram aspectos da obra de Austin, como a afirmação de que é preciso romper com a ideia de que a linguagem funciona sempre de uma só forma (IF, p.140), visto que pode se traduzir uma declaração ora como uma proposição, ora como uma demonstração, ora como uma ação (IF, p.179).

Em *Hermeneutics and the Role of History* (1975) Skinner já considera ambos os filósofos da linguagem como parte do mesmo esforço ofensivo a perspectivas empiricistas e positivistas na filosofia analítica – considerando até a abordagem austiniana dos atos de fala como espécie de refinamento e extensão da premissa subjacente às proposições wittgensteinianas (p.209).

Porém, somente em redescrições recentes de seu método, como as que faz em entrevistas, é que Skinner é totalmente explícito com a conexão entre os dois autores, como sugerem as passagens: “I mainly thought of Austin’s philosophy, however, as an appendix to Wittgenstein. Wittgenstein had instructed us to think about the use of language, and it appeared to me that Austin in effect picked up this suggestion and ran with it” (SKINNER, 2002b, p.47-48); ou então:

To understand any serious utterance, we need to grasp not merely the meaning of what is said, but at the same time the intended force with which the utterance is issued. [...] To insist on this claim is to draw on Wittgenstein’s arguments about what is involved in the recovery of meaning and on J.

¹¹ A expressão da regra se dá nas ações e costumes, mas a concepção de aprendizado como treinamento só indica a conexão causal, não explica o seguir-o-signo que precisa da publicidade, do elemento comunitário pra se justificar (IF, p.112); portanto, acreditar que se segue uma regra não é o mesmo que a seguir (IF, p.114). Tal concepção da publicidade do significado está presente nos três autores que considero a base filosófica de Skinner: em Austin como as convenções das quais partimos para estipular a felicidade ou infelicidade de um proferimento, por exemplo; e em Collingwood na diferenciação do que pode e do que não pode ser recuperado ao se estudar um autor do passado (seu pensamento e suas sensações, respectivamente).

L. Austin's development of Wittgenstein's arguments about meaning and use (SKINNER, 2002, p.82).

A expressão que mais nitidamente vincularia ambos os autores é a que estabelece que “Palavras são também atos” (IF, p.197). Todavia, a apreensão da abordagem austiniana e dos desenvolvimentos da chamada filosofia da linguagem ordinária em geral como corolários da obra do segundo Wittgenstein¹² é um movimento um pouco arriscado, como nos informa A. C. Grayling (2001, p.128-129):

For parts of the 1930s and 1940s Wittgenstein was teaching and writing in Cambridge, as we have seen, and some of his writings had a confined publication in the form of typescript copies. Inevitably, by agency of his pupils and the circulation of these typescripts, some of his ideas reached the philosophical community at large. Traces of them can be detected in the work of Gilbert Ryle, J. L. Austin, and certain others. So-called 'Ordinary Language Philosophy', which flourished at Oxford mainly during the 1950s and which is chiefly associated with Austin, is sometimes thought to be a result of Wittgenstein's teachings, but in fact his influence was far less immediate than that; certainly Austin did not take himself to owe his ideas to Wittgenstein. There is no doubt that Wittgenstein's views had some part in promoting the philosophical concern for language which was dominant in the mid-century [XX], even if only in part and at second- or third-hand; but it is equally certain that Wittgenstein would have found aspects of 'Ordinary Language Philosophy' uncongenial. None of the people who at that time were prominent in philosophy (in

¹² Apesar de esta passagem aforística referir-se sim à motivação, ação e intenção – temas austinianos por excelência – fá-lo num contexto de discussão da possibilidade de entendimento da motivação como causa cujo efeito seria a ação, especificamente com exemplos da relação entre sentimentos e palavras. Ou seja, mostra-se mais harmônica com discussões ligadas à filosofia da mente em Collingwood (sua distinção entre pensamento e sentimentos, da qual tratarei mais detalhadamente na próxima seção) do que com a sistematização austiniana dos atos de fala.

addition to Ryle and Austin there were, for example, Moore, Broad, Russell, and Ayer) were Wittgensteinians; most of them were largely unaffected by Wittgenstein's later ideas, and some were actively hostile to them.

Assim, apesar da evidenciação da linguagem como relevante para o conhecimento filosófico ser uma intuição comum tanto a Wittgenstein quanto a Austin (como a tantos outros filósofos, não necessariamente pragmáticos, de meados do século XX), e apesar de ambos terem feito frente à concepção de significado como figuração, é insensato caracterizar o trabalho de Austin como mero apêndice de máximas wittgensteinianas. Se não apenas por esta particularidade histórica do peso real da filosofia wittgensteiniana entre seus contemporâneos, também pelas diferentes questões elencadas por ambos os autores como essenciais para o desenvolvimento de suas respectivas teorias e, inclusive, o diferente estilo com que as tratam.

As intuições fugidias de *IF*, sempre desconfiadas da linguagem – único caminho pelo qual podemos estudar a mesma – provavelmente não encontrariam eco nas propostas de Austin, com suas definições minuciosas de possíveis ações comunicativas, comparativos entre estas ações, listas de verbos (!) (sempre, não obstante, muito sóbrio quanto ao caráter incipiente de seus esforços e à complexidade do mundo que não pode ser planificada por definições unívocas). Ou seja, Austin parece engajar-se mais propriamente no desenvolvimento dos instrumentos analíticos com os quais problematizar a linguagem na investigação filosófica, enquanto o modelo wittgensteiniano considera mais erráticamente a tarefa da filosofia e os sempre presentes perigos da linguagem.

Apesar de Wittgenstein iniciar as *IF* com a menção específica de Agostinho como exemplar do funcionamento da linguagem, da atribuição de sentido, via figuração, o autor nunca declara explicitamente (melhor seria dizê-lo, em moldes acadêmicos e formais) qual sua posição. Enquanto Austin, já no início de *How To Do Things With Words* (doravante *HTD*), recorta o campo da filosofia como seu foco – tratando do modo como os filósofos percebem a linguagem e como estruturam sua disciplina a partir daí. Obviamente tal recorte também implica considerações mais generalizantes sobre a forma como a linguagem se estabelece no cotidiano (por isso a alcunha de *filosofia da linguagem ordinária*); porém, Austin está muito mais preocupado em

equipar os filósofos para suas tarefas do que Wittgenstein acharia possível¹³.

Segundo Austin, apesar da advertência dos estudiosos da gramática para quem nem toda sentença ou oração é usada necessariamente para fazer afirmações ou declarações (HTD, p.1), é comum entre os filósofos o uso quase exclusivo de *statements* (afirmações) como descrição de um dado estado de coisas no mundo.

Entretanto, existe todo um conjunto de enunciados que não podem ser caracterizados como descrição do mundo. Por exemplo, “When I say, before the registrar or altar, &c., 'I do', I am not reporting on a marriage: I am indulging in it” (HTD, p.6). A empreitada de Austin no decorrer de suas palestras é a de desenvolver categorias mais fiéis ao uso corriqueiro da linguagem por meio das quais as investigações dos filósofos pudessem ser aprimoradas.

A primeira distinção para a qual atenta se estabelece da advertência dos estudiosos de gramática à qual já fiz menção: uma frase nem sempre é uma declaração sobre o mundo, sendo verdadeira ou falsa. Por vezes elas podem ser também exclamações, comandos, desejos e concessões – aos quais o aspecto de *veracidade* é difícil de ser atribuído. Ou seja, existiriam dois tipos de enunciados: os constatativos, tradicionalmente reconhecidos pela filosofia como *statement*; e os performativos, relacionados a toda a gama de enunciados para os quais não se pode prontamente estabelecer critérios de verificação (verdade ou falsidade), estando geralmente conectados ao desempenho de algum tipo de ação. Desta distinção preliminar, o autor passa para uma definição mais cuidadosa dos enunciados performativos que, curiosamente, finda por dissolvê-la.

Primeiro, Austin isola enunciados performativos como aqueles que não apenas dizem algo, mas fazem algo. “And the more we consider a statement not as a sentence (or proposition) but as an act of speech (out of which the others are logical constructions) the more we are studying the whole thing as an act” (HTD, p.20). Já na segunda palestra, ele assinala que apesar de não serem todos enunciados passíveis de verificação (verdade/falsidade), ainda sim podem ser objetos de consideração crítica (podem ser colocações felizes ou infelizes). Austin elenca seis tipos de infelicidades, que segundo ele podem ser aplicados a

¹³ Aqui, novamente, parece haver maior semelhança entre Collingwood e Wittgenstein, ambos preocupados em pensar mais amplamente na função da filosofia, em como se estabelece em relação ao mundo, mesmo que um responda com história e o outro com linguagem.

todo e qualquer ato cerimonial, não apenas aos verbais; também podendo sobrepor-se e combinar-se. Quatro destas infelicidades tratam de situações em que os elementos convencionais necessários para que a comunicação se completasse não correspondem ao modo como o ato efetivamente se concretizou¹⁴, enquanto os outros dois tratam de aspectos abusivos do processo de comunicação (como a insinceridade)¹⁵.

No entanto, à medida que segue a enumeração dos tipos de malogro característicos aos enunciados performativos, Austin percebe que a distinção entre as dicotomias verdadeiro/falso e feliz/infeliz não é o bastante para estabelecer uma separação peremptória entre os tipos de enunciados. Pois não apenas ambos os tipos podem ser caracterizados como infelizes ou felizes (HTD, p.91) como também “the requirement of conforming or bearing some relation to the facts, different in different cases, seems to characterize performatives, in addition to the requirement that they should be happy, similarly to the way which is characteristic of supposed constatives” (HTD, p.91). Ou seja, certas características precisam ser satisfeitas para que um enunciado seja considerado feliz e isso sugere que certas coisas, certos *statements*, precisam ser *verdadeiras*.

E existem igualmente circunstâncias em que uma mesma sentença pode ser usada das duas maneiras (performativa e constatativamente). “[...] we still have utterances beginning ‘I state that...’ which seem to satisfy the requirements of being performative, yet which surely are the making of statements, and surely are essentially true or false.” (HTD, p.91). Assim, o filósofo não consegue chegar a algum critério final, gramatical, de vocabulário ou ambos, que pudesse

¹⁴ Ou seja, infelicidades relacionadas às quatro primeiras características de um enunciado performativo feliz, a saber: “(A.I) There must exist an accepted conventional procedure having a certain conventional effect, that procedure to include the uttering of certain words by certain persons in certain circumstances, and further, (A.2) the particular persons and circumstances in a given case must be appropriate for the invocation of the particular procedure invoked. (B.I) The procedure must be executed by all participants both correctly and (B. 2) completely.” (HTD, p.14-15)

¹⁵ “(r. 1) Where, as often, the procedure is designed for use by persons having certain thoughts or feelings, or for the inauguration of certain consequential conduct on the part of any participant, then a person participating in and so invoking the procedure must in fact have those thoughts or feelings, and the participants must intend so to conduct themselves, and further (r.2) must actually so conduct themselves subsequently.” (HTD, p.14-15)

diferenciar *statements* de sentenças performativas: se é que existe um critério, Austin afirma que não se pode encontrá-lo nos enunciados *as they stand* (HTD, p.67).

Isto implicou o gradativo abandono da dicotomia performativo/constatativo e a constituição de novas categorias: os vários atos contidos em um único enunciado. Este movimento de retorno a designações anteriores à tentativa de distinguir apenas dois tipos de enunciados permitiria a consideração de quantos sentidos existem em que dizer algo é fazer algo (HTD, p.94).

We [...] distinguished a group of things we do in saying something, which together we summed up by saying we perform a locutionary act, which is roughly equivalent to uttering a certain sentence with a certain sense and reference, which again is roughly equivalent to 'meaning' in the traditional sense. Second, we said that we also perform illocutionary acts such as informing, ordering, warning, undertaking, &c., i.e. utterances which have a certain (conventional) force. Thirdly, we may also perform perlocutionary acts: what we bring about or achieve by saying something, such as convincing, persuading, deterring, and even, say, surprising or misleading. Here we have three, if not more, different senses or dimensions of the 'use of a sentence' or of 'the use of language' (and, of course, there are others also). (HTD, p.108-109).

Isto é, o ato locucionário (composto pelos atos fonético, fático e rético) possui um significado, o ato ilocucionário possui certa força e o ato perlocucionário é a concretização de certos efeitos. Mas o ponto chave da teoria dos atos de fala austiniana é perscrutar melhor o segundo ato (ilocucionário) e suas forças, ou seja, as diferentes funções ou maneiras em que podemos usar a fala (*speech*) – motivo pelo qual a teoria dos atos de fala também é conhecida como “doctrine of ‘illocutionary forces’” (HTD, p.99).

Falando de dimensão performativa ou força ilocucionária, Austin pretende compreender os sentidos em que falar é fazer alguma coisa, usando a linguagem como ferramenta. Porém, da mesma forma como a distinção entre enunciados performativos e constatativos apresenta dificuldades, também a distinção das partes ou atos que formam um ato

comunicativo não pode ser claramente estabelecida, pois, segundo o autor, tende-se a omitir a dimensão ilocucionária em favor das outras, ou ainda, a confundi-las e mesclá-las. Afinal, *usar* é um termo muito amplo: podemos falar de uso da linguagem para argumentar, afirmar ou descrever, do mesmo modo que podemos falar de seu uso para persuadir, alarmar e ainda temos os usos *parasitários* da linguagem. “For example, there are insinuating (and other *non-literal* uses of language), joking (and other *non-serious* uses of language), and swearing and showing off (which are perhaps expressive uses of language).” (HTD. p.121)

A discussão austiniiana entre fazer e falar, a partir da abordagem dos atos de fala, resulta na observação de que sempre que falamos algo estaremos realizando ambos os atos: locucionário e ilocucionário. Estes dois tipos de atos “seem to be the very things which we tried to use as a means of distinguishing, under the names of ‘doing’ and ‘saying’, performatives from constatives. If we are in general always doing both things, how can our distinction survive?” (HTD, p.132).

Ela não sobrevive, não existe mútua exclusão entre a enunciação de uma sentença ser a feitura de algo (uma ação) e esta sentença ser verdadeira ou falsa. O que ocorre é que na “vida real”, isto é, no uso cotidiano da linguagem oposto a situações mais simples delineadas na teoria, nem sempre podemos responder simplesmente se algo é ou não verdadeiro (HTD, p.142). “It is essential to realize that ‘true’ and ‘false’, like ‘free’ and ‘unfree’, do not stand for anything simple at all; but only for a general dimension of being a right or proper thing to say as opposed to a wrong thing, in these circumstances, to this audience, for these purposes and with these intentions” (HTD, p.144). A verdade e falsidade de um enunciado não depende apenas do significado das palavras, mas do ato que se estava desempenhando e em que circunstâncias (HTD, p.144).

Então, ao cabo, o que sobra destas distinções entre aspectos e funções da linguagem em seu uso cotidiano?

What then finally is left of the distinction of the performative and constative utterance? Really we may say that what we had in mind here was this: (a) With the constative utterance, we abstract from the illocutionary (let alone the perlocutionary) aspects of the speech act, and we concentrate on the locutionary: moreover, we use an oversimplified notion of correspondence with the

facts-over-simplified because essentially it brings in the illocutionary aspect. We aim at the ideal of what would be right to say in all circumstances, for any purpose, to any audience, &c. Perhaps this is sometimes realized. (b) With the performative utterance, we attend as much as possible to the illocutionary force of the utterance, and abstract from the dimension of correspondence with facts (HTD, p.144-145).

Os atos locucionário e ilocucionário são, também, apenas abstrações: todo ato genuíno de comunicação é simultaneamente ambos. Ainda sim, para a filosofia, resta a necessidade de distingui-los e de estabelecer crítica e especificamente para cada tipo de ato ilocucionário¹⁶ qual o seu funcionamento: o que funciona como ordem ou desviante da ordem, o que é certo ou errado em cada uma destas subcategorias de atos, que termos de avaliação são empregados para cada uma. “This is a wide field and certainly will not lead to a simple distinction of ‘true’ and ‘false’; nor will it lead to a distinction of statements from the rest, for stating is only one among very numerous speech acts of the illocutionary class”¹⁷ (HTD, p.145-146).

Obviamente, tudo isto como ponto de partida. Como afirma Austin ao final do livro: “The real fun comes when we begin to apply it to philosophy” (HTD, p.163). E de certa forma, é nessa segunda fase que os esforços de Skinner se enquadram.

Em *Meaning and Understanding* (1969), Austin aparece como uma das fontes principais no ataque feito por Skinner à historiografia das ideias tal como vinha sendo feita. Mostras do teor austiniano das concepções metodológicas de Skinner encontram-se na caracterização da enunciação de sentenças como ações (políticas) (p.42) e na eleição da força ilocucionária das sentenças como elemento-chave, embora tradicionalmente ignorado, na compreensão das obras que conformam a

¹⁶ “To sum up, we may say that the verdictive is an exercise of judgment, the exercitive is an assertion of influence or exercising of power, the commissive is an assuming of an obligation or declaring of an intention, the behabitive is the adopting of an attitude, and the expositive is the clarifying of reasons, arguments, and communications.” (HTD, p.162)

¹⁷ De certa maneira, a teoria dos *atos de fala*, principalmente os ilocucionários, lembra a noção de jogos de linguagem wittgensteiniana: o modo como jogos são todos jogos sem que necessariamente compartilhem as mesmas peças ou regras, ou tenham os mesmos objetivos. Mas este é apenas mais um exemplo do modo como a teoria wittgensteiniana é flexível.

disciplina da história das ideias (p.45-46), por exemplo. Entretanto, o historiador menciona a necessidade de estender a teoria austiniana, principalmente no que toca a noção de força ilocucionária – o que realiza em seus artigos subsequentes.

Em *Conventions and the Understanding of Speech Acts* (1970), Skinner parte da constatação de Strawson de duas lacunas na abordagem de Austin: em primeiro lugar, o silêncio sobre o modo como poderíamos constatar que o anunciante assegurou a captação ou absorção de seu enunciado pela audiência (*secure uptake*) e, em segundo, a indistinção entre os atos ilocucionários e os perlocucionários e todas as outras manifestações parasitárias da linguagem (usos não literais, não sérios, etc.).

Strawson sugere que a absorção da mensagem enunciada se dá necessariamente através da compreensão por parte da audiência de um complexo tácito, mas essencialmente explicitável, de conteúdo comunicativo (p.121). Com tal sugestão o autor simultaneamente fornece um teste para distinguir atos ilocucionários dos demais, a saber, que nenhum ato ilocucionário pode deixar de ser um ato comunicativo completamente aberto e passível de explicitação ou confissão.

Skinner, contudo, não fica satisfeito com tal caracterização dos atos ilocucionários e encontra, por sua vez, duas lacunas no argumento strawsoniano: primeiramente, o fato de o autor ter considerado apenas vagamente a questão da necessidade ou não de um verbo ser transformável em um performativo explícito para ser considerado o nome de um ato ilocucionário. Strawson apenas afirma que parece ser uma condição suficiente, embora não necessária (SKINNER 1970, p.121). E em segundo lugar, o fato de Strawson dividir os atos ilocucionários em apenas dois casos (de sentenças convencionais, governadas por regras, e sentenças mais comuns e não convencionais), muito embora ele próprio afirme que a aparente distinção categórica entre estes dois casos é enganadora, pois estudos posteriores poderiam estabelecer casos intermediários.

O historiador então analisa duas situações que colocam em cheque as considerações strawsonianas. Segundo Skinner, existem casos em que pode haver a possibilidade, mas nenhuma utilidade em se tornar a intencionalidade (força ilocucionária) explícita, bem como casos em que o verbo da sentença tem o nome de uma força ilocucionária, mas não existe a possibilidade de que com ele se esteja desempenhando uma ação. No primeiro caso, podemos pensar em situações em que tornar explícito a intencionalidade de uma sentença se apresenta mais como

uma perda na interação do que um ganho¹⁸, enquanto o segundo caso torna clara a fragilidade do suposto aperfeiçoamento da diferença entre ilocucionários e perlocucionários e outras dimensões da fala por Strawson. Com verbos como insultar, rejeitar, esnobar, enganar, p.ex., não sabemos até que ponto se concretiza a ação ao dizer algo (se era minha intenção) ou por dizer algo (sendo um efeito não necessariamente intencionado da minha parte). E quando testados através do exame de explicitação de Strawson, tais verbos trazem outras dificuldades, pois, não fica claro se estamos tornando explícito ou apenas descrevendo uma ação passada. De modo semelhante aos corolários do primeiro caso, nem todo ato ilocucionário pode ser considerado um ato essencialmente aberto, visto que por voltas a explicitação da intenção vai de encontro à própria intenção.

Assim, a análise de dois tipos de ação linguística fora dos padrões analisados por Strawson fazem com que Skinner sugira respostas às lacunas deixadas pelo autor: existe ao menos um caso de ato ilocucionário intermediário entre os atos convencionais regulados por regras e os não convencionais – onde a intenção deve permanecer oblíqua; e verbos não confessáveis indicam a não necessidade de um verbo estar na forma explícita para ser considerado um ato ilocucionário.

O fato, como espera ter demonstrado Skinner, de que nem a abertura nem a explicitação são características essenciais a um ato ilocucionário (embora a intenção de ser compreendido permaneça como um elemento importante) faz com que o autor busque outra maneira de caracterizá-lo. Indo de encontro a Strawson, o qual acredita que nem sempre a natureza do ato ilocucionário é convencional, já que distingue atos convencionais completos, isto é, constituídos por processos convencionais (regras), de outros tipos de atos ilocucionários não convencionais; Skinner estipula, novamente por meio dos exemplos de atos oblíquos e não explicitáveis, a intrínseca dimensão convencional de todo ato ilocucionário. Sendo esta dimensão de convenções sociais e

¹⁸ “Example (i) could thus be made explicit, for instance, as 'I wonder if you would mind accompanying me to the police-station, sir-I'm afraid I really must request you to do so '. The peculiarity here, however, is that the motive which S has in all standard cases for making his intentions as clear as possible seems in this type of case at least to some extent to be dissipated. Something seems to be lost rather than gained in these forms of communication if the speaker elects to make his intentions absolutely explicit by some performative formula.” (SKINNER, 1970, p.122)

linguísticas o que possibilita a compreensão tanto do ato ilocucionário mais evidente quanto de atos oblíquos e intenções não explicitadas.

If there is a question of convention involved here, moreover, it will obviously involve more than the trivial point, mentioned and dismissed by Strawson, that to warn is by (linguistic) convention to warn. The point is rather that even when the locution (always a factor limiting the possible range of illocutionary force) and the circumstances (always relevant to the determination of illocutionary force) are both appropriate (as they obviously are in the case of the skater) for the act performed to be assessable as one of warning, a further question still remains, as to whether there exists any mutually-recognized convention such that to speak in the way S speaks in warning A will be acceptable as a form of warning, and so capable of being taken by A as a warning. And this seems to be a question essentially about the nature and the extent of the social conventions which S may expect A to regard as appropriate for the regulation of their social (and so verbal) relationships. (SKINNER, 1970, p.131)

Mas qual o propósito e o campo de aplicação do argumento skinneriano da convencionalidade essencial dos atos de fala? De acordo com o historiador, a dimensão convencional intrínseca dos atos de fala é simplificada em demasia, visto que os filósofos geralmente se ocupam de situações diretas e sincrônicas, quando são intrincados complexos de convenções sociais e linguísticas que estão em questão.

O que Skinner faz na parte final do artigo é uma tentativa de expandir o argumento para contemplar exemplos mais aplicáveis à filosofia, trabalhando com tipos de comunicação geralmente ignorados, e de verificar de que maneira estes exemplos corroboram ou não seu ponto da centralidade da convenção na compreensão da intencionalidade (força ilocucionária). Casos como o de multiplicidade de audiência, como os em que S diz algo a A, querendo mesmo se dirigir a N, mas principalmente casos de relação diacrônica entre S e A.

Aqui Skinner volta-se para situações mais comumente encontradas em seu campo de estudo, a história das ideias: casos, p.ex.,

em que S pronuncia algo, a princípio não pensando em A – que mesmo assim deseja compreender o que S disse.

This is, of course, merely to state abstractly the position, and the dilemma, in which any historian or social anthropologist characteristically finds himself when attempting to understand the verbal behaviour of an alien culture or some utterance uttered in the past. The relation of the speaker to the audience concerned to understand him is wholly non-synchronic in both such cases, in the sense that although A may hope to understand what S meant, he may typically be confronted, in trying to understand the utterance of S's utterance, not merely with an alien set of social as well as linguistic conventions, but even with an apparently alien conception of what constitutes rationality itself (SKINNER, 1970, p.135).

Como estabelecer o critério através do qual reconhecer e discriminar estas situações? Seguindo a compreensão de situações comunicativas via análise dos elementos convencionais estabelecida por Skinner, para que a comunicação se dê uma intuição mútua do complexo de convenções sociais e linguísticas é necessária. Mas como esta mutualidade se dá em situações não sincrônicas? Seria preciso, de acordo com o historiador, considerar primeiramente as convenções que governam comunicações sincrônicas ordinárias e então atentar para o modo e a extensão com que estas convenções podem aparecer na situação (diacrônica) considerada.

The point, then, of singling out and emphasizing all these possible complications of the basic communication situation – the oblique, the overheard, and the various non-synchronic types – is that they all make specially clear the point which seems to be so easily elided when we focus only on the more straightforward situations which have usually been treated as paradigmatic of speech acts : the point that the success of any act of communication necessarily depends on at least a mutual intuiting by S and A of a whole complex of conventions, social as well as linguistic, about what can and cannot be stated, what sorts of

meanings and allusions can be expected to be understood without having to be explicitly stated at all, and in general what criteria for the application of any given concept (for example, that of warning) are conventionally accepted as applying in that given situation and society. I have sought to argue that this is no less true, but only less evident, in the standard synchronic situation. (SKINNER, 1970, p.137).

Gostaria aqui de ressaltar um ponto que considero importante. Uma das críticas mais duras à metodologia de Skinner é a da inadequação essencial de se usar a teoria dos atos de fala austiniana para embasar um estudo cujo objeto é quase que totalmente composto por obras escritas. Afinal, o próprio Austin afirma em HTD (p.74), que traços da linguagem falada não são prontamente reproduzíveis na linguagem escrita. Podemos até tentar transmitir o tom de voz, a cadência e a ênfase de um protesto, por exemplo, usando pontuação, itálico ou ordenando as palavras de um determinado jeito, mas no fim serão apenas versões rústicas de expressividade.

Entretanto, quando Skinner fala de concepções não sincrônicas, ao menos neste artigo de 1970, seu foco não é no meio de comunicação (escrita ou falada), mas no tempo, na distância temporal entre o enunciado e absorção do mesmo. Esta pode parecer uma distinção tola de se fazer já que no âmbito dos autores estudados na história intelectual, toda a comunicação não sincrônica se dá por meio escrito. Contudo, num mundo tecnológico onde imagens em vídeo e com áudio atravessam a dimensão temporal, preservando aspectos da oralidade (entonação, etc.) e linguagem corporal, esta distinção talvez tenha mais relevância e não soe tão absurda. Em suma, acredito que a princípio há dois pontos aí que precisam ser destacados um do outro: a questão da transposição da teoria dos atos de fala para a escrita e a questão de situações diacrônicas.

Da distância temporal tratarei nas seções seguintes, mas quanto à polêmica do emprego da teoria dos atos de fala na história intelectual, Jonathan Havercroft (2011) apresenta uma boa resposta aos críticos de Skinner. Peter Steinberger¹⁹, p.ex., afirma que ao invés da reconstrução

¹⁹ Apesar de mencionar exclusivamente a argumentação de Peter Steinberger (2009) esta linha crítica que ressalta na metodologia skinneriana o fato de ela confundir formas faladas e escritas de comunicação é uma vertente de crítica com muito adeptos (como o próprio João Feres Jr. (2005)).

de situações históricas, a pragmática filosófica mobilizada por Skinner (a questão do que o autor está a fazer ao proferir algo) apontaria para a explicação de estruturas de argumentação – algo parecido às formas tradicionais da história da filosofia.

Ao utilizar a teoria dos atos de fala, Skinner menosprezaria o fato de ser uma teoria para a compreensão da fala – um ato improvisado e espontâneo – e não da escrita – um ato mais cauteloso e reflexivo. Porém, segundo Skinner, apesar do texto não ser um ato improvisado, ele é, não obstante, um ato linguístico e representa intenções que podem ser recuperadas através da compreensão do contexto político e convenções linguísticas. Entretanto, na concepção de Steinberger, a diferença entre fala e escrita não pode ser tão facilmente ultrapassada. A abordagem de Skinner ignoraria o peso do conteúdo proposicional do que é escrito: de todos os atos linguísticos, a composição escrita de um assunto teórico é a que mais faz uso de dispositivos de precisão e maximização da clareza, minimizando as possibilidades de incompreensão usualmente relacionadas com a comunicação oral.

Obviamente pode-se dizer que autores adotam uma linguagem de lógica e definição como instrumentos literários e, conseqüentemente, utilizam convenções comunicativas. Assim, suas asserções abstratas e universalizadas são disfarces de preocupações inconscientes de problemas locais. Mas isto, afirma Steinberger (2009, p.141), não nos fornece razões suficientes para deixar de focar as proposições de conteúdo dos textos em seus próprios termos.

It should now be clear that the features of theoretical texts that make them ill suited to the kind of conversational analysis pursued by standard speech-act theory—their non improvised nature, their focus on assertions of fact, their permanence, the inherent value placed on eliminating all sources of ambiguity, the consequent attempt to discover an abstract and universal mode of expression free from the imprecision (although also the nuance) of local idioms—are precisely those features that call for a systematic effort to focus closely on what is said, to piece together the structure of argumentation, and to restate assertions of content with ever more accuracy and clarity. (STEINBERGER, 2009, p. 142-143)

Mas para Havercroft, a posição de Steinberger de que a filosofia da linguagem ordinária não se aplica à comunicação escrita resulta de três erros em sua leitura da a teoria dos atos de fala na metodologia de Skinner. Primeiro, ele enfatiza demais a influência de Grice e Searle no método de Skinner e ignora a influência do segundo Wittgenstein. O trabalho de Wittgenstein e Austin – diferentemente de Searle e Grice – se preocupa com a natureza performativa da linguagem em geral, sem se preocupar se é escrita ou falada. De acordo com Havercroft, utilizar premissas wittgensteinianas ou austinianas para analisar textos é completamente consistente com a proposta destes filósofos. Se Austin afirma que alguns aspectos da linguagem falada não são prontamente transferíveis para a escrita, o que de fato faz, ele não retira daí nenhuma proibição explícita para a compreensão de textos via a teoria das forças ilocucionárias.

Em segundo lugar, na posição de Steinberger existe outra confusão: entre performatividade e conversação improvisada, sendo esta considerada o objeto de análise da filosofia pragmática (HAVERCROFT, 2011, p.375). Mas tal confusão não está presente no foco austiniano na dimensão performativa da linguagem, que pode ser, sim, escrita ou falada. Isto possibilita que Skinner considere textos históricos de filosofia política como intervenções em lutas políticas específicas, o que os autores estavam fazendo ao escrever, mesmo que sejam performances não improvisadas. “As such, Skinner’s appropriation of Austin shows us the value of treating texts as a performance rather than simply as a set of formal arguments” (HAVERCROFT, 2011, p.373).

E em terceiro, Steinberger delinearía uma distinção entre significado literal e intencional insustentável. “Steinberger’s point is that when political philosophers make propositional claims they will attempt to minimize the gap between the literal meaning of words and their intended meaning” (HAVERCROFT, 2011, p.379). Assim, a atenção dada por Skinner às forças ilocucionárias focaria demais no significado intencional ao invés do significado literal. Mas para que este fosse o caso, todos os filósofos políticos deveriam operar com um determinado conjunto de regras na construção de seus argumentos. “Furthermore, this assumes that all political philosophers were attempting to make the arguments of their texts a series of transparent moves that abide by the rules of a single game that we would all recognize as political philosophy” (HAVERCROFT, 2011, p.379). Steinberger falharia em perceber que a ideia skinneriana segundo a qual para compreender o significado de uma proposição é necessário primeiramente entender as

convenções linguísticas nas quais o autor que a proferiu estava inserido se baseia na discussão wittgensteiniana sobre seguir regras.

Without an understanding of the background rules according to which authors were writing, their actions would be as unintelligible as trying to watch a sporting competition without understanding the rules of that game. [...] Yet, the point of Wittgenstein's analysis of rules in language, and the reason that Skinner draws upon this aspect of Wittgenstein, is that discursive rules are not fixed. Some rules apply to both spoken and written conversation, other rules do not. And the nature of rules is challenged and modified over time. As such, the background rules according to which both speakers and writers make statements are constantly changing. And in order to understand the meanings of statements we must recover the rules according to which the statements were made (HAVERCROFT, 2011, p.377-378).

Assim, a posição de Steinberger sobre a forma como textos deveriam ser interpretados – um tipo de reconstrução analítica dos argumentos lógicos de um texto – parece pautar-se numa concepção idealizada de linguagem que tanto Wittgenstein quanto Austin criticavam (HAVERCROFT, 2011, p.383).

Em suma, parece-me um ponto muito mais pacífico a indistinção entre enunciados falados ou escritos, já que ambos são atos de comunicação, do que outros aspectos da expansão da teoria das forças ilocucionárias feita por Skinner, como o estabelecimento de casos intermediários entre ilocucionários convencionais e não convencionais (na dicotomia strawsoniana), isto é, ilocucionários oblíquos. Estas novas categorias vão direcionando cada vez mais a mobilização da teoria austiniana para algo que não interessava primariamente ao filósofo: os usos parasitários da linguagem²⁰.

²⁰ Segundo Austin, “language [...] is in special ways – intelligibly used not seriously, but in ways *parasitic* upon its normal use – ways which fall under the doctrine of the *etiolations* of language. All this we are *excluding* from consideration. Our performative utterances, felicitous or not, are to be understood as issued in ordinary circumstances” (HTD, p.22)

Sem me deter em uma questão que obviamente caberia aqui, a saber, a de até que ponto o uso parasitário na linguagem não implica em algum nível o uso ordinário ou padrão da linguagem; para leitores dos trabalhos substanciais de Skinner é claro que esta é a dimensão que mais interessa ao autor: o uso da linguagem como ato político, em um contexto de lutas ideológicas (afinal, um dos principais livros do historiador se chama “Razão e *Retórica* na Filosofia de Hobbes” (1999c)). Notem a aproximação possível entre a caracterização dos usos parasitários da linguagem em Austin (usos *expressivos*, não sérios, não literais) e a retórica ou a linguagem política em geral. Creio que esta expansão “indevida” da teoria austiniana por Skinner é mais problemática do que a questão da indistinção entre fala e escrita nos textos de metodologia do historiador.

Esta indistinção não é mencionada literalmente em *Conventions* (1970), mas logo aparece em *On Performing and Explaining Linguistic Actions* (1971). Se em *Conventions* Skinner tinha como meta testar e ampliar as premissas austinianas, em *On Performing* ele aplica as distinções desenvolvidas anteriormente na tentativa de compreensão da natureza e da descrição da ação social (comparada a ações linguísticas) e sua explicação.

Skinner toma a diferença entre atos ilocucionários e perlocucionários para estabelecer um tipo de causalidade apropriado às ciências humanas. Devido a não equivalência necessária entre a intenção de uma ação (força ilocucionária) e os efeitos desta ação (atos perlocucionários), a formulação clássica de ação onde *A is bringing about that p* (sendo *A*/ação e *p*/performance) não é considerada pelo historiador como definição apropriada para ação voluntária.

O exemplo recorrente é a cena do patinador no gelo que é avisado por um policial sobre uma determinada área onde o gelo está muito fino. Equivaler a ação do policial (avisar) à performance do patinador (ser avisado) é problemático, visto que o policial pode avisar sem que isso modifique o comportamento do patinador (ele pode achar que é uma brincadeira, ou não levar à sério o aviso) – isto é, *A without bringing about that p* – ou fazer com que o patinador seja avisado sem que ele mesmo o avise (avisando à outra pessoa que avisa o patinador) – isto é, *bringing about that p without A*. Embora se possa argumentar que ações linguísticas e outras relações interpessoais dependem inteiramente da audiência para serem concretizadas (o que faz delas um tipo diferente de ação) essa característica não é generalizável o bastante para ratificar a formulação clássica de ação (SKINNER, 1971, p.9).

Portanto, a formulação geral da ação voluntária para Skinner é simplesmente aquela em que A está ϕ ndo B (onde ϕ é o verbo da ação) mesmo que com isso não se deseje negar que existam ações voluntárias que podem ser descritas como episódios em que um agente é responsável por um resultado (SKINNER, 1971, p.11).

Entretanto, esta concepção modificada de ação voluntária não impede que o comportamento humano seja analisado através de um sistema de explicação. Aqui o historiador se opõe a duas visões sobre a possibilidade de explicação de ações voluntárias: primeiramente, a ideia de que a razão pela qual um agente realiza uma ação, e que a explica, é considerada sua causa, estipulando uma relação causal ordinária. Ou seja, a dependência da intencionalidade para o conceito humano de ação não excluiria a possibilidade de uma explicação causal. A posição de Skinner é a de que a redescrição ilocucionária através da recuperação da razão (intenção) da ação serve como explicação da ação. Porém, esta razão não equivale a uma causa, sendo antes um mergulho nas convenções governantes da força ilocucionária acoplada à sentença e, destarte, não se dando por generalização indutiva (como explicações causais normalmente o fazem). Para Skinner se trata antes de uma explicação pontual, embora esta ainda implique considerações das condições necessárias para uma ação (ou seja, considerações causais em certa extensão).

The independence of such explanations from causality, however, has now been overstated. The explanation of why A uttered his given utterance is not merely a matter of citing the convention that to utter a particular utterance can count in suitable circumstances as a case of warning someone. It is a matter of citing this convention and of assuming that the speaker both knew of this convention and intended to follow it in the given case. This is to concede, however, that in order to complete even these conventional types of explanation a further condition which is at least arguably causal needs to be added—the condition that the agent should first have attained a knowledge of the relevant conventions and should then have formed the intention to act according to these intentions in the future (SKINNER, 1971, p.14).

A segunda ideia que Skinner pretende rejeitar trata da impossibilidade do tratamento causal ordinário de ações no reino

humano, mas por vias distintas das suas: concentrando-se primariamente em estados afetivos e cognitivos do agente anteriores à ação e vinculando-os via generalização indutiva ao desempenho de certas formas de ação. Apesar do tipo de explicação convencional com a qual Skinner está interessado ainda estar ligada psicologicamente ao agente o foco de sua abordagem está na elucidação de convenções, não de estados mentais. “It is not essential to allude directly to these states at all in order to provide a conventional explanation of an action which, while partial, inferential and so highly fallible, may nevertheless be illuminating and correct.” (SKINNER, 1971, p.14)

A falácia intencionalista, portanto, que estipula a completa irrelevância das *intenções* dos autores ao escrever determinada obra na compreensão da mesma estaria pautada em uma confusão conceitual. A distinção skinneriana entre motivos e intenções²¹ salvaguardaria a força explicativa da dimensão ilocucionária (intenções) da ação, sem cair na tentativa de recuperar estados cognitivos e afetivos do agente – tentativa esta tida não só como irrelevante, mas também como impossível pela teoria collingwoodiana do *re-enactment*. Pois intenções, ponto recorrente na narrativa skinneriana, são convencionalmente estabelecidas e, por isso, compreensíveis e recuperáveis.

Resumindo, mesmo que a explicação nas ciências humanas não possa se dar em termos de causalidade indutiva, a redescrição ilocucionária atua como explicação. Ademais, não se deve tratar de explicações de ações *ad hoc* em contraste com explicações causais como leis.

If there were any interesting contrast to be drawn at this point (I do not think there is) it might rather be argued that it is the nomological mode of explanation which contains something more like an ad hoc element. For it is undoubtedly possible, and often necessary, to provide causal explanations without being in a position to state the relevant covering laws. But it is hard to see how the citation of an agent's intentions in acting

²¹ Esta distinção aparece já em *On Performing*, mas é em *Motives, Intentions and the Interpretation of Texts* (1972), que ganha maior desenvolvimento. Também é no artigo de 1972 que Skinner estabelece a distinção entre três tipos de significado, cada qual ecoando um dos atos de fala de Austin: locucionário, ilocucionário e perlocucionário; embora a distinção entre motivos e intenções tenha mais um fundo collingwoodiano do que austiniano como espero demonstrar na próxima seção.

can be explanatory unless the agent's behaviour appears to be of a recognizable, classifiable character: not necessarily rule-governed, but necessarily conventional at least in the sense of suggesting comparisons and possible inferences about the way in which the agent might himself be able to characterize and account for why he was doing what he was doing (SKINNER, 1971, p.18-19)

De forma geral, a menção de Austin permanece constante nos primeiros artigos de Skinner (da década de 1970), mesmo que apenas em exposições sucintas da teoria da força ilocucionária, sobrepostas a alusões da teoria wittgensteiniana, para apresentar o caráter pragmático da abordagem do historiador (SKINNER, 1974; 1975). E, da mesma forma como ocorre com Wittgenstein, a menção de Austin nos artigos revisados e nas entrevistas recentes de Skinner é sempre mais fortemente vinculada aos dois demais autores que considero como sua base filosófica.

Acredito que a filosofia pragmática da linguagem, em especial a teoria dos atos de fala, seja compatível com princípios filosóficos collingwoodianos – o que poderíamos exemplificar com o tom, os objetivos e as questões dos artigos de Skinner até o ano de 1975. A concepção de explicação adequada para a história intelectual (na rejeição da causalidade indutiva), p.ex., mesmo que desenvolvida em *On Performing* através da distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários, lembra a noção collingwoodiana de reconstrução racional de processos como explicação histórica ao qual fiz breve menção na apresentação desta dissertação.

No capítulo seguinte poderei tratar melhor dos modos como Skinner aparentemente abandona o vocabulário austiniano e como diferentes comentadores interpretam este abandono. Mas, antes, passo para a análise da filosofia da história collingwoodiana, seus traços em Skinner e sua relação com a filosofia pragmática da linguagem.

2.2. ACESSO AO PASSADO: R. G. COLLINGWOOD

O objetivo desta seção, seguindo o modelo da anterior, é explanar sobre a filosofia da história em Collingwood e investigar seus traços em Skinner. Diferentemente dos dois filósofos analisados até agora, a lista de referências collingwoodianas em Skinner ultrapassa a marca de uma

obra isolada. Em *Visions of Politics I* (2002) (compêndio de artigos revisados de sua abordagem metodológica) os livros citados são *An Autobiography* (1978 [1939]) – doravante AA, *An Essay on Metaphysics* (1948 [1940]) e *The Idea of History* (1994 [1946]). Concentrar-me-ei no modo como Collingwood desenvolve seu argumento em AA por ser um texto em que as premissas filosóficas e situações frente às quais o autor as desenvolve encontram-se mais claramente dispostas, mas também por ser o seu livro mais citado por Skinner.

Collingwood afirma logo no início do prefácio que sua autobiografia deve ser a história do seu pensamento uma vez que passou a vida pensando. Assim, os primeiros capítulos, caracteristicamente biográficos, tratam de seu desenvolvimento intelectual: desde a educação infantil com o pai, a curiosidade intelectual precoce (incluindo uma paixão por livros de astronomia e de ciências antigos), até seus estudos preparatórios para a universidade. Já em Oxford, em 1910, Collingwood fica obsecado pela escola de T. H. Green, Francis Herbert Bradley e Bernard Bosanquet, dentre outros. Apesar destes autores não configurarem exatamente uma escola de pensamento, uma vez que existem significativas diferenças entre suas abordagens, podemos dizer que compartilhavam ao menos a convicção (de fundo neoidealista) de que a filosofia era algo importante e que não deveria permanecer restrita à academia.

Contra esta percepção estaria, na visão de Collingwood, a percepção realista de John Cook Wilson, H. A. Prichard e H. W. B. Joseph. Para ele era como se os realistas tivessem voltado o relógio filosófico para antes de Kant, revivendo as primeiras tradições do empiricismo britânico (AA, p.xiii). Segundo Collingwood, além de basearem suas doutrinas em considerações demasiadamente simplificadas da realidade e do processo de conhecimento, para Collingwood, os métodos realistas de crítica a outras abordagens eram pouco fiáveis, visto que modificavam as posições que supostamente queriam criticar, tornando-as irreconhecíveis e frágeis a seus ataques.

O historiador afirma ter tido para com esta abordagem uma complacência juvenil no início de sua carreira, afinal estes autores faziam filosofia e não história: a maior preocupação deveria ser com a teoria em si e não com o fato de ela ser a teoria realmente esposada pelo autor que se pretendia criticar (AA, p.23). Todavia, a prática de professor de filosofia, historiador e, principalmente, arqueólogo, fez com que desenvolvesse suas considerações sobre a natureza dos conhecimentos filosófico e histórico de modo a rejeitar veementemente a égide realista.

For the 'realists', chief, and in the last resort, it seemed to me, only method was to analyse the position criticized into various propositions, and detect contradictions between these. Following as they did the rules of propositional logic, it never occurred to them that those contradictions might be the fruit of their own historical errors as to the questions which their victims had been trying to answer. There was also a chance that they might not be; but, after what I already knew about the 'realists', attitude towards history, the odds seemed to me against it. In any case, so long as the possibility existed, the methods were vicious. (AA, p.42)

Tal falta de preocupação histórica era um descrédito para a filosofia inglesa. Os realistas afirmavam que a teoria do conhecimento que desenvolviam servia para qualquer conhecimento, não apenas deste ou daquele tipo. Mas, uma vez que a desenvolviam com vistas aos métodos das ciências naturais, não percebiam bem a lacuna que deixavam para o conhecimento histórico (AA, p.85) – e não somente para ele. Para Collingwood as duas guerras mundiais manifestariam a incompetência com que até então se tinha lidado com demandas humanas [human affairs]²².

O que faltava para compreender os *human affairs* era uma ciência dos mesmos, no mesmo molde em que as ciências naturais possibilitaram a compreensão e manipulação do mundo natural (AA, p.95). A psicologia apontava como possibilidade desta ciência do homem, englobando as ciências da razão e da vontade, lógica e ética respectivamente. Porém, para Collingwood, a psicologia era uma fraude, pois transformava estes aspectos humanos, razão e vontade, em meras expressões dos apetites e sensações os quais conformariam seu campo de estudo.

Para o historiador a disciplina mais qualificada para ser a ciência dos assuntos humanos era a história. Entretanto, a história a que se

²² É interessante observar que um dos argumentos da chamada virada interpretativa nas ciências humanas na década de 1960 – à qual correlaciono a obra de Skinner na história intelectual – também foi a suposta incapacidade de vertentes behavioristas das humanidades de lidar com questões impactantes como a guerra do Vietnã, a luta internacionalizada pelos direitos humanos, a globalização, o surgimento de movimentos sociais, etc.

referia não era simplesmente uma preocupação cronológica com o passado. Este tipo de história *scissors-and-paste*, ocupada em acumular informações e em estabelecer cronologias em nada se assemelha à história científica incentivada por Collingwood – com o historiador fazendo suas próprias perguntas e buscando respostas (AA, p.96).

Esta lição o autor aprendeu com a arqueologia: quem escava tem de saber exatamente o que está procurando para saber como encontrá-lo. Esta lógica histórica ele chama de *baconiana*²³, ou lógica de perguntas e respostas, e afirma que embora seja mais evidente na arqueologia também é aplicável na história. Nesta lógica é necessário dividir uma pergunta abstrata em perguntas experimentáveis e passíveis de mobilizar evidência, ou seja, pequenas perguntas relacionadas com o ambiente concreto – sem o que tirar conclusões de artefatos arqueológicos se torna uma tarefa impossível. O mesmo se dá com a história.

I began by observing that you cannot find out what a man means by simply studying his spoken or written statements, even though he has spoken or written with perfect command of language and perfectly truthful intention. In order to find out his meaning you must also know what the question was (a question in his own mind, and presumed by him to be in yours) to which the thing he has said or written was meant as an answer. (AA, p.31)

A dificuldade de se tratar autores do passado com esta lógica de perguntas e respostas, contudo, é a de que autores geralmente escrevem para seus contemporâneos, o que faz com que raramente expliquem que questões estão tentando responder. Quando estes autores viram clássicos, então, e seus contemporâneos “are all long dead”, as questões são esquecidas. Especialmente se a resposta dada foi reconhecida como a correta: “for in that case people stopped asking the question, and began asking the question that next arose. So the question asked by the original writer can only be reconstructed historically, often not without the exercise of considerable historical skill” (AA, p.39).

Com tais considerações, Collingwood não só demonstra seu rechaço à abordagem realista, que excluía preocupações históricas de

²³ Para uma explicação mais detalhada do motivo pelo qual Collingwood qualifica tal método como baconiano, cf. *The Idea of history* (parte II, em específico § 4. The Renaissance historians).

suas investigações²⁴, mas também a uma abordagem de história das ideias perigosamente anistórica, a qual tratava todos os filósofos da história como se estivessem sempre preocupados com o mesmo conjunto de questões. Como se Platão, Aristóteles, os epicuristas, os cartesianos, tivessem todos feito as mesmas perguntas, mas tivessem chegado a diferentes respostas. A única historicidade nisto estaria no fato de que estas respostas diferentes a perguntas eternas da filosofia haviam emergido numa certa ordem, em diversos momentos. Assim, a história da filosofia seria o estudo através do qual se estipularia que respostas haviam sido dadas a estas perguntas, em que ordem e em que datas (AA, p.59).

No embate com essas duas vertentes, Collingwood percebe que a história da teoria política não pode ser considerada como a história de diferentes respostas dadas a apenas um conjunto de questões, e sim como a história de problemas em constante mudança, cujas soluções mudavam com eles. Com o passar do tempo não apenas o que é considerado possível no âmbito da organização sociopolítica se altera: também se modifica o que é considerado desejável. Diferentes ideias implicam diferentes maneiras de arrazoamento e, portanto, filósofos políticos de diferentes períodos e sociedades tinham diante de si diferentes tarefas (AA, p.62-63).

Esta maneira de tratar os autores do passado traz consequências para aspectos essenciais no campo da filosofia, como as ideias de contradição e de verdade. “If you cannot tell what a proposition means unless you know what question it is meant to answer, you will mistake its meaning if you make a mistake about that question. [...] No two propositions, I saw, can contradict one another unless they are answers to the same question” (AA, p.33)²⁵.

²⁴ Segundo o historiador, “a body of knowledge consists not of 'propositions', 'statements', 'judgements', or whatever name logicians use in order to designate assertive acts of thought, [...] but of these together with the questions they are meant to answer; and that a logic in which the answers are attended to and the questions neglected is a false logic” (AA, p.30-31). Este trecho é mencionado em *Meaning and understanding* como desenvolvimento rudimentar da distinção entre *statement* e *sentence*, que Skinner desenvolve via o vocabulário austriano.

²⁵ Neste movimento, Collingwood afasta-se da lógica proposicional, assemelhando-se à crítica austriana. “It seemed to me that this doctrine was a mistake due to the early partnership between logic [propositions] and [indicative sentences]” (AA, p.34).

Enquanto tal redefinição de contradição dialoga principalmente com a vertente realista, a readequação da noção de verdade se deve à crítica collingwoodiana da história *scissors-and-paste*.

Collingwood's main criticism of this kind of [scissors-and-paste] history is that it singularly fails to understand that false beliefs could function as epistemic premises in practical syllogisms leading to action and that, in discarding such statements as false, historians simply fail to understand why agents acted as they did.[...] The more general point embedded in Collingwood's critique of this approach to history is that intelligibility is independent of believability, or, in other words, that meaning is independent of truth” (D’ORO, 2004, p.202).

Ou seja, da premissa que a avaliação da resposta depende da questão feita resulta que a resposta correta não é necessariamente a verdade, mas a resposta que nos capacita a seguir adiante com o processo de questionamento (AA, p.37).

Estes elementos de crítica abrem caminho para a proposição de uma nova definição da natureza do conhecimento histórico. O método *baconiano* exige que o historiador faça perguntas. Mas não se pode responder perguntas sobre o passado sem evidências dele. Collingwood afirma que estas evidências existem aqui e agora no mundo presente, não como objetos materiais simplesmente (mesmo no caso da arqueologia), mas em maneiras de pensar do passado que permanecem no modo como pessoas ainda pensam (AA, p.97).

Este é o primeiro princípio da filosofia da história collingwoodiana: “that the past which an historian studies is not a dead past, but a past which in some sense is still living in the present” (AA, p.97). Ou seja, a história não se preocupa com eventos passados, mas com processos²⁶. E é porque podemos ter acesso às evidências do passado através do acesso a estas diferentes maneiras de pensar que

²⁶ Novamente percebemos um ataque ao realismo, “[...] showing how [their] *non possumus* [...] towards a theory of history arose from their refusal to admit the reality of becoming, and from their analysis of the true proposition ‘PI becomes P2’ into the complex of propositions ‘PI is PI’, ‘PI is not P2’, ‘PI ends where P2 begins’, ‘P2 is P2’, and ‘P2 is not PI’ all of them either tautologous or false” (AA, p.99).

Collingwood expressou sua concepção de história afirmando que “*all history is the history of thought*”. Isso significa que estamos pensando historicamente quando conseguimos desvendar o propósito, a intenção com que se escreveu, usou ou projetou algo: nada além do pensamento pode ser o objeto do conhecimento histórico (AA, p.110). Completando o princípio que estabelece que o passado não é algo morto, tal expressão explicita que o que se considera como evento²⁷ é na verdade uma ação, expressão do pensamento (intenção, propósito) de um agente – sendo a tarefa do historiador a de identificar esse pensamento (AA, p.128-129)²⁸.

O que resta é saber como é possível conhecer a história de um pensamento. Primeiro ele precisa ser expresso (através de linguagem ou de outra atividade expressiva), pois é esta expressão que consiste a evidência a partir da qual o historiador trabalha. Em segundo lugar, o historiador precisa ser capaz de pensar novamente o pensamento cuja expressão ele está tentando interpretar (AA, p.111). Conhecimento histórico, para Collingwood, “*is the re-enactment in the historian's mind of the thought whose history he is studying*” (AA, p.112).

We shall never know how the flowers smelt in the garden of Epicurus, or how Nietzsche felt the wind in his hair as he walked on the mountains; we cannot relive the triumph of Archimedes or the bitterness of Marius; but the evidence of what these men thought is in our hands; and in re-creating these thoughts in our own minds by interpretation of that evidence we can know, so far as there is any knowledge, that the thoughts we create were theirs. (COLLINGWOOD, 1994, p.296).

A passagem acima delinea uma primeira restrição do *re-enactment*, a saber, de que apenas pensamentos podem ser repensados, excluindo-se os sentimentos, pois o que chamamos de sentimento não é

²⁷ Aqui o autor ainda estabelece uma distinção, entre ação e paixão (algo que acontece, que se sofre e a partir do que se deve reagir). A explosão do Vesúvio, por exemplo, foi um evento que não dependeu da intenção de nenhum ator, embora tenha tido consequências para diversos atores históricos. Neste caso, a história deste evento é composta pelas ações reativas ao fato ocorrido.

²⁸ O autor ainda acrescenta que nenhum problema histórico deveria ser estudado sem uma história de segunda ordem, “that is, the history of historical thought about it” (AA, p.132).

uma atividade autocrítica e, portanto, não pode ser objeto de uma ciência criteriológica como a história.

The business of thinking includes the discovery and correction of its own errors. That is no part of the business of seeing, hearing, touching, smelling, tasting, and experiencing the emotions associated with them. These activities were thus not activities of the 'mind', if that word refers to the self-critical activities called thinking. But neither were they activities of the 'body'. To use a Greek word (for the Greeks had already made important contributions to this science of feeling) they were activities of the 'psyche', and no better word could have been devised for the study of them than psychology (COLLINGWOOD, 1948, p.109-110)²⁹.

Outra condição seria que o *re-enactment* do pensamento que se quer entender deve ser o mesmo pensamento pensado anteriormente pelo ator histórico, muito embora existam algumas diferenças entre os dois. Para o ator histórico, era um pensamento presente, para o historiador é um pensamento que, mesmo vivo, não faz parte do complexo de perguntas e respostas que constitui o que chamamos de “vida real”, ou seja, o presente ao qual a mente do historiador está relacionada (AA, p.113). As perguntas que emergiam (*arised*) na série primária de perguntas relacionadas ao ator histórico não existem mais. A reconstituição feita pelo historiador deste conjunto de perguntas e respostas está sempre encapsulada pelos conhecimentos situacionais do historiador (de que ele é um pesquisador, de que vive num momento

²⁹ Em alguns momentos tal distinção entre sentimentos e pensamentos revela uma má vontade do historiador com relação à psicologia. “Unless I were capable – perhaps only transiently – of thinking that for myself, [the autor’s] words would remain meaningless to me; could only weave a net of verbiage round them like a psychologist, and talk about masochism and guilt-sense, or introversion and extraversion, or some such foolery” (AA, p.112). Em *The significance of R. G. Collingwood’s Principles of History* (1997), David Boucher afirma que a teoria do *re-enactment* delineada em *The idea of history* deveria ser ampliada, acrescentando a relação entre emoção e imaginação com base na teoria da mente articulada em *Principles of Art* (1938). Contudo, este desenvolvimento não se completou uma vez que Collingwood não completou o livro no qual faria essa adição, a saber, *Principles of History*.

diferente daquele que estuda, etc.). Collingwood chega, então, a sua definição final: “*Historical knowledge is the re-enactment of a past thought incapsulated in a context of present thoughts which, by contradicting it, confine it to a plane different from theirs*” (AA, p.114).

É a partir desta definição que o historiador e filósofo estabelece a relação entre conhecimento histórico e vida prática.

In the kind of history that I am thinking of, the kind I have practicing all my life, historical problems arise out of practical problems. We study history in order to see more clearly into the situation in which we are called upon to act. Hence the plane on which, ultimately, all problems arise is the plane of 'real' life: that to which they are referred for their solution is history (AA, p.114).

Esta aproximação entre teoria e mundo prático em Collingwood é outro esforço de resistência à vertente realista, desta vez à “corrupção moral” propagada pelo dogma segundo o qual a filosofia moral não faz nada mais do que estudar teoricamente um objeto, que não sofre nenhuma mudança no processo de investigação (AA, p.147). Tal proposição possui como pano de fundo uma das doutrinas centrais de J. C. Wilson, para quem conhecer não faz diferença para aquilo que é conhecido. Este argumento é descrito por Collingwood da seguinte maneira: “The condition of a knowing mind is not indeed a passive condition, for it is actively engaged in knowing; but a 'simple' condition, one in which there are no complexities or diversities, nothing except just the knowing” (AA, p.25).

A conexão entre conhecimento e vida prática completa a definição collingwoodiana da história como conhecimento científico. “[...] all science begins from the knowledge of our own ignorance: not our ignorance of everything, but our ignorance of some definite thing. [...] Science is finding things out: and in that sense history is a science” (COLLINGWOOD, 1994, p.9). E como ciência ela possui um objeto (as ações humanas que foram feitas no passado – não como eventos, mas como processos), um método (a interpretação de evidência via *re-enactment*) e, por fim, ela possui um propósito³⁰ (o autoconhecimento humano).

³⁰ A ideia de propósito é importante também por ser o critério de distinção entre história e o que Collingwood chama de pseudo-história (disciplinas como

Knowing yourself means knowing, first, what it is to be a man; secondly, knowing what it is to be the kind of man you are; and thirdly, knowing what it is to be the man *you* are and nobody else is. Knowing yourself means knowing what you can do; and since nobody knows what he can do until he tries, the only clue to what man can do is what man has done. The value of history, then, is that it teaches us what man has done and thus what man is (COLLINGWOOD, 1994, p.10).

Porém, tal propósito não deve ser confundido com o uso anistórico feito por correntes de história das ideias realistas, que – conforme mencionado anteriormente – acreditam que todos os filósofos na história estavam preocupados com o mesmo conjunto de problemas. Para Collingwood, a história nunca se repete exatamente, os problemas atuais nunca são suficientemente semelhantes aos problemas descritos pela história para justificar a repetição da solução encontrada na época – ou evitar o que foi considerado um fracasso. Porém, a história *baconiana* tem sim uso prático, diferentemente do caráter *morto* dado ao passado pela história *scissors-and-paste*. Só que o conceito de *pensamento encapsulado* atua como salvaguarda da preocupação histórica, impossibilitando que se trate a filosofia de autores do passado como prontamente aplicável no mundo contemporâneo. Ou seja, bem diferente do tratamento de demandas humanas sob a égide das ciências naturais, as quais trabalham com regularidades.

A tarefa do historiador é revelar os traços ocultos de uma situação ao olhar desatento. A história traz para a vida política e moral um olhar treinado importante em situações de tomada de decisão (AA, p.100). Há quem diga que não é muito, pois identificar os aspectos de uma situação sem deles tirar regras de conduta não vale de nada, ao que Collingwood responde de dois modos. Primeiramente, tais demandas expressam no

geologia, paleontologia). “History and pseudo-history alike consisted of narratives: but in history these were narratives of purposive activity, and the evidence for them consisted of relics they had left behind (books or potsherds, the principle was the same) which became evidence precisely to the extent to which the historian conceived them in terms of purpose, that is, understood what they were for; in pseudo-history there is no conception of purpose, there are only relics of various kinds, differing among themselves in such ways that they have to be interpreted as relics of different pasts which can be arranged on a time-scale” (AA, p.109).

fundo preguiça mental perigosa. Alguém que quer seguir regras prontas “was trying to see only those elements in the situation which he already knew how to deal with, and was shutting his eyes to anything which might convince him that his readymade rules were not an adequate guide to the conduct of life.” (AA, p.106). Agir unicamente por regras foi o que despertou, na opinião do autor, a potencialidade destrutiva das ciências naturais. E mesmo que a história, por definição, não possa fornecer regras de conduta, ela possibilita *insights* graças aos quais podemos ver coisas familiares com outros olhos.

The reason why the civilization of 1600-1900, based upon natural science, found bankruptcy staring it in the face was because, in its passion for readymade rules, it had neglected to develop that kind of insight which alone could tell it what rules to apply, not in a situation of a specific type, but in the situation in which it actually found itself. It was precisely because history offered us something altogether different from rules, namely insight, that it could afford us the help we needed in diagnosing our moral and political problems (AA, p.101)

Na maioria das vezes agimos de acordo com regras e obtemos sucesso porque nos movemos em circunstâncias conhecidas e sabemos como agir para obter certos resultados (AA, p.102). Entretanto, há ocasiões em que regra nenhuma nos diz como agir. Nestes casos podemos e devemos agir sem elas, pois o pensamento se torna mais fresco, mais próximo e adequado à situação real.

Rules of conduct kept action at a low potential, because they involved a certain blindness to the realities of the situation. If action was to be raised to a higher potential, the agent must open his eyes wider and see more clearly the situation in which he was acting. If the function of history was to inform people about the past, where the past was understood as a dead past, it could do very little towards helping them to act; but if its function was to inform them about the present, in so far as the past, its ostensible subject matter, was incapsulated in the present and constituted a part of it not at once obvious to the untrained eye, then

history stood in the closest possible relation to practical life. Scissors-and-paste history, with its ideal of obtaining from authorities ready-made information about a dead past, obviously could not teach man to control human situations as natural science had taught him to control the forces of Nature; nor could any such distilled essence of scissors-and-paste history as had been proposed by Auguste Comte under the name of sociology; but there seemed to be some chance that the new kind of history might prove able to do so (AA, p.106)

A prática filosófica como um todo até o século XIX havia ecoado as ciências naturais. Para Collingwood, a do século XX deveria ecoar a história (AA, p.79). A historicidade das ações humanas, isto é, a questão da intencionalidade e do propósito das ações subjacentes ao processo histórico atuaria como uma nova matriz filosófica a luz da qual se revisaria as demais formas de filosofia. Se a história se ocupa do propósito das ações humanas, e sendo as ciências e a filosofia uma forma de ação humana (igualmente, portanto, com algum propósito), a preocupação histórica atuaria como consciência das demais formas de conhecimento. Algo como o ápice de autoconsciência filosófica (COLLINGWOOD, 1994, p.4) já que, conforme o início de *The idea of history* (p.6), qualquer adição ao corpo de ideias filosóficas alteraria em algum nível tudo o que já estava dado. Assim, o estabelecimento de uma nova ciência (a história *baconiana*) implicaria a revisão de antigas formas de conhecimento.

Destarte, o historiador estabelece uma nova tarefa para a metafísica, a de compreender em cada época o que as pessoas pensavam sobre a natureza geral do mundo, atentando para como essas concepções se transformam com o passar do tempo.

Seguindo a lógica de perguntas e respostas em *An essay on metaphysics*, Collingwood afirma que do mesmo modo como “*every statement that anybody ever makes is made in answer to a question*” (p.23), “*every question involves a presupposition*” (p.25), que pode ser relativa ou absoluta. Uma pressuposição relativa é aquela que é relativa a uma pergunta como sua pressuposição e relativa à outra como sua resposta. Já as pressuposições absolutas são relativas a todas as questões às quais se relacionam como uma pressuposição, nunca como uma resposta (COLLINGWOOD, 1948, p.31).

O principal corolário desta distinção é que pressuposições relativas podem ser verificadas, isto é, questionadas de um modo a recuperar a questão para a qual ela é uma resposta; enquanto as absolutas não o podem.

This does not mean that we should like to verify them but are not able to; it means that the idea of verification is an idea which does not apply to them, because [...] to speak of verifying a presupposition involves supposing that it is a relative presupposition (COLLINGWOOD, 1948, p.32).

O fato destas pressuposições não serem verificáveis faz com que se coloquem para além do pensamento cotidiano. Por isso geralmente não estamos cientes das pressuposições absolutas ao redor das quais organizamos nossa existência, e por isso elas têm tanta força no estabelecimento de nossos padrões de ação e pensamento.

Porém, com o conhecimento e a comparação de diferentes constelações de pressuposições absolutas, mesmo que isto não seja propriamente uma verificação, é possível desmistificar alguns problemas, desvelando sua correspondência com a estrutura do pensamento científico e a relação desta com o tecido da civilização em que emergiu (COLLINGWOOD, 1948, p.72).

Apesar de Collingwood não ser uma referência recorrente nos artigos de Skinner da década de 1970, em *Meaning and Understanding* (p.7), esta é uma das características da obra de Collingwood citada por Skinner: o modo como Collingwood descreve constelações de pressuposições absolutas ao redor e a partir das quais o pensamento de dado período histórico é organizado – e que é semelhante a investigações no campo da história da ciência que mostravam como intenções e convenções científicas se alteram no decorrer do tempo (em específico a noção de paradigma desenvolvida por T. Kuhn). Tal característica se relaciona com a afirmação de que não existem problemas perenes na filosofia: estes são respostas individuais para perguntas individuais (p.50).

Robert Lamb (2009) observa que a expressão “*perennial problems*” [problemas perenes] está ausente em Collingwood, uma vez que o autor se refere sempre a “*eternal problems*”. Segundo Lamb, este corruptivo presente em Skinner compromete sua proposta, pois apesar da não existência de problemas eternos na história das ideias ser uma premissa para a historiografia collingwoodiana, a existência de

problemas perenes (isto é, de longa duração) é constatável na história das ideias.

Apesar de Lamb cogitar que Skinner tenha usado “*perennial problems*” como equivalente de eterno, o autor rejeita tal hipótese, pois “[...] as soon as the question of perennial problems becomes an empirical one, the contextualist approach to the historical text relinquishes the exclusive privilege that Skinner attempts to accord it” (LAMB, 2009, p.61).

Como discordo da posição de unitarismo metodológico que Lamb credita a Skinner (da qual tratarei melhor no terceiro capítulo), creio que não há grandes problemas em tratar “perene” como sinônimo de “eterno” neste caso. Principalmente se pararmos para refletir sobre o papel da leitura de Collingwood na definição skinneriana das mitologias, como a das doutrinas ou da prolepse na crítica às abordagens hegemônicas de história das ideias na década de 1960 e que lembram consideravelmente as vertentes criticadas pelo arqueólogo britânico.

Já em *Some Problems* (p.283), Skinner menciona o historiador para rebater as críticas de sua suposta vinculação com o positivismo lógico, pois Collingwood é praticamente o principal autor idealista no antipositivismo da filosofia inglesa recente. A pergunta feita por Collingwood seria “how can the historian use his evidence to reconstruct a picture of the past which will stand the test of criticism?” ao invés de “how can the historian know ‘what really happened’, the past as such?” (RUBINOFF, 1968, p.378). A ideia de que é preciso ir ao fato com uma questão e de que isto tem efeito na própria estipulação do que é um fato torna a reinterpretação histórica uma tarefa necessária a cada geração, fazendo frente à concepção positivista dos fatos como entidades estabelecidas de uma vez por todas.

The a priori construction of history is not, as some of Collingwood's critics have declared, a non-discursive, non-inferential, and wholly intuitive apprehension of transcendental historical truths. It is, on the contrary, a thoroughly discursive, critical application of the rules of inference to the interpretation of evidence. Historical knowledge, in other words, is the product of the correct application of rules to the evidence – the correctness of the rules being determined by the extent to which the results stand up to criticism (RUBINOFF, 1968, p.378-379)

Diante desta posição antipositivista (e por Skinner ter sido igualmente taxado de relativista e antiquarista) é interessante notar que as obras collingwoodianas lidas pelo historiador (*The idea of history*, *An essay on metaphysics* e *An autobiography*) são consideradas por alguns comentadores da obra de Collingwood como constituintes de uma fase historicista radical. Mas a literatura secundária recente nega esta hipótese de conversão ao relativismo histórico (RUBINOFF, 1968), argumentando que o que parecem contradições na obra de Collingwood são funções dialéticas de seu sistema filosófico já previstas em suas primeiras obras (*Religion and Philosophy* e *Speculum Mentis*). A sequência de suas obras, segundo Rubinoff, é uma manifestação do modo como Collingwood afirma que se estabelece a unificação dos conhecimentos (arte, religião, história, ciências naturais e filosofia) via uma identidade concreta na diferença: os diferentes tipos de conhecimento formam uma escala de saberes que se sobrepõem uns aos outros, intercambiáveis. A história seria vista como uma das atitudes possíveis em relação ao mundo – um jeito de conhecer o mesmo objeto, o mundo, a partir de ferramentas diferentes. O que teria acontecido em *The idea of history* teria sido a passagem do realismo para a história (definida como autoconhecimento e *self-making*): o historiador é alguém que vê a si próprio como parte do processo que estuda. O que é liquidado na constatação da dependência que a filosofia tem da história não é a filosofia, mas só o seu tratamento separado da história e, conseqüentemente, uma aproximação da investigação intelectual e da vida prática.

Outros autores como Modood (1989), afirmam que as últimas visões de Collingwood não são uma rejeição, mas sim uma modificação crítica de suas primeiras visões, em virtude de um novo foco de interesse: a história das ideias.

Perhaps the most general reason underlying his seeming conflation of historical and philosophical inquiry in A [An autobiography] and EOM [An essay on metaphysics] is a feature of his thought that was with him throughout his career, namely, his knowledge that both of these inquiries differed from scientific logic – at least as it was understood by his philosophical contemporaries. Both are a study of the unfolding of human experience; of the critical process by which activities and theories develop in response to perceived intelligibility or dissatisfaction. Both are an

attempt to seek to understand how one set of ideas gives way to another, guided by the conviction that such changes are not unintelligible, but the result of creative rationality (MODOOD, 1989, p.125).

Além do que, Collingwood usa termos como *experiência histórica* ou *conhecimento histórico* de uma maneira tão ampla que eles englobam toda a experiência. “As the making of scientific experiments, too, involves knowing the results of other experiments, by implication, they too must involve historical knowledge in this wide sense. Indeed, all knowledge must, for no knowledge is merely momentary but is connected to what is already known” (MODOOD, 1989, p.103). Assim, ao delegar uma tarefa histórica à metafísica, Collingwood estaria defendendo a tese de que nenhum conceito filosófico está separado da experiência e de que qualquer conhecimento depende de um conhecimento anterior, de outras experiências, não sendo nunca absolutamente novo. Antes de tratar de história como uma disciplina, Collingwood a trata como uma atitude da mente em relação ao todo da experiência humana.

Philosophy's task was to show in what way the various cultural activities were rational; but this was not a matter of finding a common essence or form, for these activities are not simply different species of the genus Reason, but each contributes in its distinctive way to the character of the genus itself [...] It was the idea of a system which recognized the irreducible element of conceptual novelty in human experience. The rejection of the *a priori* meant that the writ of a philosophical system was constantly being challenged by historical change (MODOOD, 1989, p.104).

Entretanto, apesar de se identificar com temas collingwoodianos – como a definição do propósito da história como provedora de uma lição de autoconhecimento (SKINNER, 1969, p.53) e a necessidade de um *rapprochement* entre história e filosofia (SKINNER, 1970; 1971) – Skinner rejeita um dos aspectos essenciais da estrutura do pensamento do filósofo: a teoria do *re-enactment*.

Em *Meaning and Understanding*, Skinner ressalta uma suposta incompreensão de Collingwood: a tese de que só podemos recuperar o problema partindo da resposta dada pelo autor – o que indicaria que o

autor resolveu o problema. Collingwood não se daria conta da diferença existente entre a intenção de fazer algo e o resultado final (se esta intenção se concretiza ou não): diferença, em vocabulário austiniiano, entre atos ilocucionários e perlocucionários.

Contudo, de acordo com Modood (1989), a caracterização do argumento collingwoodiano em *Meaning and Understanding* é equivocada. Se o filósofo partilhasse da concepção segundo a qual os autores estão sempre certos só porque afirma que é preciso supor que eles resolveram as questões que almejavam resolver para conseguir recuperá-las, então poderíamos concluir que Collingwood propunha a substituição da filosofia pela história (e não uma complementaridade entre ambas) e que suas considerações são essencialmente relativistas. Se um autor está sempre certo, não há mais espaço para avaliação, só para descrição do que ele disse. Mas este não é o caso, pois além de afirmar que a investigação histórica é em grande medida descritiva, Collingwood também alega que ela possui uma dimensão avaliativa, insistindo na necessidade de se questionar até quando um autor estava certo ao pensar o que pensou como resposta às suas perguntas. O autor está sempre certo, pois chegou à solução de sua pergunta, mas o historiador pode insistir perguntando (dadas as premissas e argumentos utilizados pelo autor histórico) se ele estava sendo coerente – o que, obviamente, não é o mesmo que indagar sobre a veracidade dos argumentos utilizados pelo autor³¹.

We can now see that Collingwood's discussion of rightness and the dependency of the truth value of answers does not commit him to the patently false claim that whatever a thinker believes is an answer to his question is the correct answer to it. [...] Part of his argument is that philosophical writers do not normally state their questions but take them for granted because they write for people like themselves who are already preoccupied by the same problems. He argues we can only establish what those questions are if we take what they wrote not as a putative but as the correct answer to their problems [...] [because] if you think of a text as only an attempted answer,

³¹ É no mínimo estranho que em um capítulo como *Interpretation, rationality and truth* (*Vision of politics I*, cap.3), onde Skinner se aproxima tanto da linha argumentativa de Collingwood, este não seja citado.

you will never find the question it is answering, for that question is more complex than any explicit statement at the beginning of the text, and can only be understood through a detailed study of the text itself (MODOOD, 1989, p.111).

Com isso fica claro que a compreensão histórica para Collingwood tem a ver principalmente com a busca das pressuposições, relativas e absolutas, relacionadas ao que se está estudando (MODOOD, 1989, p.113). Na visão de Collingwood a história da filosofia não é apenas a identificação do que autores passados pensaram, e sim o estudo de mentes criativas debatendo-se com certos problemas em contextos conceituais específicos: um estudo avaliativo tanto quanto descritivo de conquistas e falhas, de grandes projetos e fertilidade intelectual. Mas esta apreciação intelectual necessita da recuperação dos recursos conceituais à disposição dos autores estudados. Longe de liquidar a filosofia, esta *mentalidade* histórica apresenta novas demandas filosóficas, em especial a de compreender a emergência desta consciência histórica (MODOOD, 1989, p.116-117).

No capítulo seguinte, terei com o panorama da obra de Skinner um modo mais adequado de perceber como esta aproximação entre filosofia e pesquisa histórica se dá em seus trabalhos. Porém, antes é preciso investigar o modo como a rejeição do conceito de *re-enactment* pode trazer problemas para a metodologia skinneriana.

2.3. INTENÇÃO E DISTÂNCIA TEMPORAL

As duas fontes filosóficas de Skinner, a filosofia da linguagem ordinária e a filosofia da história collingwoodiana, mobilizam cada qual uma concepção distinta de intenção. Da intenção via filosofia da linguagem creio já ter explanado o suficiente. Podemos identificá-la como uma *intenção relacional a convenções* (ou convencionalista), que Skinner deriva a partir de *insights* da teoria dos atos de fala, mas que desenvolve para além dos casos contidos ali, alargando-a para conter problemáticas relativas ao trabalho de historiadores e antropólogos sociais (SKINNER, 1970; 1971).

A outra intenção pode ser rastreada na teoria collingwoodiana e caracterizada como uma *intenção relacional a perguntas*, ou seja, uma relação lógica (ou racionalista) que se estabelece entre os pressupostos de uma pergunta e a proposição com que se responde a ela. Disto também já falei acima, afirmando ainda que apesar de Skinner

corroborar tal caráter relacional (base da noção de que não existem ideias perenes e que é imprescindível para compreender qualquer autor do passado reconstituir as perguntas que este estava fazendo), ele rejeita a “infeliz” expressão que sintetiza a proposta de Collingwood, a saber, o *re-enactment* do pensamento dos autores do passado (SKINNER, 1969; 2001).

Ambas as noções de intenção possuem em comum o esforço geral de contextualizar as proposições de autores, seja na estrutura lógica de seu pensamento (a que perguntas estava respondendo) seja em uma dimensão político-convencional de sua obra (o que ele estava fazendo ao escrever algo). A expressão genérica de Skinner para este esforço contextualista é sua definição de textos políticos como uma intervenção intencional em um debate pré-existente: “when we claim, that is, to have recovered the intentions embodied in texts, we are engaged in nothing more mysterious than this process of placing them within whatever argumentative contexts make sense of them” (SKINNER, 2001, p.186).

A grande novidade na metodologia skinneriana foi insistir neste segundo tipo de intencionalidade, advinda da filosofia austiniana. Mas meu propósito nesta seção é argumentar que ao rejeitar a ideia de *re-enactment*, Skinner, primeiro, o faz por uma incompreensão do conceito e, segundo, ainda sim pauta suas considerações em noções contíguas à que rejeita – o que pode lhe trazer problemas.

Apesar de ratificar aspectos presentes na filosofia collingwoodiana, como a diferença entre tratar uma proposição como racional ou verdadeira, a distinção entre motivos e intenções e a definição da explicação de uma ação como redescrição da mesma, Skinner parece ler o conceito de *re-enactment* demasiadamente próximo da hermenêutica de Dilthey (SKINNER, 2002, cap.7).

Entretanto, Kobayashi e Marion (2011) afirmam que não podemos confundir a teoria de Collingwood com a hermenêutica romântica. Primeiro, pois o *re-enactment* é uma atividade crítica, diferentemente de *nacherleben* [reviver] e *empfindung* [empatia], que são mais passivos.

The historian not only re-enacts past thought, he re-enacts it in the context of his own knowledge and, therefore, in re-enacting it, criticizes it, forms his own judgement of its value, corrects whatever errors he can discern in it. This criticism of the thought whose history he traces is not something secondary to tracing the history of it. It is an indispensable condition of the historical

knowledge itself. Nothing could be in completer error concerning the history of thought than to suppose that the historian as such merely ascertains “what so-and-so thought,” (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.91-92)

Além disto, a descrição psicologizante da proposta de Collingwood³² – que poderia aproximá-la da visão romântica da hermenêutica – é igualmente equivocada, visto que o significado em Collingwood (de uma ação, e não especificamente de um texto) não deve ser identificado com um processo psicológico.

Collingwood desenvolveu um modelo da mente em termos de níveis, que vão do fluxo de sensações e emoções (dos quais se ocuparia a psicologia), passando por um primeiro e um segundo de nível consciência (onde se encontram emoções e desejos de ordem mais elevada) e finda na escolha (seja mero capricho ou fruto de um cálculo racional). Só quando alguém está ciente, através da linguagem, de uma sensação ou emoção (o que ocorre a partir do primeiro nível de consciência) é que seu pensamento é em princípio público, acessível e *re-enactable*.

An action's meaning is to be found in a publicly re-enactable syllogism. It is because meaning is not a hidden psychological entity that it is inter-subjectively accessible. [...] For Collingwood there is such a thing as seeing the world from the agent's point of view. Taking the agent's point of view does not mean entering the agent's mind by some quasi-miraculous telepathic process; it requires rather that we temporarily suspend our own epistemic and motivational premises in order to understand the inferential processes that guide agents with radically different beliefs (D'ORO, 2012).

³² Algo que dificulta a compreensão de Collingwood é o vocabulário escorregadio de sua teoria, como a diferenciação entre o lado de dentro [*inside*] e de fora [*outside*] de um evento (descritos respectivamente em termos de pensamento intencional e de corpos e seus movimentos). Nunca há na história uma pura descrição do *outside*, sempre há um ponto de vista intencional e é este o objeto da história – mas este *inside* não implica em considerações psicológicas.

Porém, como o *re-enactment* se estabelece diante da questão clássica da transposição, presente na filosofia diltheyana? Para Dilthey, reconstruir um pensamento é revivê-lo. Mas para tal é preciso transpor-se, e isto aludiria a uma de duas opções: “either [...] historians transpose themselves into the past, or [...] the past [is] transposed into the present, and neither alternative seems right”, pois ou o historiador acabaria nos sapatos do ator do passado, ou este ator seria apenas algo na cabeça do historiador (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.88). O problema da transposição é, sintetizando, um problema de distância temporal: ele só existe porque existe uma lacuna temporal entre o historiador e o que ele estuda.

Autores como Gadamer utilizam esta lacuna temporal como a própria solução do problema de transposição. Para ele a distância temporal não precisa ser superada, pois a tradição a preenche, o que permite a compreensão do passado ao criar camadas de significado sobre a intenção autoral que possibilitam o acesso ao significado de um texto. Um processo contínuo, que faz com que um texto só adquira significado através do tempo. A atividade de interpretação não é reprodutiva, mas essencialmente produtiva.

Gadamer's philosophical hermeneutics constitutes an attack on psychologism because it refuses to identify meaning with authorial intentions. The meaning of a text, far from being just what's intended by the author, emerges through the process of interpretation. The interpreter brings to this process the fore-conceptions or fore-judgments of his *Zeitgeist*. In the process of interpretation, these fore-conceptions are tested to see whether they can yield a coherent explanation. [...] Although understanding a text is not a matter of merely imposing one's prejudgments upon it, meaning is ultimately rethought in a new way as the *Zeitgeist* of the interpreter changes (D'ORO, 2012).

Todavia, Gadamer parece confundir o significado histórico-mundial de um evento (a história de sua tradição/recepção) com a explicação prática ou racional das ações dos atores em termos de suas intenções e de sua compreensão da situação na qual tiveram de atuar (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.87). Além do mais, seu modelo pauta-se em uma visão ingênua de distância temporal: uma noção

intuitiva via metáforas espaciais para a qual quanto mais passado, mais distante, portanto, mais difícil de entender o que aconteceu.

Como vimos acima, a noção de *re-enactment* também faz menção à essa dificuldade, pois apesar do historiador ter de repensar o mesmo pensamento que o autor do passado pensou, “among the many arguments Collingwood provides is the idea that to think that thoughts of the historical agent and those of the historian are somehow confined to their skulls”, o que faz com que estejam localizados em diferentes pontos no espaço e tempo, podendo levar ao ceticismo sobre conhecer outras mentes e ao solipsismo (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.96).

[...] to be a skeptic one does not need to hold a strong constructivist thesis about the past, according to which it simply does not exist or isn't fully determined, so that every narrative about it is sheer construction on our part: it suffices for skepticism that one blurs the line between, on the one hand, the very real practical difficulty one faces in trying to reconstruct a sequence of events and, on the other, the impossibility of doing so (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.82)³³.

O fluxo de tempo físico pode ser uma pressuposição necessária no caso de explicações causais (no modelo em que A existe anteriormente de B, motivo pelo qual pode ser sua causa), mas este não é o caso da explicação intencional-racional collingwoodiana. Pois, mesmo que os pensamentos ocorram no tempo (pois surgiram em algum momento e em algum espaço), já que a única maneira de discerni-los é se o historiador os repensar por si mesmo, há um sentido em que eles não existem no tempo *at all*. “The peculiarity which makes [a thought] historical is not the fact of its happening in time, but the fact of its becoming known to us by our re-thinking the same thought which created the situation we are investigating, and thus coming to understand that situation” (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.95).

Giuseppina D'oro (2004, p.199), p.ex., chega a afirmar que Collingwood introduz a ideia de um passado distante não para delimitar

³³ Mesmo rejeitando o vocabulário collingwoodiano, Skinner (2001) posiciona-se de modo semelhante em seu confronto com a abordagem de Derrida: falar sobre a possibilidade de recuperação de uma intenção autoral não é negar a existência de razões práticas que dificultam e muitas vezes impossibilitam esta tarefa.

o escopo do *re-enactment* no passado, mas como um dispositivo que mostra que historiadores não deveriam pressupor que compartilham as mesmas premissas que os agentes cujos pensamentos estão tentando entender. É por esta razão que o historiador insiste na noção de *ideality of history*: eventos passados não são atuais (como os que estão acontecendo imediatamente), e sim ideais.

Collingwood's "idealist" background comes into play with this choice of word: after all, past events are said to be "ideal" in the sense that we infer "in our minds," so to speak, what happened. So, not only for him "all history is the history of thought," it is also "in thought," even "in *present* thought." To conclude that Collingwood's position is a form of "idealism" would involve, however, a gross distortion of his view: we are talking about the same event under two descriptions, and Collingwood is not making a metaphysical claim about the physical reality of the event itself, according to which it would only be "in the mind of the historian." (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.94)

Razões, intenções e motivos quando envoltos por uma explicação racional não pertencem à mente individual (como limite espaço-temporal). Se assim o fosse, se pensamentos se situassem no fluxo físico de tempo, haveria tantos teoremas como as provas individuais de teoremas, feitas por mentes diferentes, em tempos diferentes³⁴.

Ademais, o *re-enactment* de pensamentos do passado é possível devido seu estado encapsulado no presente. O dilema da transposição não se apresenta para Collingwood, em suma, porque o passado não é um passado morto, e, portanto presente (ou presente e, portanto, não passado). É o passado vivo no presente, concepção que continua em certo ponto a crítica heideggeriana do tempo vulgar ao introduzir outra

³⁴ "For a certain kind of re-enactment *is* possible, as we have shown; and if the objector says that *no* kind of re-enactment is possible, merely because nothing can happen twice, we shall treat his objection with less courtesy: [...] Is the binomial theorem as known to him, we should ask, the same theorem that Newton invented, or not? If he says yes, he has admitted all we want. If he says no, we can easily convict him of self-contradiction: for he is assuming that in our mutual discourse we have ideas in common, and this is inconsistent with his thesis" (COLLINGWOOD, 1994, p.446).

noção de tempo, pressuposta por uma tentativa de explicação racional ou intencional de dentro [*inside*] dos eventos passados e, portanto, não causal. É por isso que Gadamer afirma que a dimensão da mediação hermenêutica escapa a Collingwood, pois este nega que a distância temporal em si seja algo que traga problemas para a compreensão histórica.

O modelo intuitivo do tempo (metáforas espaciais), que autores como Gadamer abraçam, suporta um tipo de ceticismo subjacente às visões relativistas sobre significado. Collingwood, ciente do problema, propõe a solução radical de negação da distância temporal, através da qual podemos conhecer não só fatos do passado, mas intenções dos agentes históricos. “[...] this insistence that propositions and truth values are only found in inquiries does not itself imply any strong form of relativism, for it does not specify how compatible or incompatible different contexts are and offers no criterion for determining how far apart conceptual systems are” (MODOOD, 1989, p.108).

Com isso percebemos que mesmo que o objetivo do *re-enactment* seja o de minar certo tipo de ceticismo sobre a possibilidade de perscrutar o pensamento dos outros, sua estrutura é um ponto conceitual, não metodológico³⁵. Colocar os pensamentos fora do fluxo do tempo (processo que nos permitiria recuperá-los e entendê-los) é caracterizá-los conceitual e não empiricamente (D’ORO, 2000). Motivo pelo qual é inexistente também na teoria collingwoodiana do *re-enactment* o desenvolvimento de critérios a partir dos quais poderíamos saber se alcançamos a intenção do autor. O que, como vimos na primeira seção deste capítulo, Skinner desenvolve via o convencionalismo presente na teoria dos atos de fala.

Collingwood’s arguments were simply to the effect that there is no reason *in principle* to recognize that successful “re-enactment” allows one to retrieve *the* intention of the author; he wanted to leave no room for the sort of skepticism that fuels a form of “relativism” that he, *qua* archaeologist or historian, would have found unacceptable. [...] Collingwood was led to emphasize a “detective” model of inquiry in

³⁵ Para uma explanação elucidadora do modo como estas distinções conceituais têm lugar na tradição idealista, cf. David Boucher (1993), “Human Conduct, History, and Social Science in the Works of R. G. Collingwood and Michael Oakeshott”.

which one can come to *know* facts about the past, including an author's intention. That such a model is not popular after the so-called "linguistic turn" in the philosophy of history is another issue (KOBAYASHI; MARION, 2011, p.102).

Apesar desta teoria da interpretação não estar de acordo com alguns pressupostos filosóficos de nossa época, Kobayashi e Marion afirmam que ainda assim é uma teoria filosoficamente mais interessante, pois abandona categorias ingênuas como a visão de distância temporal presente em hermeneutas como Gadamer.

Skinner, por sua vez, assevera que a proposta de repensar os pensamentos dos outros é uma *façon de parler* a que não se tem necessidade de recorrer.

Of course we cannot hope to re-enter the minds of historical agents. But in order to recover the kinds of intentions in which we are interested we are not committed to performing any such conjuring trick. We are speaking of intentions embodied in acts of linguistic communication. But these intentions, including as they do the intention to communicate and be understood, will *ex hypothesi* be publicly legible, at least to any scholar learned enough to recover the relevant contexts of debate (SKINNER, 2001, p.185-186).

Na verdade, já em artigos anteriores, como *Some Problems*, Skinner posiciona-se contra o que caracteriza como uma antiga posição sua, demasiadamente intencionalista, pois, concordando com as considerações de alguns críticos o historiador afirma que esta posição "relied on the idea that every agent has a privileged access to his own intentions, as a way of 'closing the context' on the history meaning of a text." E que tal noção talvez seja muito rígida (SKINNER, 1974, p.284). O foco nas convenções disponíveis para um autor em dado período histórico ou localidade, entretanto, dispensaria a conjectura de um autor ter acesso ou não a todas as suas intenções (o que é bem pouco plausível, aliás), pois mesmo que um autor não tenha a intenção de fazer algo e acaba por fazê-lo, isso não invalida a sua ação (já que Skinner define ação através da distinção entre atos ilocucionários e perlocucionários).

No início desta seção, aleguei que Skinner mobiliza duas concepções de intencionalidade e, como Kobayashi e Marion bem nos

lembram, a de Collingwood é anterior à virada linguística (bem como anterior à crítica desconstrutivista). Entretanto, isso não significa que sejam concepções necessariamente incompatíveis. Seguindo a constatação austínia, por exemplo, que determina a simultaneidade de atos locucionários e ilocucionários (ou performativos e constatativos), é possível pensar na complementaridade entre um intencionalismo convencional e outro racional.

De fato, se seguirmos Giuseppina D'oro na definição do *re-enactment* como aspecto conceitual (ou seja, a racionalidade como premissa filosófica da possibilidade de compreender outras mentes – na forma de textos ou ações passadas), não é impossível tratar da intencionalidade via atos de fala como uma instrumentalização metodológica para a história intelectual. A recuperação de convenções seria o ponto investigável e verificável ao redor do qual se poderia construir então uma metodologia para esta subdisciplina da história.

Em entrevistas recentes, contudo, o autor insiste cada vez mais na expressão “intertextualidade” (SKINNER, 2007b; 2011b) como seu objeto/método de estudo, na tentativa de escapar das críticas tanto à concepção de intencionalidade (termo próximo demais da psicologia – como notamos em sua crítica de Collingwood), quanto à de convenções também.

Meu ponto é que este movimento de esquiva teórica é desnecessariamente complicado, pois nem mesmo o próprio Skinner está convencido da assertividade de grande maioria de seus críticos – que não compreende seu uso do termo *intenção*.

I'm not saying that intentions give you meaning, I'm saying intentions give you action. Well, everybody thinks that intentions give you action. Otherwise, there would be no such thing as criminal responsibility. I think, although I don't like to put it quite like this, that although I decided to protect my position by retreating in exactly the way you have identified, I did so in the face of arguments against my position which are not good arguments (SKINNER, 2011a).

Mas também porque o que a linguagem do *re-enactment* sugere em última instância é a natureza relacional da racionalidade e, portanto, do pensamento histórico. Para D'oro (2004, p.200),

the goal of Collingwood's account of re-enactment is not to specify the conditions under which historical claims are correct, but to clarify what it means to understand historically. For Collingwood, the question to be posed is not whether one has achieved the correct interpretation, but whether one has provided the correct kind of interpretation, one that is appropriate to the subject matter in question.

No fundo, esta concepção relacional é a que está presente quando Skinner sugere tratar o passado como um país estrangeiro.

Com a rejeição da linguagem do *re-enactment* Skinner pode ter diminuído os equívocos gerados da aproximação (indevida) do termo *intenção* com dimensões psicológicas, mas nem por isso sua teoria fica livre de mal-entendidos – como é o caso da relação ambígua de Skinner com a hermenêutica gadameriana na questão da distância temporal (da qual tratarei melhor no capítulo 4).

E mesmo que estabelecer a possibilidade de acesso a outras mentes nada tenha a ver com garantir o sucesso de investigações historiográficas específicas, pois, como afirma Skinner (2001), nunca podemos ter certeza de que alcançamos a resposta mais apropriada (aqui tanto a vertente hermenêutica como a collingwoodiana concordam que a história é um processo aberto [*on going*]); certamente esta lacuna na argumentação do historiador ajuda a explicar porque sua proposta metodológica sofreu as mais diversas e contraditórias críticas: de positivista a relativista, idealista a materialista, antiquarista, historicista radical, etc..

No capítulo seguinte pretendo atentar para a maneira como Skinner delibera sobre o uso do conhecimento do passado no presente em diferentes momentos de sua obra. Para tal, farei uso de visões panorâmicas de seu trabalho feitas por comentadores, considerando também algumas teses sobre supostas alterações metodológicas na abordagem do historiador.

3. LEITURAS PANORÂMICAS DA METODOLOGIA SKINNERIANA

No capítulo anterior tentei mostrar como Skinner mobiliza argumentos filosóficos, de duas vertentes diferentes, a partir dos quais constrói a base de sua metodologia para a história intelectual. As posições do historiador dispostas em seus artigos até meados da década de 1970, que constituiriam algo como sua disposição original, serão avaliadas neste capítulo através de descrições panorâmicas de sua obra, feitas por Kari Palonen (2003) e Melissa Lane (2012).

Certamente existem mais tentativas de documentação panorâmica da obra de Skinner do que as duas nas quais concentrarei minha atenção. Mark Bevir (2009), por exemplo, acredita que as proposições metodológicas de Skinner são uma explicitação mais refinada da prática historiográfica já praticada em Cambridge, por autores como Peter Laslett ou John Pocock, mas que acabou sofrendo alterações ao longo do percurso, incorporando algumas críticas e recorrendo a outros vocabulários teóricos.

Entretanto, concentro-me nas visões de Palonen e de Lane por tratarem de pontos destacados na recuperação das bases filosóficas de Skinner, o que permite uma avaliação mais criteriosa das mesmas. Palonen trata de uma suposta virada retórica e abandono dos jargões da filosofia da linguagem e Melissa Lane divide a obra de Skinner em três fases (contextualista, arqueológica e genealógica), a partir das quais podemos problematizar a relação entre história e filosofia.

A hipótese com a qual trabalho, não obstante, é a de que apesar de Skinner poder ter alterado os modos com que acessa suas bases filosóficas, estas permanecem as mesmas. Se estas alterações implicam necessariamente uma readequação filosófica relevante, faz parte da alçada do presente capítulo investigá-lo.

3.1. KARI PALONEN

Esta seção tratará de um dos inúmeros autores que mapearam o debate surgido a partir da perspectiva metodológica e dos estudos substantivos de Quentin Skinner e qualificam sua contribuição para o desenvolvimento do campo da história intelectual. O livro de Kari Palonen, *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric* (2003) passa a obra de Skinner em revista tentando aproximá-la de uma tradição europeia mais ampla, caracterizada principalmente por uma visão perspectivista do conhecimento. Tal aproximação viria de encontro à

interpretação convencional de Skinner como sendo um pensador tipicamente inglês (PALONEN, 2003, p.2).

Primeiro pretendo apresentar um breve panorama do livro em si, considerando o modo como Palonen ressalta certas temáticas dos textos de Skinner e as conecta a aspectos da tradição continental, para depois focar na descrição da virada retórica em Skinner feita pelo comentador.

O livro de Palonen possui sete capítulos tematicamente divisíveis em três grupos. A introdução e capítulo final têm como objetivo apresentar sinteticamente a interpretação de Palonen quanto à abordagem skinneriana, sendo ambos os mais curtos e esquemáticos do livro. O segundo e terceiro capítulos tratam principalmente de questões teóricas subjacentes à estrutura metodológica dos textos de Skinner, em específico a noção de história como um critério normativo na abordagem do autor inglês e a mobilização da teoria dos atos de fala (via a intuição wittgensteiniana de que o significado está no uso das palavras) na recuperação da dimensão política da atividade dos teóricos do passado. É nesses capítulos que Palonen começa a delinear a figura do *theory politic* com a qual encerrará o livro e a interpretação de Skinner.

Já nos capítulos centrais do livro Palonen discute as pesquisas substantivas de Skinner: *As Fundações do Pensamento Político Moderno* (quarto capítulo); todos os textos em que trata do conceito de liberdade, incluindo trechos de vários livros de Skinner, bem como a maior parte de seus artigos a partir da década de 1980 (quinto capítulo) e, por fim, *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes* (sexto capítulo). São nestes capítulos que as comparações com a tradição continental, das quais falarei a seguir, multiplicam-se.

Todo o livro de Palonen se desenvolve a partir de três teses. Primeiro, o autor apresenta Skinner como um teórico revolucionário da história intelectual, pois mais que criticar e rejeitar as abordagens filosóficas ou sociológicas, ele trouxe uma inversão no objeto de estudo do campo. Ao invés de tratar de ideias como princípios normativos desenvolvidos anteriormente para serem aplicados na realidade, Skinner assinala a importância de debates políticos reais em contextos histórico-sociais determinados como um campo conflituoso no qual estavam inseridos os autores de cujo pensamento a história intelectual hoje se ocupa. Ou seja, teorias e sistemas políticos e éticos são argumentos em controvérsias específicas (PALONEN, 2003, p.6). Para compreender o conteúdo de um texto histórico é preciso recuperar partes do contexto no qual e para o qual foi pensado.

Mas de forma alguma isso significa uma materialização da história conceitual, já que ideias não são concebidas como meras justificações *ex post* das práticas de uma classe social ou de uma ação política (PALONEN, 2003, p.47-51). Tratar ideias como *legitimadoras* de ação é dar-se conta de seu potencial constrangedor (mas não determinante) de comportamento, o que coloca os autores novamente no comando da interpretação de suas palavras. Se um texto é parte de um contexto político – com o qual dialoga – a intenção do autor, sua criatividade na mobilização dos conceitos disponíveis em seu tempo devolve às palavras sua carne, por assim dizer. Tomar a vida política como ponto de partida reabilita a perspectiva dos atores políticos do passado (PALONEN, 2003, p.3), retirando dos textos de filosofia política sua aura de eternidade.

Palonen argumenta que esta revolução no campo da história intelectual possui raízes em formas perspectivistas de conceber o conhecimento e, especificamente, a instituição da pesquisa acadêmica (PALONEN, 2003, p.2). Aqui, o comentador compara Skinner com inúmeros autores: Weber, Nietzsche, Koselleck, Arendt, Schmitt, Sartre, dentre outros.

Finalmente, Palonen afirma que a narrativa histórica desenvolvida por Skinner acaba sendo um tipo novo de teoria. Primeiro porque a recuperação de tesouros perdidos (*lost treasures*) do passado faz com que se iluminem outras possibilidades políticas e teóricas que ignorávamos devido ao processo de naturalização por que passam nossos conceitos. Uma teoria política contemporânea completamente presentificada (sem pesquisa histórica, só derivações filosóficas), assim como uma história desatenta da dimensão política que existe no contexto passado que se procura recuperar não fazem jus à pluralidade da humanidade.

Segundo, porque a própria consciência skinneriana quanto aos aspectos políticos na (re)leitura do passado faz com que o autor não tenha criado apenas uma abordagem de história ou teoria, mas que ele próprio seja considerado um “político da teoria” (*theory politic*). Pois está ciente da dimensão política na cultura acadêmica contemporânea e seu complexo de instituições (*politics*): universidades, disciplinas, debates, perspectivas conflitantes, etc. Posição que, certamente, vem assumindo desde o início de sua inserção no campo ao argumentar contra duas abordagens bem estabelecidas na disciplina e defender outra postura.

A declaração de Palonen logo na introdução do livro, explicitando seu uso da liberdade do leitor na análise que esboça e no

caráter de sugestões de suas escassas propostas de complemento à abordagem de Skinner (PALONEN, 2003, p.6) faz com que sua interpretação se enquadre mais na função de compilação do debate e sua classificação no espectro teórico das ciências sociais do que de crítica e modificação da abordagem skinneriana. De fato, a extensão e cuidado da leitura que Palonen faz de Skinner são ímpares. Não só passa em revista todos os livros de Skinner, como também todos os seus artigos e entrevistas já publicados, com a minúcia de atentar para as modificações de vocabulário, trechos retirados ou acrescidos, etc. Não é a toa que o próprio Skinner afirme (SKINNER, 2002b, p.52) que Kari Palonen, junto a James Tully, sejam “the two commentators on my work who always seem to understand my projects better than I understand them myself”.

Entretanto, acredito que a tese de proximidade entre Skinner e a tradição continental do modo estabelecido por Palonen finda por ser desnecessariamente forçada visto que o próprio Skinner não partilha da visão de oposição entre o pensamento anglo-saxão e continental. “I’ve never understood that way of dividing up the world. I have been much influenced by a number of Anglophone writers, of course, but at least as much by such continental writers as Foucault and, above all, Wittgenstein. Surely the best course of action is to look for guidance and illumination wherever we can find it” (SKINNER, 2008b).

E também porque, mesmo em entrevistas recentes, quando explicita sua admiração por autores continentais como Foucault³⁶ e Nietzsche³⁷, o historiador mantém algumas diferenças fundamentais

³⁶ “So, while I begin with the traditional figure of the author, I end up by decentering that figure in favour of studying the circulation of discourses. I suppose that commitment probably sounds a rather Foucauldian one. I certainly don’t object to that. When I first became aware of Foucault’s work in the late sixties I found what he was saying very congenial. But I didn’t find it very startling, for you could already find very similar things being said by that later Wittgenstein, whom I had already read intensively some years before.” (SKINNER, 2008b). Para uma tentativa de aproximar especificamente as abordagens de Foucault e Skinner, cf. Vucina; Drejer; Triantafillou (2011), *Histories and freedom of the present: Foucault and Skinner*; e TULLY (1989), *The pen is a mighty sword: Quentin Skinner’s analysis of politics*.

³⁷ “I think that, if I had to summarise what I do, I would say that I work at the interface between intellectual history and political philosophy. I am interested, that is, in historical and philosophical questions about politics, and I have worked in particular on questions about freedom, representation, democracy and the state. But I also accept and indeed profoundly believe in the Nietzschean

entre o seu e o pensamento de algumas correntes continentais como, por exemplo, a necessidade de reter categorias como as de agência para compreender momentos históricos em que “one episteme, to use Foucault’s terminology, is suddenly challenged or questioned.” (SKINNER, 2008b). “It is hard to write satisfactory history unless we are willing to acknowledge that individual authors may sometimes stand behind such changes, and indeed may serve to explain them” (SKINNER, 2009b).

Ademais, se realmente a disposição perspectivista com que Skinner trata de questões como novidade e verdade é reconhecidamente mais comum na tradição continental de pensamento, isto não significa tratar toda a filosofia continental (representada por Palonen quase que exclusivamente por autores germânicos) como homoganeamente ou, muito menos, exclusivamente perspectivista. Principalmente quando o próprio Skinner afirma que o perspectivismo de Nietzsche e Weber pode muito bem ser contemplado dentro da província da filosofia analítica (PALONEN, 2003, p.138).

Em geral, quando Palonen ressalta a importância de Skinner na revolução do campo da história intelectual por meio da definição da linguagem como um aspecto relevante de e na análise de teóricos políticos do passado, quando tenta analisar seus estudos de retórica como uma radicalização do princípio de contingência e disputa conceitual, ele está insistindo, sobretudo, na questão da centralidade da disputa linguística na metodologia de Skinner. Assim, uma direção mais profícua do que a tentativa de Palonen de aproximar a abordagem skinneriana a teóricos continentais, que acabam sendo homogeneizados no processo de comparação, seria investigar as dimensões antifundacionalistas da bibliografia de Skinner.

Esta consonância da proposta de Skinner, principalmente em seus textos mais recentes, com o chamado antifundacionalismo é corroborada

view that no such concepts can have definitions: they only have histories. But if they only have histories, then the only way to understand them is historically — and that is what animates my work, the belief that if we are going to understand any of the concepts we use to organise our social, moral, and political world, we shall have to study them historically. If only because, as Nietzsche says in a wonderful phrase, the concepts we have inherited — and the interpretations we place upon those concepts — are just *frozen conflicts*, the outcomes of ideological debate. We just get the views of the winners, so that historians always have to engage in an act of retrieval, trying to recover wider and missing structures of debate”. (SKINNER, 2008b)

por autores como Bevir (2009) e Lamb (2009b), e pelo próprio historiador quando afirma que

I have always been an anti-foundationalist, although it is true (as you rightly observe) that this particular piece of jargon was not yet current in the 1960s. I have always assumed — and I say this explicitly in one of my early essays — that positivism failed in its project of building a structure of empirical knowledge on foundations independent of our judgments (SKINNER, 2002b, p.51).

Assim, embora em alguns aspectos exista de fato um debate plausível entre Skinner e correntes continentais, Palonen estende suas correlações a detalhes que perdem de vista o contexto mais amplo das teorias (nem sempre compatíveis) que coteja com a metodologia skinneriana.

Outro movimento que considero representativo da superficialidade de algumas aproximações feitas pelo comentador é o aparente descuido com que compara conceitos de corte sociológico e filosófico com narrativas históricas. Em *Some problems in the Analysis of Political Thought and Action* (SKINNER, 1974), por exemplo, Skinner faz uso de argumentos weberianos relativos ao papel da legitimação chegando a afirmar que acredita ter desvelado em sua argumentação “what I take to have been Weber's real meaning” (p.300), através de sua proposta de devolver a dimensão prática das ideias à compreensão do processo de legitimação envolvido em disputas ideológicas e políticas – estratégias e práticas que alteram o uso de conceitos descritivo-avaliativos, tornando a mudança política legítima.

Mas Palonen utiliza os conceitos weberianos numa espécie de tradução da narrativa histórica de Skinner, p.ex., ao relacionar o papel das ideologias na legitimação de comportamentos nos estudos históricos de Skinner com o conceito de dominação em Weber, visto que a concepção de legitimação skinneriana acentua o modo como a divisão desigual de poderes (dominação) requer legitimação (PALONEN, 2003, p.58). Ou quando, ao falar da questão eleitoral nas cidades-repúblicas renascentistas, o comentador pondera sobre o *homo oeconomicus* renascentista, sobre o carisma envolvido no sistema eleitoral, como se os termos weberianos fossem naturalmente encaixáveis na análise de Skinner (PALONEN, 2003, p.101).

Se pensarmos em uma concepção tradicional de história como fonte de exemplos a partir dos quais as ciências sociais podem construir generalizações, esse procedimento pode perder um pouco da estranheza. Porém, a estranheza retorna ao percebermos que Palonen, em sua narração, usa termos da sociologia weberiana para caracterizar conceitos historicamente determinados, recuperados pela metodologia skinneriana cujo maior esforço foi livrar-se dos anacronismos (mitologias) a que a história das ideias estava condenada e tratar do passado a partir de seus próprios termos³⁸.

Palonen cita as inspirações filosóficas explicitamente utilizadas por Skinner, mas prefere explicar a metodologia do historiador pela aproximação com a tradição continental perspectivista, especificamente via termos weberianos. Só que os lugares escolhidos por Palonen para explicitar essa conexão parecem apenas tentativas de redescrições da abordagem skinneriana em um vocabulário mais continental, as quais findam por mesclar descuidadamente o conteúdo teórico e os diagnósticos da realidade entre os autores da comparação.

Contudo, apesar de discordar do modo como Palonen estabelece a proximidade de Skinner com a tradição continental, acredito que ela permite ao comentador a observação de um aspecto importante da narrativa do historiador, a saber, de uma “virada retórica” em sua obra.

Palonen afirma que o reenfoque temático em textos como *Razão e Retórica* não só manifesta uma preocupação cada vez maior do historiador com a reverberação de suas pesquisas nas lutas políticas do presente – ao contrário de seu início mais “antiquarista” – como também ressignifica suas fontes iniciais (Collingwood, Weber, Nietzsche, Wittgenstein e Austin são citados pelo comentador) a partir da lente da retórica. Estabelecendo a retórica como uma linguagem da teoria política Skinner estaria, segundo Palonen, generalizando a perspectiva de mudança conceitual e incorporando o vocabulário de atos de fala a uma dimensão mais ampla de retórica – repolitizando a vida e teoria políticas.

Apesar de já em *Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action* (1974) Skinner rejeitar o uso da teoria de atos de

³⁸ Palonen ainda considera a metodologia de Skinner como uma atualização da proposta weberiana por meio da discussão do aspecto da linguagem implícito na atribuição de significado da ação humana em seu contexto político-social (PALONEN, 2003, p.57), ignorando os esforços da teoria habermasiana em atualizar a sociologia da ação weberiana complementá-la com questões desenvolvidas pela virada linguística.

fala a que se propunha originalmente³⁹, acredito que em geral a hipótese de Palonen de uma ressignificação da base filosófica original via a retórica perde o ponto. Não só porque ainda neste artigo de 1974, o historiador afirma que a teoria dos atos de fala continua apresentando *insights* relativos à relação entre princípios e práticas políticas (p.290) e pistas importantes em questões como a do ideólogo inovador (p.293), por exemplo. Mas também porque em artigos mais recentes como *Rhetoric and conceptual change* (1999b), em que Skinner responde diretamente às considerações de Palonen, suas considerações sobre a temática retórica não parecem acompanhar a hipótese de ressignificação de suas bases filosóficas originais de que fala Palonen - sendo interessante notar que o jargão austiniano, atos de fala (*speech-act*), ainda aparece neste artigo de 1999b.

Este diagnóstico de uma virada retórica em Skinner passa pela tentativa de aproximação do historiador com a tradição continental, principalmente com a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de R. Koselleck.

Segundo Palonen, ambos os autores tomam a contestabilidade dos conceitos como um passo para sua compreensão. O enriquecimento das possibilidades do presente via recuperação de alternativas do passado delineadas em textos como *Liberdade antes do Liberalismo* corresponderia à ampliação do espaço de experiência disponível para agentes que é a consequência da história dos conceitos para Koselleck.

O comentador também afirma que, em Skinner, às vezes se trata mais de uma mudança conceitual dos modos de uso do que da persuasão para os novos usos, o que implicaria uma passagem da história das ideias para história dos conceitos (PALONEN, 2003, p.168).

Em *Rhetoric and conceptual change* (p.62) Skinner corrobora esta posição afirmando que tanto Koselleck quanto ele mesmo assumem que é preciso tratar nossos conceitos normativos menos como descrições

³⁹ Quando afirma que um dos defeitos de sua apresentação original “was that I misused the argument which I borrowed from J L. Austin about the ‘illocutionary force’ of utterances. I tried to employ it in the course of an attack on the idea that political theories are merely derivations from political practices, an attack which I now feel completely misfired” (SKINNER, 1974, p.284-286). Entretanto, o historiador não deixa de acreditar que focalizar no conceito de convenção, especialmente as que cercam a realização de atos linguísticos complexos, fornece meios mais efetivos de fechamento de contexto (principalmente relacionados à pergunta “o que um autor estava fazendo ao dizer algo?”).

do mundo do que ferramentas e armas de debate ⁴⁰, e que não apenas não possui desejo de questionar as postulações metodológicas de Koselleck como também tentou ele mesmo escrever algumas histórias conceituais.

I have written about the acquisition of the concept of the State as the name of a moral person distinct from both rulers and ruled. And I have tried to sketch the rise and fall within Anglophone political theory of a particular view about social freedom, a view according to which our freedom needs to be seen not merely as a predicate of our actions but as an existential condition in contrast to that of the slave. I do not consider these studies to be in tension with anything I have said about the need to understand what can be done with concepts as an element in the process of recovering their meaning and significance. On the contrary, part of my aim was to indicate why the concepts in question first came into prominence at particular historical periods by way of indicating what could be done with them that could not have been done in their absence. (p.63)

Todavia, Skinner discorda da tendência de Palonen de falar sobre mudança conceitual *tout court*. Apesar de Palonen questionar o que de fato muda quando conceitos mudam, sua resposta é simplesmente a de que estas transformações podem ser relacionadas à linguagem e ao tempo, formulação que acaba sendo vaga demais. “My almost paradoxical contention is that the [conceptual] transformations we can hope to chart will not strictly speaking be changes in concepts at all. They will be changes in the use of the terms by which our concepts are expressed” (SKINNER, 1999b, p.63).

⁴⁰ “As these remarks already make clear, I strongly endorse Palonen’s insistence that we must be ready as historians of philosophy not merely to admit the fact of conceptual change but to make it central to our research. Not only is our moral and social world held in place by the manner in which we choose to apply our inherited normative vocabularies, but one of the ways in which we are capable of reappraising and changing our world is by changing the ways in which these vocabularies are applied. There is in consequence a genealogy of all our evaluative concepts to be traced, and in tracing their changing applications we shall find ourselves looking not merely at the reflections but at one of the engines of social change.” (SKINNER, 1999b, p.63)

Para Skinner, Palonen nota corretamente que seu trabalho foca principalmente em algo que o comentador descreve como uma perspectiva retórica, em debates que têm lugar quando nos perguntamos se uma ação ou estado de coisas nos permite ou não aplicar algum termo avaliativo em específico como uma descrição adequada de um fenômeno qualquer (SKINNER, 1999b, p.63). Mas Skinner reforça que, apesar de este ser seu interesse principal, ele não acredita que este seja o único ou mesmo o mais importante jeito em que processos de mudança conceitual podem ser iniciados.

O historiador elenca, por exemplo, as mudanças conceituais relativas ao vocabulário gerado ou paulatinamente esquecido com que dada sociedade descreve e avalia novas formas de comportamento social ou velhas formas de comportamento que progressivamente caem em desuso; ou processos em que um vocabulário normativo usado para realizar certos atos muda de direção ou intensidade, ou seja, algo que antigamente era considerado pejorativo passa a ser considerado elogiável e vice e versa.

Skinner completa dizendo que tais mudanças em longo prazo não constituem seu interesse primário (diferindo novamente de Koselleck), pois, entre outras razões, este tipo de mudança de vocabulário são pouco mais que reflexões de transformações mais profundas na vida social. “This in turn means that, if a history of these conceptual changes were to have any explanatory value, the explanations would have to be given at the level of social life itself” (SKINNER, 1999b, p.65). E, segundo o historiador: “I lack any talent for writing the kind of social history that would be required” (SKINNER, 1999b, p.66)⁴¹.

Voltando-se então para o processo de mudança conceitual de que efetivamente se ocupa, a técnica de redescritção retórica, Skinner afirma que em seus textos da década de 1970 operava com o pressuposto de que para cada termo avaliativo sempre existiria em qualquer tempo um

⁴¹ “It is true that, as Palonen remarks, I have again been less interested in these long-term changes than in the kind of epiphanic moments dramatised by Nietzsche. But I acknowledge, of course, that if we are interested in mapping the rise and fall of particular normative vocabularies, we shall have to devote ourselves to examining the *longue durée*. So I am not unhappy with Palonen’s concluding proposal that my own research-programme might even be regarded as an aspect of the vastly more ambitious one pursued by Koselleck. Koselleck is interested in nothing less than the entire process of conceptual change; I am chiefly interested in one of the means by which it takes place. But the two programmes do not strike me as necessarily incompatible” (SKINNER, 1999b, p.71-72)

significado e uso padrão. “As a result, I portrayed the innovating ideologist as someone essentially engaged in the act of manipulating a normative vocabulary by a series of sleights of hand” (SKINNER, 1999b, p.67). A leitura de antigos teóricos da eloquência que primeiramente trataram da redescritção retórica, contudo, fizeram com que o historiador viesse a compartilhar sua compreensão mais contingente de conceitos normativos e dos vocabulários fluidos em que geralmente são expressos. Como consequência, Skinner afirma adotar a premissa de que faz pouco sentido falar de termos avaliativos como tendo denotações aceitas que podem ser seguidas ou manipuladas. “Rather, as the ancient rhetoricians put it, there will always be a sufficient degree of ‘neighbourliness’ between the forms of behaviour described by contrasting evaluative terms for those terms themselves to be susceptible of being applied in a variety of conflicting ways”. Assim, todas as tentativas de legislar sobre o uso “correto” de vocabulários normativos devem ser consideradas igualmente ideológicas em caráter. “Whenever such terms are used, their application will always reflect a wish to impose a particular moral vision upon the workings of the social world” (SKINNER, 1999b, p.67).

Contudo, não há em Skinner qualquer indicação de que concorde com a afirmação de Palonen de que a aproximação com teóricos antigos de eloquência, que possibilita uma compreensão mais acentuada da ideia de contingência dos conceitos normativos, implicaria a inclusão do vocabulário dos atos de fala em uma perspectiva retórica.

Palonen mobiliza constructos como o de jogos de linguagem como sinônimo da noção de disputa retórica – o que não parece ser o caso para Skinner, mesmo que esta noção retórica de vizinhança possua conceitos símiles na concepção wittgensteiniana de que as palavras possuem famílias de significados (IF, p.57). Se de fato a tradição retórica recuperada por Skinner através da leitura de antigos teóricos da eloquência possui em comum com sua base filosófica original a preocupação com a dimensão pragmática da linguagem, isso não significa que Skinner combine estas duas influências num sistema teórico único – como Palonen parece dar a entender.

No fundo o comentador toma uma mudança de objeto de estudo como uma mudança de chave metodológica, o que não é o caso. Se Skinner abandona o vocabulário da teoria dos atos de fala em seus textos históricos substantivos, isto seria compreensível por outras hipóteses. Por exemplo, o vocabulário retórico já traz consigo a dimensão de disputa que Skinner pretende recuperar; portanto, quando a retórica é o

foco do estudo, o vocabulário da teoria dos atos de fala pode ser considerado redundante ou confuso.

Escavar a procura de alternativas históricas pode até ser considerado um movimento em direção à cultura retórica, na medida em que alguma argumentação é considerada contra ou a favor de algo. Porém, a hipótese de Palonen de redescrição das antigas fontes de Skinner em um novo vocabulário retórico parece-me sem fundamento.

Sem esta tendência sistematizadora, todavia, esta é uma observação importante. Conforme sustentei na seção 2.1 do capítulo anterior, o uso da teoria dos atos de fala por Skinner parece afastar-se das considerações originais de Austin muito mais por se focar nos usos não literais da linguagem do que por se concentrar na dimensão escrita, e não oral, da comunicação. Ao identificar em Skinner uma virada retórica, Palonen apreende adequadamente o enfoque temático de grande parte da pesquisa substantiva do historiador nas últimas décadas, ainda em sintonia com formulações metodológicas da década de 1970, porém expressando mais adequada e claramente o que mesmo as alterações na teoria dos atos de fala feitas por Skinner não conseguiram tornar explícito.

Nesta mesma direção, em entrevistas recentes o historiador afirma que o *insight* desconstrutivista, segundo o qual o que conta como argumento em textos filosóficos pode ser apenas um tecido de metáforas e outros aparatos retóricos para emprestar autoridade ao argumento, ajuda a explicar porque desde a década de 1980 tem se voltado para o estudo da retórica. Além de ter permitido uma atenção maior aos gêneros em que textos individuais são redigidos e a natureza dos códigos linguísticos e convenções incorporados nos mesmos (SKINNER, 2002b, p.50)⁴², o enfoque na arte retórica permite ainda o esclarecimento da sempre polêmica questão em Skinner da intencionalidade, justamente por ser uma temática em que a noção de intencionalidade não é tão mentalizada.

What I find is that the whole classical tradition of rhetoric is of the very greatest relevance to thinking about interpretation, because it's so

⁴² Skinner refere-se a esta atenção como “a further revision of my earlier approach” (SKINNER, 2002b, p.50). Contudo, este “novo” enfoque em gêneros e convenções literárias parece-me bem semelhante ao argumento apresentado por Skinner em *Some Problems* (1974), em suas razões para centrar suas investigações nas convenções (públicas) a partir das quais se pode acessar as intenções de autores (individuais).

sensitive to questions of language and all the different intentions that go into the use of it, persuasive intentions in particular. So to summarize, I'm happy to have given up a vocabulary which was tactically a blunder, but I do feel that, when people criticized me for being unduly intentionalist, they misunderstood what I wanted to say about intentionality (SKINNER, 2007a, p.126).

Em suma, apesar não ser uma visão panorâmica completamente fiável da obra de Quentin Skinner, os comentários de Palonen fornecem observações perspicazes para a consideração da mesma. A visão panorâmica sobre a qual discorrerei a seguir, embora contida num texto bem menor do que o livro de Palonen, estabelece posições mais contundentes em sua interpretação da obra de Skinner. Passemos a ele.

3.2. MELISSA LANE

O artigo de Melissa Lane (2012) sobre o qual centrarei minha argumentação nesta seção – *Doing Our Own Thinking for Ourselves: On Quentin Skinner's Genealogical Turn* – foi publicado em um número especial do *Journal of the History of Ideas* em comemoração ao aniversário de 40 anos da publicação de *Meaning and Understanding*.

A autora afirma que neste artigo inicial de Skinner, o trabalho do filósofo político e do historiador se encontravam bem distintos. Mas, em trabalhos posteriores, o historiador aponta para caminhos em que os estudos históricos podem informar ou inspirar o pensamento político contemporâneo – de modo a levantar dúvidas sobre esta divisão de tarefas estabelecida em seu artigo original.

O objetivo deste artigo é bem mais modesto do que o estabelecido por Palonen em seu livro. Lane foca-se apenas no que considera a virada mais recente da obra de Skinner, uma prática de genealogia, acessando as implicações que tal concepção metodológica do historiador pode ter para sua proposta de que “we must learn to do our thinking for ourselves” (SKINNER, 1969, p.52).

Lane estabelece, então, três fases na obra de Skinner, baseadas no vocabulário empregado pelo historiador – a contextualista⁴³, a

⁴³ Embora a autora não faça menção explícita desta primeira fase contextualista (centrando-se neste artigo nos vocabulários arqueológico e genealógico), como ela estabelece uma distinção entre a forma de conceber a divisão de tarefas entre

arqueológica e a genealógica⁴⁴ – e identifica três contribuições possíveis no estilo de historiografia skinneriana para o pensamento contemporâneo, definindo-as como falseabilidade [*falsifiability*], frutos [*fruits*] e liberdade [*freedom*]. Falseabilidade implica que “‘some of what we currently believe about, say, our moral or political arrangements turns out to be directly questionable’, is more than the establishment of contingency (that our arrangements could have been in some sense otherwise); it is the falsification of a claim of necessity” (LANE, 2012, p.73). Já os frutos referem-se aos

substantive fruits of historical researches into our own culture and history, or what Skinner calls in the same discussion the ‘buried treasure’ [...] “Weaker than the (falsification of) necessity in the first contribution, this is a claim of (past) actuality and an implication of (present) relevance. These too are stronger modal claims than that of contingency: it is not merely that things could have been otherwise, but (a) they were otherwise, and (b) they now represent a valuable treasure, one which must match up to some degree to our present values at ‘some deeper level’ in order for us to be able to retrieve these fruits without fear of having ‘alien values [...] foisted upon us’ (LANE, 2012, p.74).

E a liberdade advém uma vez que o conhecimento do passado nos liberta e permite que pensemos melhor por nós mesmos.

As duas primeiras formas são geralmente encontradas junto ao vocabulário arqueológico, enquanto que a terceira é um valor presente deste o início como um resultado possível do método skinneriano, mas que é bem próximo da nova prática genealógica em Skinner – “[...] a

historiador e filósofo tal como estabelecida no artigo de 1969 e os trabalhos posteriores do autor, esta primeira fase fica implícita na tese de Lane. E como a escola de Cambridge ficou famosa por seu *contextualismo linguístico*, sigo utilizando esta denominação.

⁴⁴ Agradeço ao prof. Dr. Jean Castro pela interessante observação que a progressão de fases como estas é identificável em outros pensadores considerados pós ou antifundacionalistas, como Foucault e Nietzsche.

term which has emerged in his work only after Visions of Politics was published” (LANE, 2012, p.73), como Lane ressalta citando esta passagem da introdução de *Visions of Politics I* (p.6):

An understanding of the past can help us to appreciate how far the values embodied in our present way of life, and our present ways of thinking about those values, reflect a series of choices made at different times between different possible worlds. This awareness can help to liberate us from the grip of any one hegemonal account of those values and how they should be interpreted and understood. Equipped with a broader sense of possibility, we can stand back from the intellectual commitments we have inherited and ask ourselves in a new spirit of enquiry what we should think of them.

A questão que a autora se faz é: se o vocabulário da história como arqueologia já continha benefícios como o da falseabilidade e dos tesouros enterrados (*fruits*), e se a história em geral pode prover certa libertação dos nossos conceitos, porque Skinner se viu compelido a modificar sua linguagem para a prática da genealogia, “so implicitly (and sometimes explicitly) associating himself with the practices of Nietzsche, Weber, and Foucault?” (LANE, 2012, p.74).

A princípio, as considerações de Lane dão a impressão de vir ao encontro da tese de Palonen de proximidade entre Skinner e correntes perspectivistas continentais. Entretanto, não só percebemos que a seleção da genealogia como ponto de comparação em Lane é mais criteriosa do que os processos de análise de Palonen, como também – ao fim do artigo – a autora estabelece que a virada genealógica em Skinner nada possui de distintivamente nietzschiana.

Para chegar a tal conclusão, a autora trabalha com o texto mais explicitamente genealógico de Skinner (*A genealogy of the modern state* (2009a)), onde o autor afirma que investigar a genealogia do estado é descobrir que nunca houve um consenso sobre o que constituiria o conceito de estado, retificando seu trabalho anterior no qual ainda operava com a noção de que existe um conceito distinto de estado moderno que os historiadores esperam desvelar. Neste ponto, citando a afirmação nietzschiana de que apenas aquilo que não tem história é definível, Skinner assevera que “As the genealogy of the state unfolds, what it reveals is the contingent and contestable character of the

concept, the impossibility of showing that it has any essence or natural boundaries” (SKINNER, 2009a, p.326).

O que Lane faz, a partir desta suposta confissão do caráter nietzschiano por trás da proposta genealógica deste artigo de Skinner, é explorar modelos recentes de genealogia, aos quais o historiador se refere, e cotejá-los com o texto original de Nietzsche para perscrutar a extensão com que a genealogia skinneriana segue ou se distancia destas outras visões (LANE, 2012, p.75).

Estes modelos de genealogia são estabelecidos por Raymond Geuss, Mark Bevir e Tyler Krupp. A ênfase de Krupp é diretamente na contingência, de qualquer modo em que possa ser compreendida, pois sempre está em contraste com a narrativa histórica teleológica (LANE, 2012, p.76). Enquanto Geuss e Bevir também ressaltam a contingência na abordagem nietzschiana, ambos identificam outra dimensão além da contingência: a da inversão avaliativa das origens presumidas de um fenômeno por seus membros – ou seja, ressaltam a dimensão crítica da prática genealógica em Nietzsche⁴⁵.

Assim,

For Krupp, genealogy simply reveals contingency in place of teleology; for Bevir, it reveals a contingency which undermines the claims of naturalness which some adherents of current practices or ideas make; for Geuss, it reveals a specific discrepancy between the beliefs of certain valuers today about the origins of their valuations, and the actual origins uncovered by the genealogy. (LANE, 2012, p.77)

Entretanto, a abordagem nietzschiana, para Lane, é mais complexa. A autora sugere que a estrutura interna de aspectos delineados em *Genealogia da moral* não pode ser bem capturada pela

⁴⁵ “Bever argues that genealogy does not work as a method against just any set of ideas or practices, but only against those which deny or would deny their origins: ‘genealogy operates as a form of critique because it applies the denaturalizing tendency of radical historicism to unsettle those who ascribe a spurious naturalness to their particular beliefs and actions.’ That is, only those who are committed to such spurious naturalness need find the results of a critical genealogy disturbing. Geuss finds Nietzsche ‘to emphasize that the history delineated in a genealogy won’t generally exhibit unbroken lines of value-preserving succession, but will rather be characterized by an overwhelming contingency, and dominated by violent forms of human action based on pervasive delusions.’” (LANE, 2012, p.76)

rubrica simplificada de contingência, mesmo que a rejeição da definição de um conceito em prol de sua história e da valorização narrativa da origem de um fenômeno em oposição tanto ao seu propósito posteriormente adquirido quanto ao valor atribuído por pessoas relacionadas a ele guardem algumas conexões com contingência. Pois ainda que o rastreamento genealógico em Nietzsche ressalte o rechaço de posições teleológicas para a história, termos mais adequados poderiam ser utilizados para considerar sua abordagem, como por exemplo “(a) Contestation: interpretative contestation as expressing will to power or life, with (b) Debunking: debunking continuity of value from origins to later purpose and values assumed by adherents” (LANE, 2012, p.79).

Lane afirma que a contestação interpretativa e a desmistificação [*debunking*] são mais centrais a Nietzsche do que a contingência resultante. “[...] the overall pattern of history is not random or simple contingency (Krupp), nor a simple undermining of naturalness (Bevir), but the specific contingencies that result from the conflict over and contest of interpretations driven by the will to power”. Aqui a autora concorda com a descrição da abordagem de Nietzsche feita por Geuss (LANE, 2012, p.79).

Deste modo, como Bevir e Geuss reconhecem, tal genealogia (nietzschiana) só será inquietante para aqueles que partilharem dos valores colocados sob escrutínio. “For a scholar simply interested in revealing a variety and contingency of past conceptions of a contested concept in (a), or simply interested in showing contingency as a way of challenging naturalness in (b), the specificity of Nietzsche’s genealogical approach will be left behind” (LANE, 2012, p.80).

A genealogia skinneriana do estado moderno de Skinner é apenas em uma versão limitada de contestação interpretativa, visto que apesar de reconhecer o conflito e a contestação sobre defesas ideológicas e definições do estado, o historiador não os radica numa visão histórica de vontade de potência [*the drives of life or will to Power*]. Mas, mais importante, sua genealogia oferece também apenas uma versão limitada de desmistificação. Skinner não se interessa pelos partidários de certas concepções do estado, que tomam suas origens como consoantes tanto com os propósitos atuais do mesmo como com suas próprias crenças.

Admittedly, many of his readers may assume that a certain conception of the state is natural, and Skinner’s genealogy seeks to debunk that assumption by demonstrating that it is only one of

many which have contended for ideological dominance (to this extent according with Bevir's model of genealogy). Yet his account puts all of those rival contenders on an evaluative par with one another, in contrast to Nietzsche's explicitly evaluative interest in showing that current valuers cannot maintain their prized valuations of their own origins, which are (as a rule) rooted in the very opposite of what they now value, in the fullest account of his genealogy provided by Geuss. That is, the truly critical aspect of Nietzsche's method inflecting both (a) and (b) is missing from Skinner's text, which appears to embrace a more general historical method than that of Nietzschean genealogy. Neither Skinner himself nor most of his readers will be committed to an unbroken origins-of-value story about the conceptions of the state whose genealogy he traces, even if they do unthinkingly regard them as natural, and so for them—as Bevir and Geuss agree—the genealogy will have no debunking effect. (LANE, 2012, p.80)

Segundo Lane, o que existe no método genealógico de Skinner é um foco geral na contingência e uma rejeição do projeto de definição em favor de uma narrativa histórica de batalhas de imposição de interpretações. Isto é apenas parcialmente nietzschiano, mas completamente skinneriano: já estabelecido implicitamente em *Meaning and Understanding* através da perspectiva wittgensteiniana de significado como emprego – compromisso sempre reiterado em escrever uma história dos usos dos conceitos ao invés de uma história dos conceitos por si só. “Genealogy in Skinner's tamed version is not very Nietzschean, but neither is it very novel in his work: rather, it is close to what he has broadly been doing all along” (LANE, 2012, p.81).

A autora finaliza o artigo, porém, afirmando que o historiador nunca antes descreveu mais ricamente sua proposta de fazer com que pensemos por nós mesmos. Nas palavras de Lane (2012, p.82):

We do our thinking for ourselves in assessing the normative inadequacy of certain current accounts of the state to current purposes and needs (even, he suggests broadly, to virtually any purposes and needs involving the nature of public power); and

in doing that thinking, we make use of certain alternatives that had been lost in history (buried treasure) but are potentially available to be incorporated into our thinking again. The conditions of that recovery—better termed a transformation than a simple retrieval—are themselves contingent, but they are not ruled out by that very contingency.

Neste mesmo número do *Journal of the History of Ideas*, Skinner publica um artigo de resposta no qual trata brevemente das questões apresentadas por Lane.

Apesar de vincular as atribuições de Lane sobre um vocabulário arqueológico em sua obra equivocadamente ao seu artigo de 1969 (sendo que a autora identifica este vocabulário apenas nos artigos revisados em *Visions of Politics I* e em *Liberdade antes do Liberalismo*), Skinner possui uma explicação plausível para seu uso desta metáfora.

Visto que seu alvo era criticar a definição da filosofia como uma disciplina preocupada com certa gama de questões perenes, sua proposta collingwoodiana era a de tratar a filosofia como uma disciplina onde tanto as questões como as respostas mudavam ao longo do tempo. “As students of intellectual history, I suggested, we may succeed if we are lucky in turning up items of buried treasure. We may find that there are questions we have ceased to ask, or interpretations of concepts we have ceased to entertain, which prove to be well worth excavating, dusting down, and reinserting into current debates” (SKINNER, 2012, p.128). Isto, entretanto, sem reduzir a história da filosofia a uma disciplina de mero interesse antiquarista.

Quando confrontado pela observação de Lane de sua recente preferência por metáforas genealógicas ao invés de arqueológicas, o historiador justifica sua mudança pela epifania experimentada pelo aforismo nietzschiano segundo o qual apenas o que não tem história é definível. Nas palavras de Skinner, “Nietzsche’s epigram seemed to summarise with unmatched force a great deal of what I had been stumblingly trying to say about the relationship between philosophy and its history” (SKINNER, 2012, p.128).

Contudo, concordando com a interpretação de Lane, Skinner afirma que existe mais na ideia de genealogia em Nietzsche do que a ênfase na contingência, como contingências geradas em situações de contestação interpretativa e vontade de potência. O historiador afirma que estas são águas profundas nas quais não deseja mergulhar. “As Lane

notes, my use of the concept of genealogy has been much more modest, and is not distinctively Nietzschean at all. I have simply found it helpful to invoke the concept when tracing the changing and contested uses of evaluative terms” (SKINNER, 2012, p.129).

Skinner conclui que seu projeto em *A Genealogy of the Modern State* era mostrar que assim que o termo estado começou a ser difundido, definições concorrentes foram propostas, dando origem a disputas ideológicas que permanecem até hoje. Pensar em termos de uma árvore genealógica – no desenvolvimento e distintividade das definições em disputa – pareceu ao historiador esclarecedor.

My aim was to establish that there is no neutral definition of the word *state* on which we can hope to agree, and thus that there is no linear narrative of the concept to be written. The history, as I tried to show, is one of unending struggle to impose rival interpretations on the political world. But as Lane rightly concludes, this is simply a special application of the general line of thought I originally put forward in my 1969 article. It might have been less confusing, Lane ends by implying, if I had stuck to my original archaeological imagery, and perhaps she is right (SKINNER, 2012, p.129).

Mas apesar das considerações relevantes quanto ao verdadeiro caráter genealógico nos últimos escritos de Skinner feitas por Lane, acredito que esta pode ter se equivocado quanto à permutação entre os vocabulários arqueológico e genealógico (e que Skinner aceitou esta crítica rápido demais). A proposta da autora, de retorno às metáforas arqueológicas, parece não perceber que mesmo não sendo incomensuráveis, estas duas linguagens denotam recortes e objetivos diferentes de investigação.

Enquanto expressões como *tesouros enterrados* parecem manter a distintividade do passado como tal, mesmo que afinal estas formas de pensar longamente esquecidas venham nos libertar do modo naturalizado como tomamos nossa organização social e política (ou que nossas investigações históricas tenham como motivação problemas contemporâneos); a figura da árvore genealógica coloca o passado, mesmo que não linearmente, em conexão com o presente. Ou seja, o vocabulário arqueológico centra-se na recuperação de certo momento histórico enquanto o genealógico parece estabelecer conexões, não

teleológicas, entre vários momentos passados que nos trouxeram a este presente em que vivemos.

Estes modos diversos com que Skinner estabelece a relação entre o conhecimento do passado e o presente, bem como a observação de Lane de que a noção de libertação resultante de estudos históricos está presente desde o início na proposta metodológica de Skinner, insinuam alguns caminhos interessantes para responder críticas comuns à obra do mesmo, como a de antiquarismo. E combatendo a crítica de antiquarismo podemos ver mais claramente a maneira como Skinner incentiva um *rapprochment* entre os campos da filosofia e da história.

3.3. HIPÓTESE DE CONTINUIDADE METODOLÓGICA: NA FRONTEIRA ENTRE FILOSOFIA E HISTÓRIA

No capítulo anterior afirmei que a rejeição de Skinner do *re-enactment*, intentada na defesa do intencionalismo *convencionalista* com que rebatia críticos tanto da falácia intencionalista quanto daqueles que acreditavam que intenções podiam ser compreendidas como apenas um tipo ordinário de causalidade; fazia com que sua proposta metodológica fosse vítima das mais diversas críticas, por vezes contraditórias entre si. Já a não explicitação da filosofia da história⁴⁶, melhor dizendo, da noção de distância temporal mobilizada por Skinner poderia implicar indefinição na relação entre os campos da filosofia e da história proposta pelo historiador.

Porém, as distinções estabelecidas por Lane na seção anterior quanto às fases na obra de Skinner, mas principalmente a identificação das três contribuições possíveis do estilo de historiografia skinneriana para o pensamento contemporâneo, ajuda-nos a pensar mais criteriosamente nesta relação (e na hipótese de alteração da mesma).

A autora não chega a trabalhar especificamente a primeira fase que estipula para Skinner e na qual, podemos supor, o autor escreve seus artigos mais radicais. Mas estando a noção de libertação de nossas próprias concepções via o estudo do passado presente desde os primeiros textos do autor, conforme afirmei acima, a relação entre

⁴⁶ Aqui rejeito parcialmente a descrição feita por Lamb (2009b, p.246-247), segundo o qual uma das características dos escritos energéticos iniciais de Skinner “was his comfort in writing both as a historian of philosophy and as a philosopher of history”, pois me parece que a filosofia da ação e da linguagem estão muito mais presentes do que uma preocupação com uma escrita densa sobre filosofia da história nos artigos skinnerianos da década de 1960 e 1970.

história e filosofia está colocada – mesmo que a aproximação se dê mais num caráter antropológico (de conhecimento do estranho) do que de uso direto do conhecimento do passado em questões atuais.

Já em Collingwood esta noção de uso indireto do conhecimento do passado está dada. Visto não haverem problemas eternos, nunca podemos aplicar diretamente o que aprendemos do passado numa situação contemporânea, pois são situações diferentes. É interessante, entretanto, notar como os conceitos de ideias encapsuladas e racionalidade, acoplados ao conceito de *re-enactment*, podem servir como intermediário entre o vocabulário arqueológico e o genealógico. Pois apesar de focalizar a investigação do passado (semelhante à figura dos tesouros perdidos em Skinner), Collingwood afirma que apenas porque o passado deixou evidências no presente é possível investigar e chegar a conclusões (sempre provisórias e questionáveis, contudo) sobre ele.

The historian is a person whose questions are about the past. He is generally supposed to be a person whose questions are exclusively about the past; about a past, namely, that is dead and gone, and in no sense at all living present. I had not gone very far in my study of historical thought before I realized that this was a delusion. The historian cannot answer questions about the past unless he has evidence about it. His evidence, if he 'has' it, must be something existing here and now in his present world. If there were a past event which had left no trace of any kind in the present world, it would be a past event for which now there was no evidence, and nobody – no historian; I say nothing of other, perhaps more highly gifted persons – could know anything about it (AA, p.96).

Logicamente, este não é um atestado da influência de Collingwood sobre os desenvolvimentos posteriores de Skinner. Mas dada a observação de Lane de que a concepção de genealogia em Skinner está mais para um senso comum do que consiste uma genealogia do que imersa na fonte nietzschiana da prática, a informação de que existem indícios desta preocupação de conexão entre o passado e o presente em movimentos de longa duração histórica em fontes filosóficas iniciais do historiador não é de todo estéril.

Autores como Lamb (2009, p.59) chegaram a afirmar que tanto para Skinner como para Collingwood não há distinção entre filosofia e história, “all philosophical questions are actually historical questions”. Para Collingwood, esta afirmação confere. Dado o caráter concedido à história, conforme assinalei na seção 2.2 do capítulo anterior, em longo prazo todas as questões filosóficas são históricas já que emergem relacionadas a um contexto. O que não significa que não sejam passíveis de serem consideradas abstratamente. Na verdade, é o nível de abstração contido na noção de *re-enactment* que possibilita o acesso às ideias do passado.

Este modo de conceber a história, na verdade, se assemelha muito ao de Bevir. Lane (2002, p.34) afirma que Bevir

is concerned with an analysis of beliefs in general – in fact, the argument could apply as readily to the interpretation of the beliefs of our contemporaries as to the beliefs of people in the past. His use of the phrase ‘history of ideas’ is not, then (pace the initial appearance of the book’s preface), the standard demarcatory use by which certain kinds of historians distinguish themselves from other kinds. The history of ideas is for Bevir the history of beliefs and so is common to all (or rather, as above, ‘almost all’) kinds of history. The history of ideas is for him simply history, which is simply the explanation of belief, rather than being the specialised pursuit of ‘intellectual history’ as that is commonly understood.

Mesmo com este pano de fundo do neoidealismo collingwoodiano comum⁴⁷, Bevir é um dos críticos mais inexauríveis de Skinner: do intencionalismo e convencionalismo empregados em sua proposta metodológica à crítica de que esta proposta teria um caráter modernista datado (portanto, já ultrapassado) e exclusivista incompatível com o trabalho de historiador.

O comentador critica Skinner e outros historiadores compreendidos na designação “Escola de Cambridge” por seus métodos modernistas, beirando um empiricismo ingênuo ao enfatizar a

⁴⁷ A presença de uma concepção coerentista de racionalidade em Collingwood (como constata D’oro (2004)), é outro elemento que corrobora a tese de Lane da proximidade entre ele e Bevir.

investigação de arquivos na busca de fatos históricos e invalidando qualquer outra metodologia que não o faça.

Because historians are less likely than social scientists to reject historical explanations, modernism in the study of history appears primarily as the attempt to use empirical evidence to establish secure, atomized facts that then can conclusively determine the validity of broader historical interpretations (BEVIR, 2009, p.213).

A lógica para a história das ideias proposta por Bevir, por sua vez, trataria das ideias dos autores do passado como de investigações históricas em geral: através da explicação de crenças. Porém, Lane (2002, p.34) afirma que mesmo que as ideias das quais historiadores intelectuais se ocupam possam ser consideradas como um subcaso de ideias em geral, este tipo de tratamento “is unilluminating, and can even be misleading, when one’s concern is to understand the specialised subfield of intellectual history as opposed to other kinds of history” (apesar das considerações feitas sobre o que poderíamos considerar uma crença e como recuperá-la serem por si só um resultado importante do esforço de Bevir).

I mean that historians of [...] Ideas are not solely or perhaps even usually concerned to offer biographical explanations of why, when, and how an author formed the views that she did. Rather, their first concern must be to figure out what the text is up to, what its point is, what the author meant to be saying in saying what she did. What we have are not ‘webs of beliefs’ but written texts which may or may not be straightforward records of belief. And this is done by employing the ordinary methods of historical research: by trying to understand the discourses operating at the time which the author may have meant to use, explore, expose, or challenge, and by trying to understand the purposes which the author had (intellectual and/or political) in so doing (LANE, 2002, p.35).

Em suma, as dificuldades de aplicar a lógica de Bevir ao campo da história intelectual se encontra ou em sua generalidade, “too great for his strictures to be at all illuminating, or worse, what is meant as a kind of skeleton proffered as a backbone for historical practice sometimes

turns into a straitjacket” (LANE, 2002, p.36) – crítica no mínimo irônica (e talvez um tanto exagerada), visto o teor do comentário beviriano a Skinner.

Mas não apenas Bevir estabelece a crítica ao caráter exclusivista da metodologia de Skinner. Lamb (2009), concordando com a possibilidade de existência de ideias perenes delineada por Bevir (1994), afirma que o unitarismo metodológico da proposta skinneriana não se sustentaria.

Isso porque, segundo o autor, “The methodological entailments of Skinner’s contention that analysis of an utterance requires attention to its illocutionary force are not themselves necessarily far-reaching.” A tentativa de recuperação da força ilocucionária não é suficiente para implicar particularidade histórica e, assim, não é suficiente para defender a necessidade de um contextualismo histórico para compreender autores do passado. O ponto de Lamb é semelhante ao de Steinberger (2009), já mencionado no capítulo anterior. Um autor pode ter a intenção de se dirigir a questões que ultrapassem sua situação imediata, assim, seus argumentos seriam abstratos o suficiente para serem apreendidos por leitores contemporâneos, o que minaria a necessidade de uma abordagem contextualista (LAMB, 2009, p.57-58).

Para Lamb, é somente através da rejeição de uma análise filosófica abstrata de textos que Skinner pode defender sua análise contextualista baseada nos atos de fala. Mas esta rejeição está ancorada em dois elementos indefensáveis: a não existência de problemas perenes na história das ideias e a caracterização das intenções autorais via comprometimento ideológico. O primeiro refere-se ao fato de Skinner usar a expressão *problemas perenes* no lugar de *problemas eternos* (que é a expressão original de Collingwood), ao rechaçar a abordagem textualista para a história das ideias. Esta alteração perde o ponto, segundo Lamb, pois embora seja uma premissa necessária para a história o fato de que não existem problemas eternos (que aconteceram e se resolveram de uma vez por todas), a existência de problemas perenes (isto é, de longa duração), é historicamente verificável. Apesar de o comentador ter cogitado a possibilidade de Skinner poder ter usado a palavra *perene* no sentido comum de eterno, ele assevera que se este for o caso, a necessidade do método contextualista é relativizada. Mas esta consideração ainda pode ser confrontada com a reprimenda collingwoodiana segundo a qual o que se considera um problema eterno (ou perene) é apenas a classificação geral de vários pequenos e diversos problemas sob um mesmo nome – o que em si não soluciona a

constatação de problemas duradouros na história (visto que se cai em divergências classificatórias).

Já em relação ao segundo elemento, isto é, a consideração de atos de fala políticos como inevitavelmente ideológicos, Lamb (2009, p.64) afirma que

in *Visions of Politics* Skinner's concern seems to be to demonstrate its illegitimacy by arguing not merely that authors are unable to advance abstract arguments, but rather that they are actually unable *to intend* to advance an abstract argument and that authorial intentions themselves are necessarily local and particularistic. The claim he puts forward then is not just that political texts must be understood as forms of political action, but also that each political action must be understood in particularistic terms. Interestingly, when it comes to offering a justification for this contention, Skinner appears to offer a narrow account of authorial intention, one that is actually fixed in the sense that it relies on certain ahistorical assumptions about the motivation for political action.

O que acabaria por aproximar Skinner do epifenomenalismo (mesmo que nietzschiano e não marxista) uma vez que reduz a intencionalidade individual à motivação ideológica, “[...] a reduction that locates the meaning of an utterance in a pre-defined will to achieve social power rather than in any meaningful mental activity of the individual in question” (LAMB, 2009, p.68). Novamente aqui, como quanto à questão dos problemas perenes, duas alternativas estão disponíveis: “Skinner’s argument might rest on (1) the weaker claim that all political utterances involve claims to social power and are therefore ideological *in some respect* or (2) the more extreme claim that all political utterances are *purely* ideological and therefore *only* comprehensible in ideological terms” (LAMB, 2009, p.66). Se a primeira alternativa for a defendida por Skinner, então apesar de aspectos ideológicos existirem nas ações políticas, estas não podem ser reduzidas a eles (minando a necessidade da metodologia skinneriana); entretanto, se a proposta skinneriana reduzir a política à ideologia, então ele acabaria caindo no extremo que queria rejeitar para a história intelectual.

So, because all political speech acts are ideological (insofar as they are seeking to justify a particular claim to social power through ‘sleight of hand’), they cannot be abstract philosophical statements in the way that is often supposed. It is not just because all political speech represents actions but also because all actions are ideological that individual thinkers cannot advance arguments that are abstractly philosophical (LAMB, 2009, p.67).

Lamb afirma não querer minar todo o empreendimento metodológico de Skinner, apenas sua demanda de exclusividade. “Were this claim to exclusivity relinquished Skinner’s arguments would then likewise relinquish their status as methodological claims and instead become matters of mere heuristic techniques” (LAMB, 2009, p.69).

Acredito que aqui o comentador perde o ponto. Bevir (2008; 2009) ao menos estabelece sua rejeição à metodologia skinneriana reconhecendo que é uma metodologia para a história intelectual. A crítica de Lamb parece implicar que Skinner rejeitaria todo e qualquer tipo de análise normativa da vida política, propondo um novo tipo de teorização política histórica – o que não é o caso. Apesar da mudança identificada por Lamb no tom dos argumentos de Skinner desde o início da década de 1980, que passa a ser a voz de um “political theorist, as he engaged in a project of ‘excavating’ and defending a neo-classical understanding of human liberty [...] popular among early-modern republicans” (LAMB, 2009B, p.247); isto por si só insinua mais as simpatias políticas e teóricas do historiador do que uma rejeição da teoria normativa como um todo. Lamb vai rápido demais nas derivações de sua crítica a Skinner, pois tal pressuposto ignora o fato de que Skinner reconhece outros significados no passado a serem recuperados (mesmo que se ocupe só de um). Portanto, não é que a abstração seja impossível, mas numa linguagem wittgensteiniana, ela sempre estará baseada em formas de vida (existentes ou sendo propostas ou rejeitadas).

O grande foco do artigo de *Meaning and Understanding* é um ataque a concepções anacrônicas de *história*, e não um manifesto contra todas as outras formas de conhecimento que não ela. Na conclusão do artigo, Lamb concorda que “Political theorists cannot claim that past works mean anything they like while claiming to be engaged in historical interpretation. But they can treat past works as relevant to

contemporary philosophical concerns without an obsessive concern with anachronism” (LAMB, 2009, p.69).

Seguindo a observação de Lane, a posição mais radical de Skinner trataria da divisão de trabalho entre historiadores e filósofos, mas não da redução da última na primeira. Realmente, “[...] there is no reason why historical works of political thought cannot be studied as abstract, philosophical speech acts that are potentially capable of trans-historical comprehensibility” – só que não por historiadores (LAMB, 2009, p.69).

Além do mais, como já pudemos observar na descrição feita por Lane, Skinner não se limita a considerações radicais. Para Bevir, p.ex., após um período intenso de debates metodológicos, Skinner deixou de lado sua escrita “justificativa” para focar-se na escrita de histórias propriamente ditas, colocando em prática a abordagem que desenvolveu⁴⁸. Porém, a abordagem de Skinner não teria permanecido inalterada no decorrer dos anos. Flertando com novos vocabulários teóricos, embora sem abandonar o caráter norteador da sensibilidade historicista, as antigas justificativas filosóficas de Skinner teriam perdido a plausibilidade, segundo Bevir. Então, os estudos históricos de teoria política que vêm se multiplicando fazem-no na ausência de uma exploração filosófica sustentável de sua natureza (BEVIR, 2009, p.222).

O próprio Lamb, em outro artigo (2009b), afirma que parte das mudanças visíveis na abordagem de Skinner se refere a sua abertura a outras propostas metodológicas (e um diálogo maior com a filosofia). A

⁴⁸ Para outros comentadores, como Boucher (1985), Skinner não segue suas recomendações metodológicas – as quais, na verdade (BOUCHER, 1986) são apenas mais uma forma de definir e substituir o que se concebe por passado (que em si mesmo é irrecuperável). Segundo o autor, este tipo de investigação deveria ser muito mais conversacional do que convencionalista, e não porque é análogo à fala, mas por ser um diálogo sem fim, cujo caráter incompleto e constante a proximidade com a filosofia só deixaria mais explícito. “The argument concerning intentions is, in my view, internal to the activity of interpretation and pertains to the question of what is and what is not a desirable form of inference to be tolerated within the ambit of a particular mode of enquiry. My conclusions, like those of Rorty, suggest that no ultimate, or objectivist, justification can be given to establish the case for the retrieval of intentions to the exclusion of other interpretative pursuits. Peaceful coexistence, playful persuasion, mutual toleration, and the recognition that confrontation leads to entrenchment rather than to the changing of intellectual commitments should lead us to accept methodological pluralism in preference to the absolutist claims of any one mode of inference” (BOUCHER, 1986, p.73).

prática historiográfica de Skinner “has moved in such a way as to clearly imply some repudiation of his strictest contextualist claims; most obviously in his recent tendency to utilise past political thought in contemporary philosophical debates, something that flies in the face of his earliest methodological arguments” (LAMB, 2009b, p.249).

Além disso, existe o afastamento perceptível de um vocabulário mais modernista (no jargão beviriano). “This is evident from his vision of the historian as ‘archaeologist’ committed not to the discovery of historical facts but rather to the ‘excavation’ of alien concepts justified with reference to the political use of such an excavation” (LAMB, 2009b, p.251). Assim,

Though many of the details of the method he defends remain the same, the way in which it is presented and justified has actually shifted quite dramatically. Its presentation has moved from an interest in speech-act theory seemingly reliant on traditional objectivist assumptions about the nature of an interpretive method, to an explicitly anti-foundationalist⁴⁹ concern with ‘rhetorical redescription’ and the social utility of the historical studies such a concern enables (LAMB, 2009b, p.251).

⁴⁹ É interessante notar que a classificação de antifundacionista feita por Lamb remonta quase que exclusivamente a um movimento de Skinner em direção de autores continentais como Nietzsche – situação em que tendo a concordar com a hipótese de Lane e rejeitar esta conexão. Entretanto, o autor afirma que o contextualismo skinneriano falha em sua tentativa de constituir-se como um tipo específico de teorização política justamente porque não conduz necessariamente à crítica – que é o ponto levantado por Lane para rejeitar o caráter nietzschiano dos novos textos de Skinner. “Skinner assumes that contextualism, because it involves an encounter with beliefs that will necessarily be alien to us, will facilitate a ‘greater degree of understanding, and thereby a larger tolerance, for elements of cultural diversity’ and a more ‘self-critical’ attitude. But this requires something of a leap of faith. Why should we assume that intellectual encounters with alien belief systems from the past encourage people to be more tolerant rather than further entrench whatever prejudices they hold? The relationship between contextualism and the sorts of political claims Skinner wishes to make is at best a contingent one. To say that contextualism gives us the opportunity to avoid being ‘bewitched’ by the supposedly hegemonic values of a particular society and to recognise their contingency can be seriously considerable only as an empirical claim” (LAMB, 2009b, p.263-264).

Lamb ressalta que estas não são apenas mudanças de ênfase, estilo ou apresentação: “Furthermore, they are not any clear repudiation of the claims for which his contextualism became best known and not any concession to his many critics.” O autor afirma que “[Skinner’s] recent writing demonstrates substantial developments in the way in which his contextualism is delineated and justified” (LAMB, 2009b, p.264).

Tendo a concordar com este modo de encarar a obra de Skinner. Obviamente houve mudanças no modo do historiador se dirigir ao seu objeto de estudo. Alguns pontos são recorrentes entre comentadores, como a suavização de algumas premissas contextualistas originais e o esforço de compatibilizar sua proposta com outras abordagens (que a visão de Skinner sobre a *Begriffsgeschichte* ajuda a visualizar). Mas a mudança temática para a retórica, seu crescente foco na compatibilidade com outras abordagens e a descrição geral de seu propósito como consoante com o esforço antifundacionalista não caracterizam uma “nova” metodologia skinneriana, e sim a metodologia tal como tem sido disposta (mesmo que tortuosamente) desde o início.

Se tomarmos como base os textos de metodologia, os pontos principais de sua proposta continuam os mesmos – parecem até ser reforçados, como no exemplo do uso de Wittgenstein e de sua conexão com os outros autores da base filosófica de Skinner que dei no capítulo anterior. Acredito que a explicação mais plausível seja que Skinner tenha mantido suas premissas, mas modificado sua aplicação, como o abandono da teoria dos atos de fala sem o abandono da premissa de tratar textos como instrumentos de luta ideológica.

O próprio Skinner parece mais do que disposto a rever o caráter supostamente radical e polêmico de seus primeiros escritos. Compreendendo sua metodologia como um lance no debate na definição do campo da sua disciplina, a escolha de argumentos propositalmente polêmicos teve seu papel. E este é um dos principais aspectos rejeitados explicitamente pelo historiador em entrevistas: a ferocidade de seus primeiros trabalhos. Mas a relativização ou arrefecimento de argumentos não implica uma rejeição dos mesmos. Na verdade, não é impossível que todas as diferentes fases ou vocabulários da metodologia skinneriana sejam apenas facetas diferentes de uma mesma preocupação histórica – conforme insinuei acima na relação entre arqueologia e genealogia.

Bevir (2009) afirma que a metodologia da “Escola de Cambridge” é datada historicamente, motivo pelo qual alterações na abordagem de Skinner visam à rejeição do vocabulário modernista,

engajando-se com concepções cada vez mais cientes da contingência e conflituosidade dos conceitos. Realmente um panorama completo da obra de Skinner não pode ignorar o fato de que nenhuma destas suavizações e alterações em sua proposta o afastam de uma conexão mais ampla com discussões acerca do modo apropriado de tratar questões humanas – que tiveram como clímax a década de 1960. Mas isto não é o suficiente para afirmar que suas considerações deixaram de ter relevância.

Passando para as considerações finais, portanto, eu gostaria de insistir nesta inserção da metodologia skinneriana, em específico no historicismo gestado em seus argumentos, num quadro mais amplo da história das ciências humanas, sem, contudo, partilhar da premissa beviriana de seu caráter ultrapassado.

4. APONTAMENTOS FINAIS: O LUGAR DA METODOLOGIA SKINNERIANA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

O presente trabalho teve como objetivo recuperar as bases filosóficas da metodologia de Quentin Skinner. Tal esforço deu-se na consideração de conceitos e argumentos advindos tanto da filosofia da linguagem do segundo Wittgenstein e de J. L. Austin como da filosofia da história de R. G. Collingwood, atentando para aspectos contraditórios e confluentes entre estas três vertentes e entre elas e o uso feito por Skinner. Até onde foi possível, procurei não me ocupar da metodologia para história intelectual desenvolvida por Skinner em si, nem dos debates em torno dela, mas dos preceitos filosóficos sobre linguagem e história que informaram e, a meu ver, continuam informando suas considerações sobre a história da filosofia política.

Apesar de alguns equívocos, como a vinculação precipitada entre a abordagem de Austin para a filosofia da linguagem ordinária à do segundo Wittgenstein, os autores referenciados por Skinner possuem, em geral, mais pontos comuns do que grandes contradições entre si. Todos os três trazem críticas a formas “realistas” de encarar o funcionamento da linguagem e às consequências destes modelos na prática investigativa de filósofos ou historiadores. Além do que, todos demonstram preocupações com questões relacionadas à intenção e à possibilidade de acesso a esta dimensão da vida humana através da linguagem – graças à publicidade intrínseca desta – por meio de uma abordagem holista.

Embora *insights* fornecidos pela abordagem austiniana fossem um pouco mais instrumentalizados no início da obra de Skinner – como percebemos na análise detalhada da teoria dos atos de fala e seus corolários para o campo da história intelectual feita nos artigos da década de 1970 – e embora haja uma gradativa substituição de termos da filosofia da linguagem ordinária por conceitos de retórica, é possível notar que o jargão de Austin ainda está presente em trabalhos bem recentes do historiador (p.ex. SKINNER, 2008a). O que significa que a teoria dos atos de fala, juntamente ao pragmatismo wittgensteiniano e ao neoidealismo collingwoodiano, pode ser considerada uma chave de leitura geral para a obra de Skinner.

E nesta dimensão de guia geral é que as incoerências entre as teorias originais e o modo como Skinner as usa podem multiplicar-se. Possivelmente não tanto com Wittgenstein, devido o caráter abrangente de seu trabalho tardio, mas certamente com Austin e Collingwood. O uso indistinto da teoria dos atos de fala para a compreensão de processos

comunicativos escritos, o enfoque nos usos parasitários da linguagem e a rejeição do vocabulário do *re-enactment* em prol do foco em convenções socioculturais são alguns exemplos.

Argumentei especificamente que o abandono do que denominei intencionalidade racional, via Collingwood, deixa lacunas na abordagem de Skinner, pois este ainda faz uso de concepções como a da inexistência de ideias perenes na história do pensamento político e da lógica de perguntas e respostas como orientadores da investigação do pensamento de autores do passado.

Finalmente, a rejeição de aspectos collingwoodianos como o *re-enactment* deixa ambíguas concepções como a de distância temporal (e mesmo de intencionalidade), o que conseqüentemente torna mais escorregadias as noções de possibilidade de acesso ao passado (ou seja, a definição de e possibilidade do conhecimento histórico) como também a relação entre os campos da filosofia e da histórica – sempre em tensão, o que faz com que a proposta de Skinner seja alvo das mais diversas críticas.

A partir de leituras panorâmicas da obra pudemos perceber outras tentativas de definição destas relações – passado/presente, indivíduo/contexto, filosofia/história – que os comentadores ora qualificam como contraditórias ao, ora como continuação do posicionamento original de Skinner. Tendo a colocar-me junto aos comentadores que falam de continuidade, ressaltando que isto não é o mesmo que afirmar que as posições do historiador permaneceram imutáveis, como o próprio Skinner vem asseverando recentemente⁵⁰.

A qualificação da obra de Skinner como um lance no debate pela definição do que deve ser considerado o objeto da história do pensamento político, e suas reformulações através dos anos, está em plena consonância com as alterações tanto de composição do campo acadêmico das humanidades, neste caso específico da história, quanto das atividades humanas estudadas por este campo. Se o caráter polêmico e extremo dos primeiros textos de Skinner pode ser compreendido quando consideramos esta relação entre seu trabalho e a academia em que o compôs, o mesmo se dá com estas novas referências do autor. A aproximação de referências antifundacionalistas, por exemplo, é um passo interessante num contexto em que sua proposta metodológica

⁵⁰ “I don’t think I can hope to summarise the shifts with reasonable brevity, if only because there have been rather a lot of them. But I need to stress that I am not at all ashamed of having changed my mind in various ways” (SKINNER, 2002b, p.60).

encontra tantos entusiastas do outro lado do canal da mancha (sendo Palonen, provavelmente, o maior deles).

Mas estes lances não implicam necessariamente uma readequação filosófica de sua obra, pois Skinner continua trabalhando basicamente com o mesmo *insight* desde o início de sua carreira: tratar textos políticos como ações políticas e recuperar o contexto que dá sentido a estas ações em seus próprios termos – mesmo que a relação entre o passado e o presente, ou seja, o uso do conhecimento histórico em discussões contemporâneas, não apareça mais tanto como um tabu em seus textos.

Na realidade, este ainda é um excelente exemplo para minha hipótese de continuidade. Em entrevistas recentes (SKINNER, 2002b; 2007a), Skinner ressalta o modo como a hermenêutica de Gadamer, a qual estabelece que a tradição através da qual textos chegam até nós implica certa seleção dos temas estudados pela história e na percepção dos conceitos do passado, aparece como um ponto cada vez mais essencial em seu pensamento. Ou seja, o historiador se encontra menos relutante em falar de continuidade, e não só de ruptura, em suas descrições históricas.

É interessante notar que no decorrer de sua explanação nestas entrevistas Skinner aproxima-se consideravelmente de uma descrição de sua abordagem que parece ser o oposto do radicalismo com que compôs seus argumentos em *Meaning and Understanding*.

I admit that I am walking a tightrope. As with all tightropes, moreover, it is possible to fall off on one side or the other. It seems to me that most historians fall off on the side of worrying too little about the point of what they are doing. I am more in danger of falling off in the direction of sacrificing historicity. If the choice is between historical impurity and moral pointlessness, then I suppose that in the end I am on the side of the impure. But I see myself fundamentally as an historian, so that my highest aspiration is not to fall off the tightrope at all. (SKINNER, 2002b, p.55)

Skinner chega a comentar que talvez isso signifique que ele não possua uma verdadeira sensibilidade de historiador, uma vez que sempre quis que o estudo do passado pudesse ter algum uso para o aqui e o agora (SKINNER, 2002b, p.56). O autor parece estar entre a cruz e a

espada, ou seja, entre uma posição perceptivelmente incoerente com sua rejeição original de anacronismos (ou mitologias) e a posição com que tenta responder às críticas do possível antiquarismo resultante de sua metodologia.

Os editores da revista *Groniek*, para quem Skinner concedeu uma entrevista em 2007, ressaltam este aspecto em seu movimento argumentativo recente: aparentemente a questão do antiquarismo é uma crítica levada muito a sério pelo historiador. Ao que Skinner responde que, obviamente, está preocupado – profissionalmente como historiador – com o perigo de estudos transformarem-se em mero interesse antiquarista. “We’ve professionalized the study of history to such a degree that people are able to make honourable and important careers out of writing works the value of which for us here and now sometimes escapes me” (SKINNER, 2007a, p.128). Claro que isso não significa que os trabalhos de história não teriam valor a menos que tenham “relevância” a preocupações presentes. O ponto do historiador é o de que podemos alargar nossa compreensão de problemas atuais através do estudo do passado, mas que a acusação de antiquarismo deve ser sempre considerada.

Em outra entrevista (SKINNER, 2002b, p.56), Skinner de certa forma completa seu argumento, ao afirmar que embora pareça inconsistente insistir no uso do conhecimento do passado, uma vez que ele sempre tentou escrever sobre a necessidade de tratar o passado como um país estrangeiro, vendo as coisas em seus próprios termos, não há incompatibilidade. “[...] for it seems to me that some of the most useful lessons we can hope to learn from the history of philosophy stem from the fact that past thinkers often thought in a manner altogether alien to us” (SKINNER, 2002b, p.56)⁵¹.

A questão do anacronismo, na realidade, concerne apenas a uma das partes deste movimento de uso do conhecimento do passado nas

⁵¹ “I’m not an antiquarian. The reason for studying the past is that, as my great mentor in Princeton, [Clifford] Geertz always used to say, ‘These guys are meant to be working for us!’ I think that’s a really fine remark. We are trying to find out what these guys think and we’re trying to take it on their terms. We’re trying to reconstitute their world. But of course we hope that that will illuminate our world, and if it doesn’t we’re not going to publish our results because they’re not going to be important. So where you have to be willing to spend a lot of time when it doesn’t work, and where you’ve got to be willing to press your luck where it does, is where you find that you have come upon a configuration, a theory, a way of viewing the world in the past which we have lost sight of, but which is well worth recapturing” (SKINNER, 2011a).

discussões presentes, pois se refere ao passado tratado em seus próprios termos.

I see more prospect than I used to see in arguing illuminatingly with our elders and betters over some at least of the key concepts that continue to structure our common life. I need, however, to enter two caveats. One is the warning I have just been issuing to myself. If we are too importunate about wanting our forebears to speak directly to us, we run the risk of pulling their arguments out of shape and thus of losing contact with what they actually thought. The other caveat is that, even if we manage to avoid that danger, we must not confuse the project of mounting such a dialogue with the project of gaining a historical understanding of our forebears' thought. To understand someone else's beliefs, you need to attend not merely to what they say; you also need to find some means of discovering what they saw themselves as *doing* in saying what they said. (SKINNER, 2002b, p.55)

Ou seja, a crítica skinneriana às mitologias permanece, mesmo que sua abordagem abra mais espaço para o uso do conhecimento histórico em debates políticos e filosóficos atuais. Afinal, a maior utilidade deste tipo de estudo é nos conceder uma visão não domesticada de nossas próprias práticas, além de vislumbrar, em recuperações históricas, outros esquemas conceituais possíveis.

Assim, apesar de alegar que trocaria a historicidade pelo estudo de certo tema em consonância com questões contemporâneas, a história ainda aparece como um critério normativo importante na análise skinneriana – observação bem feita por Palonen (2003). Da mesma forma que Skinner modifica suas considerações sobre a teoria dos atos de fala ou sobre a intencionalidade, por exemplo, para proteger sua posição original⁵², o movimento em direção à hermenêutica

⁵² “Yes, there has been a shift. I made the shift in the name of protecting and trying to strengthen my original and basic argument. What I originally tried to argue has been much misunderstood. I didn't want to say that the meaning of the text is whatever the author meant. That was a complete misunderstanding. I wasn't talking about the meanings of texts, I was talking about speech acts. The sense of 'meaning' in which I was interested was the sense of somebody meaning something by doing something. That's to say, with what intentions did

gadameriana não parece implicar grandes reconsiderações filosóficas, pois o historiador não abandona o esforço de falar do passado de uma maneira realmente histórica.

Mesmo levando em consideração a questão gadameriana da “fusão de horizontes” e o papel das tradições intelectuais em delimitar nossa percepção do passado, que encontra eco em alguns aspectos retrabalhados da descrição metodológica skinneriana – como o abandono do vocabulário da descoberta de fatos e da crescente preocupação com processos de continuidade na história do pensamento – a possibilidade de uma compreensão genuinamente histórica (livre de anacronismo e de certa forma empenhada no processo de desnaturalizar a nossa própria tradição e alargar o acesso limitado aos problemas que herdamos) ainda deve ser considerada central na obra de Skinner.

Segundo o autor, algumas universidades sempre levaram o estudo da história intelectual a sério⁵³, mas este não era o caso na Inglaterra, ao menos na época em que começou a escrever. “The study of intellectual history and political theory were both marginalised by the views on historical method then prevailing” (SKINNER, 2008).

Porém, em meados da década de 1960 muitos começaram a escrever história da filosofia, história intelectual em geral, em um estilo diferente, mais preocupado com o contexto intelectual em que textos (canônicos ou não) foram compostos do que com o exame da coerência interna e reivindicações de verdade de textos canônicos. “The rise of these subjects to greater popularity has been part of a wider trend that has seen the study of cultural history grow to a position of almost hegemonic importance” (SKINNER, 2008).

Bevir (2009) trata destas concepções historiográficas emersas do decorrer da década de 1960 como métodos pautados num quadro já superado de investigação. Ou seja, datadas historicamente e ultrapassadas. Porém, acredito que a definição a que Skinner chega sobre a tarefa do historiador intelectual, intrinsecamente relacionada com sua visão sobre o objeto e objetivos da disciplina, não seja algo tão facilmente dispensável.

they do them? [...] So it was an attempt to protect my basic position, but of course I still want to say that the idea that intentionality has no place in interpretation is a really quite primitive misunderstanding of intentionality, or else is a mistake about the two admittedly and unfortunately easily confused senses of the word ‘meaning’ that we use in this context” (SKINNER, 2011a)

⁵³ “For a long time this kind of study has flourished in such major centres as Chicago, Harvard and Princeton” (SKINNER, 2008)

O historiador intelectual nos ajuda a apreciar como valores presentes em nossa vida atual refletem escolhas passadas sobre mundos possíveis. Ruminar sobre o que é, ou poderia ser, diferente. Antropologicamente falando, ele possibilita a ampliação do conhecimento do que é ser humano, e tal ampliação implica consequentemente a ampliação de nossas ferramentas de pensamento, o acúmulo de um repertório de argumentos para lances na teoria política, possibilidades de definir o legítimo.

O “historicamente datado” desta afirmação estaria mais próximo, creio, da aceitação collingwoodiana de pressuposições absolutas ou, em linguagem mais corriqueira na epistemologia das ciências sociais, no historicismo como um paradigma nas humanidades com o qual estamos lidando há algum tempo, mas que não me parece estar perto da exaustão. Possivelmente pela aceitação que alcançou em diversas disciplinas: obviamente a história intelectual de Skinner e a antropologia de Geertz⁵⁴, mas também em setores da sociologia (principalmente as vertentes mais próximas à sociologia compreensiva weberiana) e inclusive na ciência política (área em que o próprio Bevir tem feito contribuições importantes, (BEVIR, 2005, p.ex.)).

Boucher (1986), mais em conexão com o pensamento de Richard Rorty⁵⁵, afirma que isto em si não significa que a metodologia contextualista seja a forma mais adequada de se fazer história. Ela é apenas uma forma coerente com o espírito atual. Até aí não temos com que discordar. Como um bom historiador deve estar ciente de que é sempre possível revisar hipóteses explicativas sobre o passado (que nunca vão deixar de ser apenas isto, hipóteses, mais ou menos plausíveis), também é preciso estar aberto a novos modos de propor a

⁵⁴ Aqui é importante notar a influência mútua entre Geertz em Skinner: Geertz é citado diversas vezes nos artigos compilados em *Visions of Politics I*, e Skinner é ressaltado em *Nova Luz sobre a Antropologia* (2001, p.191) como um dos poucos que levam a sério os engajamentos dos intelectuais em situações políticas na compreensão de suas doutrinas. Nada mais normal, afinal ambos trabalharam juntos no *Institute for Advanced Study* em Princeton por um ano. É interessante, entretanto, que Collingwood, base filosófica de Skinner, correspondia-se frequentemente com Gilbert Ryle, autor de quem Geertz empresta a noção de “descrição densa” (*A interpretação das Culturas* (2008)), tornando os preceitos compartilhados entre o antropólogo e o historiador possivelmente mais profunda ou complexamente conectados do que comumente se supõe.

⁵⁵ Também colega de Skinner, no período em que esteve em Princeton.

definição de passado e, assim, do objetivo da história e dos métodos com que buscar este objetivo.

Tendo a ver na posição de Skinner a corroboração desta atitude – insinuada nesta passagem:

Some of my critics have found it frustrating and even disgraceful that I have altered the emphasis and even the direction of some of my arguments. But it would surely be even more disgraceful if I had not shifted at all in a lifetime of trying to read and think about the many ways in which our society reacts to its own past. (SKINNER, 2002b, p.60)

Quanto ao meu objetivo de recuperar o uso das bases filosóficas de Skinner, tanto em sua disposição original (nos artigos até a década de 1970) como na consideração de algumas teses de alteração metodológica, minha conclusão é a de que o historiador não se afastou suficientemente de suas bases para configurar a rejeição de (ou as contradições relativas a) suas disposições iniciais que alguns comentadores sugerem.

Porém, acredito que mesmo que esta hipótese se provasse indefensável no decorrer da pesquisa, este trabalho ainda poderia obter resultados “skinnerianos”: o alargamento da compreensão desta subdisciplina histórica que é a história intelectual, em suas questões complexas e fronteiriças (mesclando temáticas de ação, linguagem, história, política, filosofia). E, sendo uma disciplina peculiarmente autoconsciente desta sua definição múltipla, a história intelectual constitui-se como um campo fértil para *insights* diversos para outras áreas das ciências humanas, como o lugar do cânone nestas disciplinas, a questão da cientificidade e objetividade quando o objeto são assuntos humanos, a história e seu uso (em outras ciências ou na vida prática) e quaisquer outras questões para aonde o pensamento que fazemos por nós mesmos possa nos levar.

5. REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. 2.ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.
- BERNSTEIN, Richard. J. *The restructuring of social and political theory*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1990 [1976].
- BEVIR, Mark. Are there perennial problems in political theory?. In: *Political Studies*, v. XLII, 1994.
- _____. *New labor: a critique*. London: Routledge, 2005
- _____. *A lógica da história das idéias*. Bauru: EDUSC, 2008.
- _____. Contextualism: From Modernist Method to Post-analytic Historicism? *Journal of the Philosophy of History*, v.3, 2009
- BOUCHER, David. *Texts in context: revisionist methods for studying the history of ideas*. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 1985. [Capítulos 1 e 5]
- _____. Conversation and Political. *New Literary History*, v.18, n.1, Studies in Historical Change, 1986
- _____. Human Conduct, History, and Social Science in the Works of R. G. Collingwood and Michael Oakeshott. *New Literary History*, v.24, n.3, Textual Interrelations, 1993
- _____. The Significance of R. G. Collingwood's "Principles of History". *Journal of the History of Ideas*, v.58, n.2, 1997
- COLLINGWOOD, R. G. *An essay on metaphysics*. Oxford: Oxford University Press, 1948 [1940]
- _____. *An autobiography*. Oxford: Oxford University Press, 1978 [1939].
- _____. *The idea of history*. Oxford: Oxford University Press, 1994 [1946].

COSTA, Cláudio. *Filosofia da Linguagem*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007. (Passo-a-passo)

D'ORO, Giuseppina. Collingwood on Re-Enactment and The Identity of Thought. *Journal of the History of Philosophy*, v.38, n.1, 2000

_____. Re-Enactment and Radical Interpretation. *History and Theory*, v.43, n.2, 2004

_____. Robin George Collingwood. In: *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2010. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/collingwood/>> acesso em abril/2012

FERES JR., João. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. *Dados*, v. 48, n 3, 2005

FISHER, Richard. 'How to do things with books': Quentin Skinner and the dissemination of ideas. *History of European Ideas*, v.35, 2009

GARSTEN, Bryan. Liberalism and the rhetorical vision of politics. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1, 2012

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008 [1978].

_____. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GRAYLING, A. C. *Wittgenstein: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1988.

HAMPSHER-MONK, Iain. The history of political thought and the political history of thought. In: CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain (ed.). *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press: 2001.

HAVERCROFT, Jonathan. Skinner, Wittgenstein and Historical Method. *Paragraph*, v.34, 2011

JELAVICH, Peter. Contemporary Literary Theory: From Deconstruction Back to History. *Central European History*, v.22, n.3/4, 1989

KOBAYASHI, Chinatsu; MARION, Mathieu. Gadamer and Collingwood on Temporal Distance and Understanding, *History and Theory, Theme Issue 50*, 2011

LAMB, Robert. Quentin Skinner's revised historical contextualism: a critique. *History of the Human Sciences*, v.22, n.3, 2009

_____. Recent Developments in the Thought of Quentin Skinner and the Ambitions of Contextualism. *Journal of the Philosophy of History*, v.3, 2009b.

LANE, Melissa. Why history of ideas at all? *History of European Ideas*, n.28, 2002

_____. Doing Our Own Thinking for Ourselves: On Quentin Skinner's Genealogical Turn. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1, 2012

MODOOD, Tariq. The Later Collingwood's Alleged Historicism and Relativism. *Journal of the History of Philosophy*, v.27, n.1, 1989

PALONEN, Kari. *Quentin Skinner: History, Politics, Rhetoric*. Oxford: Polity Press, 2003.

PETTIT, Philip. Freedom in Hobbes's ontology and semantics: A comment on Quentin Skinner. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1, 2012

RABINOW, Paul; SULLIVAN, William M. The interpretive turn: a second look. In: RABINOW, P.; SULLIVAN, W. M (eds.). *Interpretive social science: a second look*. Berkeley: University of California Press, 1997 [1979].

ROSEBURY, Brian. Irrecoverable intentions and literary interpretation. *British Journal of Aesthetics*, v.37, n.1, 1997.

RUBINOFF, Lionel. Collingwood's Theory of the Relation Between Philosophy and History: A New Interpretation. *Journal of the History of Philosophy*, v.6, n.4, 1968

SILVA, Ricardo. O contextualismo lingüístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *Dados* [online], v.53, n.2., 2010

STEINBERGER, Peter J. Analysis and History of Political Thought. *American Political Science Review*. v.103. n.1, 2009.

TULLY, James. *Meaning and context: Quentin Skinner and his critics*. Princeton (N.J.): Princeton University Press, 1989.

URBINATI, Nadia. Republicanism after the French Revolution: The case of Sismonde de Sismondi. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1, 2012

VUCINA, Naja; DREJER, Claus; TRIANTAFILLOU, Peter. Histories and freedom of the present: Foucault and Skinner. *History of the Human Sciences* [online], 2011

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SKINNER

1969: Meaning and understanding in the history of ideas. *History and Theory*, v. 8, n.1

1970: Conventions and the Understanding of Speech Acts. *Philosophical Quarterly*, v.20, n.79

1971: On Performing and Explaining Linguistic Actions. *Philosophical Quarterly*, v.21, n.82

1972: Motives, Intentions and the Interpretation of Texts. *New Literary History*, v. 3, n.2, On Interpretation: I

1974: Some Problems in the Analysis of Political Thought and Action. *Political Theory*, v.2, n.3

- 1975: Hermeneutics and the Role of History. *New Literary History*, v.7, n.1
- 1985: Introduction: The Return of Grand Theory in *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*, Cambridge University Press, 1985.
- 1995 [1989]: Language and political change. In: BALL, Terence; FARR, James; Hanson, Russell L. (ed.) *Political innovation and conceptual change*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 1999: *Liberdade Antes do Liberalismo*. São Paulo: Ed. Unesp.
- 1999b: Rhetoric and conceptual change. *Finnish Yearbook of Political Thought*, v.3
- 1999c: *Razão e Retórica na Filosofia de Hobbes*. São Paulo: Ed. Unesp.
- 2001: The rise of, challenge to and prospects for a Collingwoodian approach to the history of political thought. In: CASTIGLIONE, Dario; HAMPSHER-MONK, Iain (ed.). *The history of political thought in national context*. Cambridge, Cambridge University Press.
- 2002a: *Visions of politics I: regarding method*. Cambridge: Cambridge University Press.
- 2002b: Encountering the Past: An Interview with Quentin Skinner *Finnish Yearbook of Political Thought*, v.6. (Petri Koikkalainen and Sami Syrjämäki)
- 2005: On Intellectual History and the History of Books, *Contributions to the History of Concepts*, n.1
- 2007a: Neither text, nor context: An interview with Quentin Skinner, *Groniek: Historisch Tijdschrift*, v.174
- 2007b: La Historia de mi Historia: Una Entrevista con Quentin Skinner (Enrique Bocado Crespo), *El giro contextual: Cinco ensayos de Quentin Skinner y seis comentarios*, Editora Tecnos: Madrid, 2007.
- 2008a: Is it still possible to interpret texts? *The International Journal of Psychoanalysis*, n.89

2008b: Concepts only have histories, interview with Quentin Skinner (Emmanuelle Tricoire and Jacques Levy), *Espaces Temps*. Disponível em: <<http://www.espacestemp.net/en/articles/quentin-skinner-ldquoconcepts-only-have-historiesrdquo-en/>> acesso em março/2013

2009a: A genealogy of the modern state. *Proceedings of the British Academy*, n.162

2009b: Making History: The Discipline in Perspective: Interview with Professor Quentin Skinner (Danny Millum). Disponível em: <http://www.history.ac.uk/makinghistory/resources/interviews/Skinner_Quentin.html> acesso em março/2013

2010: *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp.

2011a: Quentin Skinner on meaning and method (Teresa Bejan), *Art of theory*. Disponível em: <<http://www.artoftheory.com/quentin-skinner-on-meaning-and-method/>> acesso em maio/2013

2011b: Quentin Skinner's context (Teresa Bejan), *Art of theory*. Disponível em: <<http://www.artoftheory.com/quentin-skinner-in-context/>> acesso em maio/2013

2012: On the Liberty of the Ancients and the Moderns: A Reply to My Critics. *Journal of the History of Ideas*, v.73, n.1